



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

E-BOOK

PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL EM SANTA CATARINA

*Anais do I SEPAC SC
Seminário Catarinense Online*

*Bruno Matos de Farias
Organizador*

Apoio e Realização:

INSTITUTO
vcar
social

Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

epi
ta
ya

Patrimônio material e paisagem cultural em Santa Catarina

Anais do I SEPAC SC

Bruno Matos de Farias
Organizador

1ª Edição
Joinville/SC
2026



Copyright © 2026 **SEPAC/SC**. Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.

Se correções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores/autores

COMISSÃO TÉCNICA SEPAC

CONSULTOR TÉCNICO: Bruno Matos de Farias

AVALIADORA: Helena Portes Sava de Farias

PROPONENTE: Carolina Laís Espindula

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P314 Patrimônio material e paisagem cultural em Santa Catarina [livro eletrônico] : Anais do I SEPAC SC / Organizador Bruno Matos de Farias. – 1. ed. – Joinville, SC: Editora Epitaya, 2026

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-65-5132-057-6

1. Patrimônio cultural. 2. Paisagem cultural – Santa Catarina. I. Farias, Bruno Matos de.

CDD 363.69

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>



APRESENTAÇÃO

O I SEPAC SC e a construção coletiva de um olhar sobre o patrimônio material e a paisagem cultural catarinense

Prof. Dr. Bruno Matos de Farias

*Arquiteto e urbanista, Consultor técnico do
SEPAC-SC, Pós-Doutor em Desenvolvimento
Local, Professor universitário e de Pós-graduação.*

1 INTRODUÇÃO

É com imensa satisfação que apresento esta obra, que reúne os Anais do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural — o I SEPAC SC —, realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2026. Idealizado como um espaço de diálogo, formação e valorização da memória cultural catarinense, o evento nasceu da constatação de que Santa Catarina, apesar de sua extraordinária diversidade de bens materiais, paisagens rurais e urbanas e manifestações culturais, ainda carece de espaços permanentes e acessíveis de discussão qualificada sobre patrimônio cultural — sobretudo espaços capazes de aproximar pesquisadores, gestores públicos, estudantes e a comunidade em geral em torno de um mesmo debate.

Realizado de forma totalmente online e gratuita, com interpretação em Libras e legendagem em tempo real em todas as suas atividades, o I SEPAC SC teve como propósito democratizar o acesso ao conhecimento produzido sobre o patrimônio catarinense, ampliando a participação de pessoas de diferentes regiões do estado e incentivando discussões sobre memória, identidade cultural, conservação, pesquisa,

inventário e desenvolvimento sustentável por meio do patrimônio cultural. Ao longo de dois dias de programação, o seminário reuniu sete atividades — uma abertura oficial conjugada a uma palestra magna, três mesas-redondas, duas sessões de comunicações orais de pesquisa e uma palestra magna de encerramento —, das quais participaram doze palestrantes convidados, além de pesquisadoras e pesquisadores que submeteram trabalhos científicos para apresentação oral.

Esta publicação, que reúne os capítulos correspondentes a cada uma dessas atividades — elaborados a partir da transcrição, revisão e adaptação de suas respectivas falas para a linguagem escrita e científica exigida por uma publicação de caráter acadêmico —, tem por objetivo registrar de forma permanente o conhecimento produzido ao longo do evento, tornando-o acessível a um público mais amplo do que aquele que pôde acompanhar as transmissões ao vivo. É também, e sobretudo, um documento de gratidão: gratidão às instituições que viabilizaram sua realização, aos palestrantes e pesquisadores que compartilharam seu conhecimento, e às mediadoras e ao co-mediador que, ao lado desta apresentação, ajudaram a costurar essa experiência coletiva do início ao fim.

2 PANORAMA DAS ATIVIDADES

As sete atividades do I SEPAC SC foram organizadas em dois dias de programação, alternando palestras magnas, mesas-redondas e sessões de comunicações orais de pesquisa, de modo a equilibrar a discussão conceitual e institucional do patrimônio cultural com relatos de pesquisa e de experiência prática de gestão e restauro. Apresento, a

seguir, um breve panorama de cada uma delas, na ordem em que compõem esta obra.

2.1 Abertura oficial e Palestra Magna 1: "O Panorama do Patrimônio Material Catarinense"

O evento foi aberto com a leitura da lei de fomento que viabilizou sua realização, seguida da Palestra Magna 1, proferida pelo arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, com mediação minha e co-mediação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo. A escolha de Dalmo para essa primeira atividade não foi fortuita: sua longa trajetória à frente de instituições de patrimônio nos âmbitos municipal, estadual e federal — incluindo a coordenação, na direção nacional do IPHAN, da comissão que redigiu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira — conferiu à abertura do seminário a profundidade histórica e conceitual necessária para situar todas as discussões que se seguiriam. Sua defesa de que o Brasil carece de um repertório mais amplo de instrumentos de preservação, e de que a paisagem cultural pode funcionar como elemento articulador entre bens materiais, imateriais e processos históricos, lançou as bases conceituais que atravessariam, direta ou indiretamente, todas as demais atividades do evento.

2.2 Mesa-Redonda 1: Políticas Públicas para o Patrimônio

A segunda atividade trouxe o secretário de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, Marcel Virmond Vieira, para discutir a experiência do município na articulação entre planejamento urbano e patrimônio cultural. Foi particularmente gratificante constatar como a exposição do secretário respondeu, de forma tão concreta, ao diagnóstico

apresentado por Dalmo Vieira Filho na atividade anterior: onde este apontava a ausência histórica de políticas de fomento como entrave à preservação, Marcel apresentou um conjunto articulado de instrumentos efetivamente em funcionamento em Joinville — a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, o retrofit de edifícios centrais —, demonstrando que a lacuna identificada na palestra de abertura já vem sendo enfrentada, com resultados mensuráveis, em pelo menos um município catarinense.

2.3 Sessão de Comunicações Orais 1

Na terceira atividade, mediada por mim e pela Prof.^a Helena Farias, o seminário abriu espaço para três comunicações de pesquisa: o estudo de Ariane Rodrigues sobre os valores patrimoniais da Ponte de Arame, em Joinville, e os dois trabalhos de Luiz Carlos Pinheiro e Maicon Cardoso Pinheiro sobre as pressões normativas e eventivas que incidem sobre a paisagem cultural tombada de Brasília. Reunir, em uma mesma sessão, uma passarela de pedestres de bairro periférico e o conjunto urbanístico mais emblemático do país foi, a meu ver, uma de suas contribuições mais interessantes: evidenciou que a fragilidade da proteção patrimonial não é exclusividade de bens pouco reconhecidos, atingindo também sítios já consagrados internacionalmente quando lhes faltam políticas de continuidade.

2.4 Mesa-Redonda 2: Pesquisa e Inventário do Patrimônio

A quarta atividade, novamente sob minha mediação e co-mediação de Rogério Pupo, teve como convidada a

arquiteta e urbanista Anne Elise Rosa Soto, que optou por apresentar sua própria trajetória de pesquisa — da dissertação sobre o patrimônio industrial de Jaraguá do Sul à tese de doutorado em desenvolvimento sobre a paisagem rural joinvilense — como forma de demonstrar, na prática, como pesquisa e inventário se retroalimentam ao longo de uma carreira acadêmica. A descoberta, relatada por ela, de um acervo inédito de projetos arquitetônicos em técnica enxaimel no Arquivo Histórico de Joinville foi, sem dúvida, um dos achados mais surpreendentes de todo o seminário.

2.5 Mesa-Redonda 3: Casos Práticos de Conservação e Restauração

Já no segundo dia do evento, a quinta atividade deslocou o foco da pesquisa e da formulação de políticas para a execução prática da preservação, reunindo o arquiteto Aderbal Rodrigo Castellan Lopes, com seus relatos detalhados de cinco intervenções de restauro em edificações rurais de Jaraguá do Sul, e o arquiteto Claudio Henrique Bauso, o "TRU", de Ribeirão Preto (SP), que ofereceu uma reflexão histórica e crítica sobre a fragilidade institucional da preservação patrimonial em cidades de porte semelhante ao de Joinville. O contraste explicitamente traçado entre as duas cidades — uma referência nacional em fomento à preservação, a outra enfrentando décadas de inação institucional apesar de legislação formalmente vigente — reforçou, de maneira contundente, o argumento de que instrumentos legais, por si só, não garantem a efetividade da proteção patrimonial.

2.6 Sessão de Comunicações Orais 2

A sexta atividade, novamente sob mediação minha e da Prof.^a Helena Farias, reuniu sete comunicações de pesquisa de autores vinculados a instituições do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, evidenciando a amplitude do conceito contemporâneo de patrimônio cultural — da favela da Maré, no Rio de Janeiro, aos cinemas de rua de Florianópolis, do acervo paleontológico de Taió à paisagem rural da agricultura familiar do Alto Uruguai. Foi uma das sessões mais diversas do seminário, e talvez por isso mesmo uma das que melhor demonstrou a amplitude territorial e temática que o conceito de patrimônio cultural pode assumir quando observado a partir de diferentes escalas e regiões do país.

2.7 Palestra Magna 2 de Encerramento: "Paisagem Cultural: Conceitos e Aplicações em SC"

O evento foi encerrado pela arquiteta e urbanista Tayna Vicente, que ofereceu uma síntese conceitual particularmente elegante, ao propor que preservar a paisagem cultural não significa impedir que as cidades mudem, mas garantir que, mesmo mudando, elas continuem contando a sua própria história. Sua apresentação do caso da chancela da paisagem cultural do Rio da Luz e Texto Alto — em que a proteção efetiva do conjunto acabou dependendo do tombamento, e não da chancela em si, diante de falhas de gestão compartilhada — ofereceu um encerramento apropriadamente honesto para um seminário que, do início ao fim, recusou-se a apresentar a preservação patrimonial como tarefa simples ou já resolvida.

3 AGRADECIMENTO AO FOMENTO

Nenhuma das sete atividades aqui reunidas teria sido possível sem o apoio institucional e financeiro que viabilizou a realização do I SEPAC SC. Registro, com gratidão, que o evento foi realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011, do Estado de Santa Catarina, por meio do Edital Elisabete Anderle de incentivo à cultura, com apoio e realização do Instituto Voar Social e da Fundação Catarinense de Cultura. É graças a esse mecanismo de fomento público à cultura que pesquisadores, gestores públicos e comunidade em geral puderam acessar gratuitamente, ao longo de dois dias, um conjunto de discussões que, de outra forma, permaneceriam restritas a públicos acadêmicos especializados ou a eventos de acesso pago.

Esse agradecimento não é protocolar. Como discutido por diversos palestrantes ao longo do próprio seminário — a começar pela palestra de abertura de Dalmo Vieira Filho —, a ausência histórica de políticas de fomento consistentes é um dos principais entraves à efetividade da preservação patrimonial no Brasil. Nesse sentido, o próprio I SEPAC SC constitui um exemplo, em escala reduzida, de como o fomento público à cultura pode viabilizar iniciativas de formação, pesquisa e difusão que, de outro modo, dependeriam exclusivamente da disposição voluntária de seus organizadores e participantes — o que, como também discutido ao longo do evento, tende a comprometer a continuidade de qualquer política cultural no médio e no longo prazo.

4 AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao arquiteto e urbanista Rogério Pupo, que dividiu comigo a co-mediação de seis das sete atividades do evento, contribuindo com comentários, provocações e reflexões que estão registrados em capítulo próprio desta obra, e à Prof.^a Helena Farias, que mediou com competência as duas sessões de comunicações orais de pesquisa do evento. Agradeço, também, a cada um dos doze palestrantes convidados — Dalmo Vieira Filho, Marcel Virmond Vieira, Anne Elise Rosa Soto, Aderbal Rodrigo Castellan Lopes, Claudio Henrique Bauso e Tayna Vicente, nas palestras magnas e mesas-redondas, e às pesquisadoras e pesquisadores que apresentaram trabalhos nas sessões de comunicações orais —, todos unânimes em aceitar o convite para participar desta primeira edição do seminário, muitos deles ajustando compromissos e agendas para tanto.

Agradeço, por fim, aos intérpretes de Libras e à equipe de legendagem em tempo real, que garantiram a acessibilidade de todas as transmissões, e a todos os participantes que acompanharam o evento ao vivo e que, com suas perguntas no chat, enriqueceram os debates que hoje estão registrados nesta publicação.

5 SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO

Os capítulos que compõem esta obra foram elaborados a partir da transcrição integral de cada uma das sete atividades do I SEPAC SC, revisados e adaptados para a linguagem técnica e científica exigida por uma publicação de caráter acadêmico, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados por cada palestrante e pesquisador. Optou-se, ainda, por incluir um capítulo adicional, de autoria do próprio Rogério Pupo,

sistematizando em formato de ensaio a leitura que desenvolveu ao longo de sua atuação como co-mediador do evento — um registro que, a meu ver, complementa de forma singular os demais capítulos, ao oferecer uma perspectiva transversal sobre os temas discutidos ao longo dos dois dias de seminário.

Espero que esta obra sirva não apenas como registro histórico do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural, mas como ponto de partida para novas pesquisas, novas políticas públicas e, quem sabe, para uma segunda edição do evento — provocação deixada pelo próprio Rogério Pupo no encerramento do seminário, e que deixo registrada também nesta apresentação, na expectativa de que Santa Catarina continue, cada vez mais, contando a sua própria história.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Bruno Matos de Farias

Capítulo 1.....15

O PANORAMA DO PATRIMÔNIO MATERIAL CATARINENSE: A PAISAGEM CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

Dalmo Vieira Filho

Capítulo 2.....28

POLÍTICAS PÚBLICAS URBANÍSTICAS PARA O PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DE JOINVILLE

Marcel Virmond Vieira

Capítulo 3.....40

PESQUISA E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO: TRÊS ESTUDOS DE CASO SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E RURAL EM SANTA CATARINA

Anne Elise Rosa Soto

Capítulo 4.....51

CASOS PRÁTICOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE JARAGUÁ DO SUL E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA PATRIMONIAL NO BRASIL

Aderbal Rodrigo Castellan Lopes;

Claudio Henrique Bauso "TRU"

Capítulo 5.....64

PAISAGEM CULTURAL: CONCEITOS E APLICAÇÕES EM SANTA CATARINA

Tayna Vicente

Capítulo 6.....73

PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA DE ESTADO: UMA LEITURA INTEGRADA DA PAISAGEM, DA INFRAESTRUTURA E DO OFÍCIO DO ARQUITETO

Rogério Pupo

POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

<i>Capítulo 7.....</i>	<i>81</i>
ENTRE O PLANO PILOTO E O EVENTO-ESPETÁCULO: O PPCUB, O IPHAN E A AMEAÇA À INTEGRIDADE DA PAISAGEM CULTURAL DE BRASÍLIA	

Luiz Carlos Pinheiro; Maycon Cardoso Pinheiro

<i>Capítulo 8.....</i>	<i>102</i>
ENTRE PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO URBANA: O DESAPARECIMENTO E A DESCARACTERIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS NA ÁREA CENTRAL DE CAÇADOR/SC	

Eloisa Kasectari de Sousa; Cláudia Maté; Reno Luiz Caramori Filho

<i>Capítulo 9.....</i>	<i>137</i>
A MARÉ COMO PAISAGEM CULTURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, PATRIMÔNIO E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO EM UMA FAVELA DO RIO DE JANEIRO	

Rogério Pereira dos Santos; Bruno Matos de Farias

<i>Capítulo 10.....</i>	<i>157</i>
ROTEIROS DO PATRIMÔNIO E EVENTOS CULTURAIS NA PRESERVAÇÃO DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS DO DISTRITO FEDERAL	

Luiz Carlos Pinheiro; Maycon Cardoso Pinheiro

PESQUISA, INVENTÁRIO E DOCUMENTAÇÃO

<i>Capítulo 11.....</i>	<i>169</i>
PONTE DE ARAME SOBRE O RIO CUBATÃO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL EM JOINVILLE (SC)	

Aryenne Rodrigues

<i>Capítulo 12.....</i>	<i>189</i>
EDUCAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO SALÃO ANGELIM	

Ruan Rafael Rosa; Alícia Rachel Zanella; Darlan Jevaer Schmitt

<i>Capítulo 12.....</i>	<i>207</i>
-------------------------	------------

A PAISAGEM CULTURAL RURAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR DE PEQUENA PROPRIEDADE NO ALTO URUGUAI.

Natália Biscaglia Pereira

<i>Capítulo 13.....</i>	<i>222</i>
-------------------------	------------

CINES DE RUA DE FLORIANÓPOLIS: O QUE RESTA

Violetta Rech

<i>Capítulo 14.....</i>	<i>237</i>
-------------------------	------------

EM MEMÓRIA AOS EXPEDICIONÁRIOS: ORDENAMENTO
TERRITORIAL E PATRIMÔNIO NO CENTRO HISTÓRICO DE
JARAGUÁ DO SUL

Ana Carolina Cristofolini Anton

AÇÃO PRÁTICA: CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO

<i>Capítulo 15.....</i>	<i>258</i>
-------------------------	------------

DIAGNÓSTICO DE PATOLOGIAS EM PONTE HISTÓRICA DE
MADEIRA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA A PARTIR DA
PONTE COBERTA DO WARNOW – INDAIAL/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes

CAPÍTULO 1

O PANORAMA DO PATRIMÔNIO MATERIAL CATARINENSE: A PAISAGEM CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

Palestra magna de abertura do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

Dalmo Vieira Filho

Arquiteto e urbanista. Ex-Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e integrante da direção nacional do IPHAN entre 2006 e 2012. Ex-Superintendente do IPHAN em Santa Catarina. Ex-Diretor de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura. Ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano de Itajaí. Ex-Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RESUMO

Este capítulo reúne, em texto corrido, os principais argumentos apresentados na palestra magna de abertura do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), realizada em 10 de setembro de 2026. Partindo da constatação de que o repertório brasileiro de instrumentos de preservação do patrimônio material é reduzido diante da diversidade cultural e das dimensões continentais do país, o texto discute a chancela da Paisagem Cultural Brasileira como ferramenta complementar ao tombamento, voltada a ampliar a significância do patrimônio para a sociedade e a fundamentá-lo em processos históricos, e não apenas em exemplares isolados. A discussão é ilustrada por estudos de caso — a comunidade jangadeira de Camocim (CE), a Barra da Lagoa e a Armação do Itapocoroí, em Santa Catarina, e o patrimônio



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

rural dos imigrantes associado aos Roteiros Nacionais de Imigração — que evidenciam a relação entre paisagem, vitalidade econômica e função social do bem protegido. O texto aborda, ainda, a atual crise institucional do sistema brasileiro de patrimônio, particularmente nos níveis estadual e municipal, e a ausência histórica de políticas de fomento como entrave à efetividade da preservação. Conclui-se pela necessidade de atualização conceitual do campo — incorporando temas como o patrimônio moderno e os centros urbanos contemporâneos — e pela defesa de que a preservação patrimonial deve ser compreendida como instrumento voltado ao futuro e à qualidade de vida das populações, e não como exercício de nostalgia.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Paisagem cultural. Preservação. Santa Catarina. Políticas públicas de patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto resulta da transcrição, revisão e adaptação para a linguagem escrita da palestra magna "O Panorama do Patrimônio Material Catarinense", proferida pelo arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho na abertura oficial do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), em 10 de setembro de 2026. A atividade foi mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, mediador principal do evento, com a co-mediação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo.

O convite ao conferencista justificou-se por sua longa trajetória à frente de instituições de preservação nos âmbitos municipal, estadual e federal: ex-Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano de Itajaí, ex-Diretor de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, ex-Superintendente do IPHAN em Santa Catarina e, entre 2006 e 2012, dirigente do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização na direção nacional do IPHAN, período em que atuou na interlocução com cidades históricas de todo o país, na elaboração de normativas, em ações de fomento, arqueologia e bens móveis, além de coordenar



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

a comissão responsável pela redação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

A exposição organizou-se em dois eixos complementares: de um lado, a apresentação conceitual do instrumento da paisagem cultural, sua origem e seus fundamentos; de outro, uma leitura panorâmica do patrimônio material catarinense, com casos exemplares e uma avaliação franca dos desafios institucionais enfrentados pelo campo da preservação no Brasil contemporâneo. É essa estrutura que orienta a organização deste capítulo.

2 A PAISAGEM CULTURAL COMO AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO

O ponto de partida da conferência foi a constatação de que o Brasil dispõe de um repertório reduzido de instrumentos para a proteção do patrimônio cultural — essencialmente dois ou três, entre os quais o tombamento se destaca como o mais utilizado desde o Decreto-Lei nº 25, de 1937. O contraste com a legislação ambiental brasileira é ilustrativo: nascida também a partir de um marco normativo relativamente tardio, a política ambiental consolidou, ao longo de décadas, entre dez e vinte modalidades distintas de proteção — parques, reservas extrativistas e outras categorias —, constituindo um repertório amplo e flexível de resposta aos diferentes contextos territoriais do país. O campo do patrimônio cultural, por sua vez, não acompanhou essa diversificação de instrumentos, o que se torna particularmente problemático em um país de dimensões continentais, marcado por acentuada diversidade cultural e por um patrimônio de ascendência majoritariamente popular, e não erudita.

Foi nesse contexto que se concebeu, com inspiração em experiências internacionais, a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, instituída pelo IPHAN em 2009. Diferentemente do tombamento, que restringe usos e intervenções sobre bens específicos, a paisagem cultural foi concebida como um instrumento de adesão voluntária, dependente do interesse e da mobilização dos agentes locais. Seu propósito não é substituir o



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

tombamento, mas ampliá-lo: oferecer à sociedade informações e instrumentos objetivos para que ela própria reconheça e preserve o seu patrimônio, conferindo coesão a um conjunto de bens materiais, imateriais e arqueológicos que, isoladamente, poderiam permanecer sem qualquer relação de sentido entre si.

Um pressuposto reiterado ao longo da exposição é o de que nenhum instrumento de preservação — seja o tombamento, a paisagem cultural ou o planejamento urbano por meio dos planos diretores — é eficaz sem uma visão de conjunto sobre os objetivos que se pretende alcançar. A paisagem cultural, nesse sentido, foi pensada a partir de uma perspectiva ampla e propositiva do país, capaz de atribuir significância ao tema do patrimônio cultural e de inseri-lo nas noções contemporâneas de desenvolvimento e de modernidade — compreendendo que não há modernidade genuína que descarte a tradição, mas sim modernidade que a incorpora.

Essa dimensão de apropriação social foi ilustrada por meio de um episódio relatado pelo conferencista, envolvendo o pesquisador Carlos Fernando de Moura Delphim, um dos primeiros a discutir sistematicamente a paisagem cultural no Brasil. Ao propor que o céu de Brasília fosse reconhecido como paisagem cultural, Delphim retomava a ideia, atribuída a Lúcio Costa, de que o céu desempenharia, na capital federal, papel análogo ao do mar para a cidade do Rio de Janeiro. O relato de que um taxista, em conversa informal, também reconhecia espontaneamente esse valor simbólico do céu de Brasília foi utilizado como evidência de que a noção de paisagem cultural somente se realiza plenamente quando apropriada pela população como parte de seus valores cotidianos — vivida, reconhecida e mencionada nas interações sociais mais corriqueiras.

3 A REDUZIDA PROPORÇÃO DO PATRIMÔNIO RECONHECIDO E A NECESSIDADE DE RELAÇÃO COM OS PROCESSOS HISTÓRICOS

Um dos dados centrais apresentados na conferência refere-se à desproporção entre a extensão do patrimônio edificado



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

brasileiro e a fração dele reconhecida formalmente: estima-se que apenas cerca de 1% do patrimônio edificado do país esteja protegido por algum instrumento de reconhecimento. Diante da magnitude de lugares, edifícios e paisagens existentes no território nacional, o conferencista defendeu que a paisagem cultural não deve ser tratada como categoria isolada, mas como parte de um esforço mais amplo de qualificação simbólica dos lugares de vida da população brasileira.

Outro argumento relevante diz respeito à relação entre os bens reconhecidos como patrimônio e os processos históricos que lhes deram origem. Segundo o expositor, ciclos econômicos estruturantes da formação territorial brasileira — como os do açúcar, do ouro, da borracha e do café — permanecem insuficientemente representados no conjunto de bens tombados, que se configura, ainda hoje, como um mosaico difuso e pouco relacionado aos grandes acontecimentos da história nacional. A proposta discutida é a de que a paisagem cultural possa funcionar como elemento articulador — um "amálgama", na expressão utilizada — capaz de relacionar os bens preservados aos fatos históricos, econômicos e sociais que os explicam, ampliando sua compreensão e seu uso social.

O conferencista apresentou, ainda, dados sobre a evolução do número de tombamentos de cidades históricas no Brasil entre 1970 e o período de 2011-2012, demonstrando um crescimento expressivo associado justamente à difusão do conceito de paisagem cultural e à ideia de que um número maior de lugares poderia se apropriar da narrativa de que "aqui aconteceram coisas relevantes" — fortalecendo, assim, o orgulho local e a autoidentificação das comunidades com sua herança cultural.

4 A PAISAGEM CULTURAL EM AÇÃO: ESTUDOS DE CASO

Para tornar concretos os fundamentos conceituais apresentados, a conferência percorreu quatro estudos de caso,

situados fora e dentro de Santa Catarina, que evidenciam distintas facetas da aplicação da paisagem cultural.

4.1 Camocim (CE): a comunidade jangadeira

O primeiro caso discutido foi o da comunidade pesqueira de Camocim, no litoral cearense, apontada como um dos maiores portos de jangadas do mundo, com milhares de pescadores cadastrados que ainda hoje operam embarcações a vela — a vela latina, de origem árabe, difundida pelos portugueses e determinante para as grandes navegações que ligaram a Europa à África e ao Brasil. Segundo o conferencista, embora tenha havido tentativa de reconhecimento internacional do lugar como patrimônio da humanidade, o processo não avançou, apesar de reuniões formais com pescadores, prefeitura e lideranças locais voltadas à construção de um pacto de gestão compartilhada.

O caso foi utilizado para evidenciar duas dimensões centrais da paisagem cultural. A primeira é a de que o patrimônio, nesse contexto, não pode ser tratado apenas como objeto de fruição visual: envolve trabalhadores que permanecem semanas em alto-mar sem uso de motor, descarregam o pescado manualmente e enfrentam condições de vida precárias, de modo que a preservação da paisagem só se sustenta se articulada à melhoria efetiva das condições de vida de quem a produz. A segunda é a fragilidade desses processos diante de decisões de infraestrutura equivocadas: o relato de que investimentos públicos destinados à comunidade resultaram na construção de uma avenida sobre a área onde se localizavam os ranchos de pescadores — hoje relegados a canteiros centrais de pouca circulação — foi apresentado como exemplo de "noções equivocadas de modernidade e desenvolvimento" que desconsideram o valor cultural preexistente.

4.2 Barra da Lagoa (Florianópolis)

O segundo caso foi o da Barra da Lagoa, em Florianópolis, descrita como paisagem cultural constituída pela mescla entre



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

elementos naturais e ação humana — culinária, festas, artes da pesca e formas de sociabilidade locais. O conferencista destacou a ameaça representada pelo processo de remoção de estabelecimentos situados em faixa de terreno de marinha, colocando em discussão o dilema entre a regularização fundiária, a preservação ambiental e a manutenção do modo de vida tradicional da comunidade pesqueira local.

4.3 Armação do Itapocoroí (Penha)

O terceiro caso foi o da Armação do Itapocoroí, reconhecida por sua tradição baleeira introduzida há mais de duzentos anos, associada tanto à colonização açoriana quanto à presença histórica de pescadores de baleia vindos dos Estados Unidos, e por seu patrimônio edificado, que inclui a Capela de São João Batista, do século XVIII. Foram destacadas a raridade da construção artesanal de embarcações tradicionais na atualidade e a ameaça representada pelo intenso processo de verticalização urbana sobre o entorno, que compromete a legibilidade do conjunto e coloca em risco sua significância cultural.

4.4 O patrimônio rural dos imigrantes e os Roteiros Nacionais de Imigração

O quarto e mais extenso estudo de caso tratou do patrimônio rural associado à imigração europeia em Santa Catarina, presente em municípios como Jaraguá do Sul, Joinville, Blumenau, Pomerode e em diversas regiões coloniais do Estado, no âmbito do projeto federal dos Roteiros Nacionais de Imigração — considerado, segundo o conferencista, um dos maiores projetos de proteção da história do IPHAN. O objetivo original do projeto era associar a preservação da paisagem rural — lavouras, áreas preservadas, construções e modos de vida — à agregação de valor econômico e cultural à pequena produção agrícola familiar, mediante a certificação da origem artesanal e rural dos produtos, em analogia às denominações de origem já consolidadas em países europeus.

O conferencista reconheceu que a maior parte das construções preservadas nesse contexto só permanece de pé em razão de intervenções diretas do IPHAN e, pontualmente, de municípios, e que a proposta segue como um desafio em aberto no que diz respeito a estratégias, prioridades e alternativas reais de implementação. Foi mencionado o exemplo de uma propriedade rural em Pomerode que, mais de uma década após seu reconhecimento, preserva tanto a edificação quanto sua função produtiva original — situação hoje excepcional diante do esvaziamento generalizado das pequenas propriedades rurais.

O caso também expôs as ameaças estruturais ao patrimônio rural imigrante: a expansão urbana desordenada sobre áreas de colonização, a fragmentação de lotes rurais, a perda de mão de obra familiar e visões administrativas que associam a vida no campo a um modelo ultrapassado. O conferencista relatou o exemplo de uma fotografia amplamente valorizada institucionalmente — exibida sucessivamente em gabinetes públicos ao longo de quinze anos — que retrata não a paisagem rural preservada, mas justamente o avanço da ocupação urbana sobre áreas de vegetação e produção agrícola, num sintoma da desconexão entre o valor simbólico atribuído e a realidade territorial em curso.

5 A CRISE DO SISTEMA DE PATRIMÔNIO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

A segunda parte da exposição voltou-se à avaliação institucional do sistema brasileiro de proteção do patrimônio. O conferencista estabeleceu uma distinção entre dois universos: de um lado, o IPHAN, que, apesar de enfrentar dificuldades, mantém tradição institucional, quadro técnico qualificado e capacidade de produzir ações relevantes; de outro, os órgãos estaduais e municipais de patrimônio, cuja situação foi descrita como "muito mais preocupante", marcada por crise profunda, carência de quadros técnicos e de recursos, e por um distanciamento estrutural entre esses setores e os núcleos decisórios da administração



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

pública — distanciamento identificado como quase regra no país, com poucas exceções.

Segundo o conferencista, um dos maiores desafios enfrentados hoje pelo campo do patrimônio — em Santa Catarina e no Brasil como um todo — é a atualização dos próprios conceitos que orientam a atuação preservacionista. Foi mencionada, como exemplo, a ausência de debate consistente sobre o patrimônio de caráter modernista, cuja preservação exige critérios e estratégias distintos daqueles consolidados para o patrimônio colonial ou eclético, em razão de sua escala, de suas condições de conservação e dos elementos simbólicos que o caracterizam.

O conferencista também problematizou os centros históricos das cidades brasileiras, afirmando que estes vivem um processo generalizado de perda de significado e de qualidade urbana, e que a prática preservacionista brasileira tende a tratá-los com os mesmos instrumentos aplicados a conjuntos monumentais isolados — como Ouro Preto —, sem incorporar adequadamente o dinamismo próprio dos espaços urbanos vivos. Foi citado o exemplo do centro histórico do Rio de Janeiro, no qual decisões de mobilidade urbana consideradas equivocadas — a exemplo da retirada de estacionamentos e da introdução de faixas exclusivas de ônibus sem avaliação adequada de fluxo — coincidiram com o fechamento progressivo do pequeno comércio local, evidenciando que a preservação patrimonial não pode ser dissociada da vitalidade econômica e da mobilidade humana no território protegido.

A avaliação do conferencista sobre o momento atual foi direta: o Brasil viveria "a maior crise da história da preservação do patrimônio", agravada pela ausência de mecanismos efetivos de fomento e pela permanência de um modelo federativo — dividido entre União, estados e municípios — que dificulta ações conjuntas e coordenadas. Ainda assim, o expositor fez questão de relativizar esse diagnóstico, reconhecendo conquistas relevantes obtidas nos últimos anos, entre as quais o reconhecimento, em



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Santa Catarina, da tradição da pesca da tainha com o auxílio dos botos em Laguna como patrimônio cultural do Brasil — processo concluído em sete meses, considerado um avanço significativo diante da morosidade usual desse tipo de reconhecimento.

6 FOMENTO, FUNÇÃO SOCIAL E PERTENCIMENTO: O DEBATE COM A AUDIÊNCIA

Encerrada a exposição, o debate conduzido pelos mediadores aprofundou um dos temas mais recorrentes da conferência: a relação entre a proteção formal de um bem e a percepção de seus proprietários e usuários. Provocado sobre como evitar que o tombamento seja vivido como punição — o que frequentemente leva proprietários a se desvincularem afetivamente de bens protegidos —, o conferencista afirmou que o Brasil está entre os poucos países que não vinculam a política de proteção patrimonial a mecanismos consistentes de fomento. Herdeira de uma lógica presente desde a legislação de 1937, a responsabilidade pela conservação — e os ônus decorrentes dela — recai quase integralmente sobre o proprietário, o que pode reduzir drasticamente o valor econômico de imóveis tombados e conduzir ao abandono de bens que, sem suporte financeiro ou técnico, não encontram condições de manutenção.

O conferencista defendeu que órgãos de patrimônio precisam necessariamente dispor de instrumentos de fomento, e mencionou, como exemplo pouco explorado no Brasil, os mecanismos de transferência do potencial construtivo — que permitem a proprietários de imóveis tombados comercializar índices urbanísticos não utilizados —, cuja aplicação prática permanece rara apesar de décadas de previsão legal em algumas experiências municipais. Reafirmou, ainda, um princípio central de sua atuação: o de que o desafio da preservação não se encerra com o tombamento, mas começa a partir dele, pois a sociedade tende a rejeitar bens protegidos que permanecem sem uso, deteriorados e sem função social reconhecida.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Questionado sobre como despertar o senso de pertencimento das comunidades em relação ao seu patrimônio, o conferencista destacou o papel da educação — reconhecendo, contudo, que seus efeitos amadurecem apenas ao longo de gerações — associada a estratégias de lazer, turismo e, sobretudo, ao uso social efetivo dos bens protegidos. Segundo ele, permitir que a população utilize, visite e vivencie imóveis e áreas tombadas — inclusive por meio de atividades escolares — é a forma mais eficaz de ampliar a sensibilidade coletiva para o valor desses bens, contrapondo-se ao processo de esvaziamento simbólico que ocorre quando o patrimônio se torna apenas um pano de fundo cotidiano, sem vínculo afetivo com quem por ele passa.

Por fim, questionado sobre o potencial dos Roteiros Nacionais de Imigração como metodologia de retomada da discussão patrimonial em Santa Catarina, o conferencista qualificou o projeto original como audacioso, por propor um uso diferenciado do território voltado à valorização cultural da pequena produção rural. Relatou que a iniciativa contou, à época, com a assinatura do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, de dezesseis prefeitos, do governador do Estado, de senadores e deputados, além de instituições como o próprio IPHAN, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA, o Ministério do Turismo, o Ministério das Cidades, o SEBRAE e a UNESCO. Apesar do amplo apoio institucional formal, poucos municípios efetivamente implementaram os núcleos locais de comercialização de produtos coloniais previstos no projeto. Entre os resultados concretos mencionados estiveram a restauração de conjuntos de imóveis tombados em cerca de dezesseis municípios catarinenses e uma pesquisa universitária voltada à produção tradicional do queijo colonial, então ameaçada por normas sanitárias que desconsideravam suas especificidades regionais — situação análoga à enfrentada décadas antes pelas denominações de origem na França. Para o conferencista, mesmo com resultados aquém do inicialmente planejado, os Roteiros permanecem um



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

ponto de partida relevante para o debate sobre alternativas efetivas de preservação no Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conferência que dá origem a este capítulo articula, de forma consistente, três dimensões do debate contemporâneo sobre patrimônio cultural: a necessidade de ampliação do repertório de instrumentos de preservação disponíveis no Brasil, exemplificada pela chancela da Paisagem Cultural Brasileira; a constatação, por meio de casos concretos em Santa Catarina e no Nordeste do país, de que a preservação patrimonial só se sustenta quando articulada à vitalidade econômica e social de quem produz e vive essa paisagem; e o diagnóstico crítico de um sistema institucional de patrimônio — sobretudo nos níveis estadual e municipal — em crise estrutural, carente de recursos, de quadros técnicos e, principalmente, de políticas efetivas de fomento.

O argumento central que perpassa toda a exposição é o de que o patrimônio cultural não deve ser compreendido como um campo voltado ao passado ou reservado a posturas conservadoras, mas como instrumento orientado ao futuro — capaz de qualificar a vida das populações, de fortalecer identidades locais e de contribuir para processos de desenvolvimento territorial. Nas palavras do próprio conferencista, o patrimônio "lida com o futuro, lida com o que nós queremos levar de herança para os nossos descendentes", o que exige dos gestores públicos e da comunidade acadêmica um compromisso permanente com a atualização de conceitos, com a legitimidade social das ações de preservação e com a construção de políticas de fomento capazes de transformar o tombamento em ponto de partida — e não em obstáculo — para a valorização efetiva do patrimônio material catarinense.

Nota: este texto foi elaborado a partir da transcrição da palestra magna "O Panorama do Patrimônio Material Catarinense", proferida por Dalmo Vieira Filho em 10 de setembro de 2026, na abertura do I



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), evento realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011. A fala oral foi revisada e adaptada para a linguagem escrita e científica exigida pela publicação nos Anais do evento, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados pelo conferencista.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS URBANÍSTICAS PARA O PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DE JOINVILLE

Mesa-Redonda 1: Políticas Públicas para o Patrimônio — I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

Marcel Virmond Vieira

Secretário de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. Arquiteto e urbanista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com aperfeiçoamento em pesquisa científica pelo CNPq, especialização em Gestão Urbana e Ambiental e MBA em Cidades Responsivas. Responsável por projetos em parceria com instituições como Connect My City e Smart City EcoPro, em Barcelona, e com estágio na Câmara de Artes e Ofícios da Alta Baviera, na Alemanha.

RESUMO

Este capítulo sistematiza, em linguagem técnica e científica, os principais argumentos apresentados na Mesa-Redonda 1 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), sob o tema "Políticas Públicas para o Patrimônio", com exposição do Secretário de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, Marcel Virmond Vieira, mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias e pelo arquiteto e urbanista Rogério Pupo. A exposição discute a relação transversal entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural, tomando o município de Joinville (SC) como estudo de caso. Parte-se da constatação de que a matriz de desenvolvimento industrial que moldou a cidade historicamente relegou o patrimônio cultural a segundo plano, por associar valor apenas àquilo que é economicamente útil, para em seguida



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

demonstrar como um conjunto articulado de instrumentos urbanísticos — a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, o retrofit de edifícios centrais e a requalificação de espaços públicos — vem sendo empregado como política de fomento à conservação de bens tombados e à reativação de áreas históricas centrais. O texto discute, ainda, o desafio de engajar os proprietários de imóveis protegidos, historicamente descrentes de que a preservação possa gerar valor, e defende que o poder público deve atuar como indutor e parceiro desses processos, e não como seu único protagonista.

Palavras-chave: Políticas públicas urbanísticas. Patrimônio cultural. Fomento. Transferência do direito de construir. Joinville.

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta da transcrição, revisão e adaptação para a linguagem escrita da Mesa-Redonda 1 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), realizada em 10 de setembro de 2026, sob o tema "Políticas Públicas para o Patrimônio". A atividade foi mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, mediador principal do evento, com a co-mediação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo, e teve como convidado o Secretário de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, Marcel Virmond Vieira.

A exposição do secretário deu continuidade direta ao debate iniciado na palestra magna de abertura do evento, na qual o arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho já havia apontado a ausência de políticas de fomento como um dos principais entraves à efetividade da preservação patrimonial no Brasil. Retomando esse fio condutor, o secretário propôs uma leitura das políticas públicas urbanísticas de Joinville — e não das políticas culturais em sentido estrito, de competência da Secretaria de Cultura — enquanto instrumentos transversais que contribuem, direta ou indiretamente, para a proteção, a conservação e o restauro do patrimônio cultural do município.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A apresentação organizou-se em três eixos, que estruturaram também este capítulo: primeiro, a formação histórica e econômica de Joinville como chave para compreender a desvalorização inicial do patrimônio cultural; segundo a inversão dessa lógica, com a incorporação do patrimônio como ativo estratégico do desenvolvimento urbano; e terceiro, o conjunto de instrumentos urbanísticos concretos empregados pelo município como política de fomento à preservação.

2 FORMAÇÃO URBANA DE JOINVILLE E O DESAFIO INICIAL DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O secretário situou a origem de Joinville na colônia agrícola fundada em 1851 pelo Príncipe de Joinville em parceria com o senador Mathias Schroeder, destacando, contudo, uma singularidade histórica: relatos indicam que mais de 30% dos imigrantes que se estabeleceram na região já eram provenientes de centros urbanos europeus, e não de origem estritamente agrícola. Essa composição social diferenciada teria conduzido o município a um percurso de desenvolvimento econômico distinto de outras cidades da região que permaneceram predominantemente ligadas à matriz agrícola.

Duas grandes transformações territoriais foram destacadas na trajetória da cidade. A primeira, ocorrida ainda no século XIX e no início do XX, converteu o loteamento rural original em núcleo urbano estruturado, com a criação do traçado de ruas em xadrez característico do centro histórico. A segunda, consolidada a partir do primeiro plano diretor, elaborado no início da década de 1970, direcionou a expansão da cidade para a industrialização, com a criação de um distrito industrial ao norte do território municipal. Entre a década de 1960 e a atualidade, o território urbanizado de Joinville expandiu-se em mais de dez vezes, movimento impulsionado pela substituição de importações e pela industrialização que caracterizou a segunda metade do século XX no Brasil.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Segundo o secretário, esse processo de industrialização acelerada trouxe um primeiro obstáculo cultural à valorização do patrimônio: a lógica modernista e racionalista, especialmente no âmbito das indústrias, segundo a qual apenas aquilo que possui utilidade explícita ou capacidade de gerar riqueza é dotado de valor. Essa percepção, amplamente internalizada, especialmente entre profissionais de formação técnica, teria constituído a barreira inicial ao reconhecimento do valor do patrimônio histórico e cultural no imaginário urbano de Joinville. Dado ilustrativo apresentado é o de que a economia rural do município corresponde a menos de 0,5% do seu Produto Interno Bruto, o que evidencia a magnitude da pressão exercida pela matriz industrial sobre os demais setores, incluindo o patrimônio cultural.

O secretário também apresentou dados demográficos relevantes para compreender o contexto atual: segundo projeções do IBGE, Santa Catarina deverá seguir em crescimento populacional até meados da década de 2060, sendo o litoral entre Joinville e Florianópolis a região de maior crescimento esperado no Estado. A pirâmide etária do município evidencia, ademais, um afluxo migratório expressivo de pessoas entre 20 e 45 anos, muitas vindas de outras regiões do Brasil e de outros países — casos de Venezuela, Cuba e Haiti foram mencionados —, atraídas não apenas por oportunidades de emprego, mas pela busca de qualidade de vida, o que começa a criar uma relação de transversalidade entre desenvolvimento urbano e patrimônio cultural.

3 DO PATRIMÔNIO COMO OBSTÁCULO AO PATRIMÔNIO COMO ATIVO DE DESENVOLVIMENTO

Um dos argumentos centrais da exposição é o de que, nas últimas duas décadas, consolidou-se uma mudança de paradigma na relação entre desenvolvimento econômico e patrimônio cultural. Se, historicamente, a cidade era compreendida apenas como polo de oportunidades de emprego, hoje se reconhece que sua continuidade como ambiente de inovação depende também de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

sua capacidade de gerar desejo de permanência e pertencimento — o que está diretamente relacionado ao consumo cultural. Segundo o secretário, corroborando um argumento atribuído ao ex-governador catarinense Luiz Henrique da Silveira, "uma cidade sem cultura é apenas um depósito de gente", reforçando que não há ambiente de inovação sustentável sem vida cultural robusta.

Essa mudança de perspectiva reposicionou o patrimônio histórico: de um empecilho ao desenvolvimento — um edifício antigo que demanda cuidados de manutenção mais complexos — para uma oportunidade de qualificação do ambiente urbano e de atração de investimentos e de população qualificada. O secretário destacou, ainda, que aquilo que torna uma cidade desejável combina três dimensões: as oportunidades econômicas, os aspectos sociais básicos — moradia, saúde e educação acessíveis — e os aspectos afetivos e simbólicos, nos quais o patrimônio cultural e histórico desempenha papel central, sobretudo em cidades como Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul, cuja identidade afetiva, ao contrário de Florianópolis, não está associada a atributos naturais evidentes.

Foi problematizada, nesse ponto, a tentativa de criação artificial de tradições culturais — um processo descrito como "enxameleio", numa referência crítica a apropriações estilizadas e pouco autênticas de referências germânicas — em favor de uma abordagem que reconhece o patrimônio histórico e cultural material como parte constitutiva de uma vida urbana genuinamente diversa e vivida, capaz de atrair o perfil de população que sustenta um ambiente de inovação contínua.

O secretário também apresentou análises espaciais da cidade — mapas de mobilidade, de renda, de densidade populacional e de oportunidades de emprego — que evidenciam um paradoxo do planejamento urbano de Joinville: embora o zoneamento tenha historicamente incentivado a verticalização das áreas centrais, dotadas de melhor infraestrutura, a maior densidade populacional efetiva concentra-se nos bairros periféricos, mais



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

distantes das oportunidades de emprego, ao passo que a área central histórica e a antiga região retroportuária permanecem relativamente esvaziadas e subutilizadas. Esse diagnóstico fundamentou a definição de três diretrizes estratégicas para o planejamento municipal: acesso à moradia, mobilidade urbana de qualidade e qualificação dos espaços públicos — sendo esta última diretamente relacionada à valorização do patrimônio cultural.

4 INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DE FOMENTO AO PATRIMÔNIO EM JOINVILLE

4.1 Transferência do direito de construir vinculada ao patrimônio cultural

O principal instrumento apresentado foi a Transferência do Direito de Construir (TDC) vinculada a imóveis tombados. O mecanismo consiste em calcular o potencial construtivo que o proprietário de um imóvel protegido deixou de utilizar em razão do tombamento, convertendo esse valor em outorga onerosa negociável no mercado da construção civil. Segundo o secretário, o instrumento vem sendo aprimorado nos últimos anos, com simplificação de procedimentos burocráticos e emissão de certificados de potencial construtivo transferível, hoje já procurados de forma proativa pelo mercado imobiliário local.

Como exemplo concreto, foi citado o caso da Sociedade Harmonia Lyra, clube histórico centenário da cidade — atual sede da própria Secretaria de Planejamento Urbano —, que arrecadou mais de um milhão e meio de reais por meio da venda de potencial construtivo, recursos integralmente aplicados em obras de restauro do edifício. Segundo dados apresentados, uma média de aproximadamente 70 imóveis tombados na área central do município já foi contemplada pelo instrumento, com potencial médio de cerca de 600 mil reais por imóvel — o equivalente, segundo o secretário, a um subsídio médio mensal de cerca de cinco mil reais destinado à conservação de cada bem, renovável a



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

cada dez anos. O secretário enfatizou que o instrumento não deve ser compreendido como indenização pelo tombamento, mas como mecanismo de fomento e auxílio à conservação, distinção que, segundo relatou, ainda gera desconfiança entre proprietários habituados a perceber o tombamento como restrição punitiva.

Complementarmente, foi mencionada a existência de um sistema municipal de incentivo à cultura, inspirado na Lei Rouanet federal, por meio do qual proprietários de bens tombados podem apresentar projetos e captar recursos especificamente destinados à restauração de seus imóveis.

4.2 Operações urbanas consorciadas

Joinville conta, segundo a exposição, com três operações urbanas consorciadas em funcionamento e outras em fase de elaboração, instrumentos que estabelecem parcerias entre o poder público e empreendedores da construção civil, condicionando contrapartidas de interesse cultural aos investimentos imobiliários realizados. Na operação urbana "Cidade das Águas", em parceria com empreendimentos privados da região, as contrapartidas incluíram a preservação de uma edificação de valor cultural — uma casa em chalé — e a instalação de uma obra de arte pública de grande porte, de autoria do artista joinvilense Juarez Machado, em importante cruzamento viário da cidade.

Na operação urbana "Quadra Cultural", situada em região que reúne o Cemitério dos Imigrantes — tombado pelo IPHAN e um dos três monumentos nacionais do município, ao lado da Estação Ferroviária e do Palácio dos Príncipes, sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização —, o Instituto Juarez Machado, o Museu de Arte de Joinville e o eixo gastronômico e criativo conhecido como Boulevard Otto, recursos oriundos de outorgas onerosas têm sido direcionados à qualificação urbanística das vias, à ampliação de calçadas, à instalação de obras de arte e, notadamente, à ampliação do Museu de Arte de Joinville — projeto executivo desenvolvido pelo escritório Brasil Arquitetura, de Marcelo Ferraz, colaborador histórico da arquiteta



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Lina Bo Bardi. O museu está instalado na antiga residência de Ottokar Doerffel, figura de relevância histórica para o município, e a ampliação busca dotar a instituição de condições técnicas adequadas para a realização de mostras de maior porte e para a guarda qualificada de seu acervo.

Uma terceira frente, denominada "Viva a Cidade" e em tramitação na Câmara de Vereadores, propõe uma lei municipal de retrofit inspirada em experiências de Curitiba, Florianópolis e Rio de Janeiro, com incentivos para a reforma, adequação a normas de acessibilidade e segurança contra incêndio, e reocupação — inclusive residencial — de edifícios da área central, tombados ou não, como estratégia de combate ao esvaziamento noturno e de fins de semana dessas regiões.

4.3 Requalificação de espaços públicos e do patrimônio ambiental

Outro conjunto de ações discutido refere-se à requalificação de espaços públicos associados à história da cidade. O Parque Porto Cachoeira, às margens do rio que deu origem à ocupação urbana de Joinville e que, com a chegada das rodovias, havia se tornado uma área de fundos abandonada, vem sendo recuperado em trechos sucessivos, com investimento da ordem de 50 milhões de reais na requalificação de sua orla, em articulação com equipamentos culturais próximos, como a Casa da Cultura, o Museu Arqueológico de Sambaqui e o Centro de Eventos Cau Hansen.

Complementarmente, está em implantação uma rede de seis pontos de atracação flutuante, distribuídos por diferentes regiões da cidade, com o objetivo de resgatar a tradição náutica de Joinville — outrora expressa em clubes de regatas e de remo e em uma escola de vela hoje pouco lembrada — e viabilizar um circuito turístico e cultural por via fluvial até o centro histórico do município.

4.4 Grandes equipamentos culturais em áreas históricas

Entre os investimentos de maior porte apresentados destaca-se o Theatro Nicodemos, empreendimento de aproximadamente 100 milhões de reais em desenvolvimento no local do antigo Cine Palácio — edifício que abrigara sucessivamente um teatro, um cinema e uma igreja antes de ser desapropriado pelo município em estado de ruína. O projeto prevê a conservação da fachada histórica e a construção, em seu interior, de um teatro contemporâneo com cerca de 1.200 lugares, destinado a atender demandas culturais até então sem espaço adequado na cidade, como a Escola do Teatro Bolshoi, o Musicarium e festivais de ópera e de piano. Segundo o secretário, a escolha de manter o equipamento na área central é estratégica, com efeito indutor esperado sobre a reativação econômica e cultural de seu entorno.

Também foi apresentado o projeto de retrofit da Biblioteca Pública Rolf Colin, erguida no marco zero da cidade — local do antigo barracão que recebeu os primeiros imigrantes em 1851 —, cuja reconfiguração arquitetônica busca transformar um edifício originalmente opaco em espaço transparente e ativo, com café e programação cultural voltados à requalificação da praça em seu entorno, historicamente fragmentada por espaços residuais mal aproveitados.

4.5 Pequenas intervenções de valorização simbólica

Ao lado dos grandes equipamentos, o secretário destacou intervenções de menor escala, mas de significativo impacto simbólico, como o projeto de iluminação de destaque aplicado a edifícios históricos — entre eles a sede da Sociedade Harmonia Lira e o Palacete Schlem, este último ainda em processo de restauração —, executado no âmbito da parceria público-privada de iluminação pública do município e sem custo para os proprietários. Segundo relatado, essas ações têm estimulado a criação espontânea de passeios noturnos pelo patrimônio



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

arquitetônico do centro histórico, promovidos pela própria comunidade.

Foi também mencionada a valorização do patrimônio imaterial associado à cultura do voluntariado em Joinville — expressa, entre outras formas, na atuação centenária dos bombeiros voluntários —, ilustrada pela requalificação e transferência do Monumento ao Voluntariado para um nó urbano de maior visibilidade na cidade, e pela escultura pública "Joinville, Filha da Chuva", de Juarez Machado, planejada para instalação em rotatória de grande fluxo, associando arte contemporânea, identidade local e valorização simbólica de um elemento tantas vezes percebido de forma negativa — o regime de chuvas do município.

5 O DEBATE: ENGAJAMENTO DOS PROPRIETÁRIOS E O PAPEL INDUTOR DO PODER PÚBLICO

O debate conduzido pelos mediadores aprofundou a questão do fomento, já anunciada na palestra magna de abertura do evento. Questionado sobre como a renovação decenal da venda de potencial construtivo tem sido compreendida pela população, o secretário identificou o principal desafio da política urbana no centro histórico de Joinville: a passividade dos proprietários, frequentemente herdeiros de segunda ou terceira geração, que, ao contrário de quem herda um negócio produtivo, não se sentem compelidos a investir continuamente na conservação de seus imóveis, sustentando-se apenas da renda de locação, muitas vezes intermediada por imobiliárias, sem qualquer relação direta com o inquilino ou com o estado de conservação do bem.

Segundo o secretário, essa desconexão entre proprietários, inquilinos comerciais e o próprio edifício é uma das causas estruturais do esvaziamento noturno e do abandono aparente dos centros históricos em cidades médias e grandes do Brasil. A principal estratégia adotada por Joinville para enfrentar esse quadro foi o fomento à criação de uma associação de proprietários da área central, com o objetivo de promover articulação,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayta

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

inteligência de gestão coletiva e engajamento direto desses agentes — condição considerada indispensável para que investimentos públicos em infraestrutura, iluminação e segurança produzam efeitos duradouros.

O secretário também retomou, criticamente, a tendência de tratar indiscriminadamente todo o patrimônio urbano como monumento intocável, referindo-se a uma distinção proposta pelo urbanista Washington Fajardo entre o que é "documento" e o que é "monumento" histórico, para defender a necessidade de normas de preservação mais flexíveis e compatíveis com a vitalidade comercial das áreas centrais — sob risco de que a rigidez excessiva das restrições gere rejeição social à própria ideia de preservação, em vez de fruição e orgulho por parte da população.

Como exemplo adicional de resistência ao engajamento dos proprietários, foi mencionada a incompreensão inicial de que a Transferência do Direito de Construir constitui fomento à conservação, e não indenização pelo tombamento — expectativa equivocada, segundo o secretário, de que o valor recebido deveria equivaler ao de uma venda para grande empreendimento imobiliário. Reafirmou, por fim, o princípio segundo o qual o protagonismo dos processos de reativação de áreas históricas deve pertencer aos próprios ocupantes e proprietários da cidade, cabendo ao poder público um papel de apoio e indução, e não de condução direta e isolada — sob pena de que iniciativas dependentes exclusivamente da vontade política de uma gestão específica sejam descontinuadas em mudanças de governo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição analisada neste capítulo evidencia um deslocamento relevante na compreensão da relação entre planejamento urbano e patrimônio cultural: de uma lógica inicial de exclusão mútua, na qual apenas o que é economicamente útil possui valor reconhecido, para uma abordagem transversal, em que a preservação do patrimônio material e imaterial é incorporada como diretriz estratégica do desenvolvimento urbano.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A experiência de Joinville, sistematizada a partir de instrumentos como a transferência do direito de construir, as operações urbanas consorciadas, o retrofit de edifícios centrais e a requalificação de espaços públicos, oferece um repertório replicável de políticas de fomento capazes de transformar o tombamento — historicamente percebido como restrição punitiva — em ativo econômico e simbólico para seus proprietários e para a cidade.

O argumento que perpassa toda a exposição, e que dialoga diretamente com o diagnóstico apresentado na palestra magna de abertura do I SEPAC SC, é o de que a efetividade da preservação patrimonial depende, em grande medida, da capacidade do poder público de construir políticas de fomento consistentes e de mobilizar o engajamento ativo de proprietários e demais agentes urbanos. Mais do que restringir usos, a política pública de patrimônio precisa criar condições reais — econômicas, urbanísticas e simbólicas — para que a conservação dos bens protegidos seja percebida como oportunidade, e não como castigo, consolidando o patrimônio cultural como elemento estruturante, e não acessório, do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Nota: este texto foi elaborado a partir da transcrição da Mesa-Redonda 1 "Políticas Públicas para o Patrimônio", com exposição de Marcel Virmond Vieira, realizada em 10 de setembro de 2026, no âmbito do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), evento realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011. A fala oral foi revisada e adaptada para a linguagem escrita e científica exigida pela publicação nos Anais do evento, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados pelo palestrante.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 3

PESQUISA E INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO: TRÊS ESTUDOS DE CASO SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E RURAL EM SANTA CATARINA

Mesa-Redonda 2: Pesquisa e Inventário do Patrimônio — I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

Anne Elise Rosa Soto

Arquiteta e urbanista, professora da Universidade da Região de Joinville (Univille), doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade e mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mais de vinte anos de experiência em patrimônio cultural, restauro, arquitetura e gestão pública.

Ex-gerente de patrimônio da Fundação Cultural de Joinville e ex-chefe do escritório técnico do IPHAN em São Francisco do Sul.

Conselheira titular do CAU/SC e titular do escritório Anne Soto Arquitetura e Restauro.

RESUMO

Este capítulo sistematiza, em linguagem técnica e científica, a exposição apresentada na Mesa-Redonda 2 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), sob o tema "Pesquisa e Inventário do Patrimônio", com exposição da arquiteta e urbanista Anne Elise Rosa Soto, mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias e pelo arquiteto e urbanista Rogério Pupo. A exposição discute a relação indissociável entre pesquisa e inventário como instrumentos de preservação do patrimônio cultural, a partir de três estudos de caso conduzidos pela própria autora: a dissertação de mestrado sobre o patrimônio industrial edificado de Jaraguá do Sul; o mapeamento da arquitetura rural com técnica enxaimel na região do Piraí, em Joinville; e a tese de doutorado em



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

desenvolvimento sobre arquitetura vernácula popular e paisagem rural joinvilense. O texto discute, ainda, a descoberta de um acervo documental inédito de projetos arquitetônicos em técnica enxaimel no Arquivo Histórico de Joinville, e conclui pela defesa de que a pesquisa acadêmica em patrimônio deve orientar-se, sempre que possível, para proposições de política pública.

Palavras-chave: Inventário do patrimônio. Pesquisa em patrimônio cultural. Arquitetura enxaimel. Patrimônio rural. Joinville.

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta da transcrição, revisão e adaptação para a linguagem escrita da Mesa-Redonda 2 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), realizada em 10 de setembro de 2026, sob o tema "Pesquisa e Inventário do Patrimônio". A atividade foi mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, mediador principal do evento, com a co-mediação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo, e teve como convidada a arquiteta e urbanista Anne Elise Rosa Soto, professora da Univille e doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, com mais de vinte anos de atuação em patrimônio cultural, restauro e gestão pública.

A exposição organizou-se a partir de uma escolha metodológica deliberada da palestrante: em vez de uma abordagem exclusivamente teórica sobre pesquisa e inventário, optou-se por apresentar três estudos de caso conduzidos pela própria autora ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, evidenciando como pesquisa e inventário se retroalimentam. Esse é o fio condutor deste capítulo, que discute, sucessivamente, os fundamentos conceituais do inventário como instrumento de preservação, os três estudos de caso apresentados e o debate final sobre tecnologia e políticas públicas para o patrimônio rural.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

2 PESQUISA E INVENTÁRIO: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS

A exposição partiu de uma distinção conceitual fundamental: pesquisa e inventário são instrumentos integrados, mas não equivalentes. Segundo a palestrante, é possível realizar pesquisa sem produzir um inventário, mas não é possível constituir um inventário consistente sem pesquisa prévia e aprofundada, que confira densidade documental e histórica ao levantamento. O conceito de inventário no âmbito do patrimônio cultural brasileiro está previsto no artigo 216, parágrafo primeiro, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual cabe ao poder público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

A palestrante situou historicamente os dois principais instrumentos de proteção do patrimônio no Brasil: o tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, e, portanto, mais antigo; e o inventário, que passa a ganhar contornos mais definidos a partir das décadas de 1960 a 1980. Tratam-se de instrumentos distintos e complementares — o inventário pode ter caráter de poder público, com efeitos legais de proteção, ou caráter acadêmico e de pesquisa, sem efeito legal direto, mas com relevância documental e histórica.

Como exemplo de inventário institucional, foi apresentado o caso de Joinville, que dispõe de instrumento próprio desde 2011, por meio da Lei Municipal nº 363, que instituiu o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), abrangendo patrimônio material — móvel e imóvel, este último incluindo os bens arquitetônicos — e patrimônio imaterial. Segundo a palestrante, o IPCJ é um desdobramento da antiga listagem de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs), relação extensa, porém pouco detalhada, sem levantamento histórico consistente para os bens listados. O processo de inventariamento decorrente do IPCJ permaneceu paralisado por longo período, tendo sido retomado



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

mais recentemente, exigindo, para cada imóvel, um processo de instrução técnica com pesquisa histórica, arquitetônica e documental.

3 PRIMEIRO ESTUDO DE CASO: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EDIFICADO DE JARAGUÁ DO SUL

O primeiro estudo de caso apresentado corresponde à dissertação de mestrado da palestrante, defendida no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da UFSC, sob o título "Patrimônio Industrial Edificado Urbano de Jaraguá do Sul: inventário das principais indústrias implantadas entre 1900 e 1960". A pesquisa partiu de um levantamento histórico amplo do processo de industrialização do Brasil e de Santa Catarina, de modo a compreender o contexto geral antes de aprofundar-se no objeto específico — as grandes indústrias jaraguenses, cidade cujo processo de industrialização guarda semelhanças relevantes com o de Joinville.

A partir desse panorama histórico, organizado por décadas e articulado ao contexto estadual e nacional, a autora selecionou sete indústrias cujos vestígios arquitetônicos permaneciam preservados e que exerceram influência relevante sobre a malha urbana da cidade — entre elas a Indústria Malve, cujas edificações antigas, executadas com técnica enxaimel, serviram de exemplo detalhado na exposição. A metodologia de inventário foi adaptada de modelo desenvolvido em Portugal, por meio de fichas de catalogação que sistematizaram cronologia, tipologia, alterações construtivas e documentação disponível para cada conjunto fabril, combinando pesquisa em arquivo histórico, bibliografia acadêmica prévia — monografias, dissertações e teses — e, de forma inovadora, pesquisa direta nos acervos e museus mantidos pelas próprias indústrias estudadas, muitas delas ainda em atividade no local de sua fundação original.

Segundo a palestrante, a organização sistemática dessas informações em fichas de inventário permite compreender o patrimônio industrial não como um conjunto de bens isolados, mas em sua relação de conjunto — leitura que considera



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

indispensável para evitar uma abordagem excessivamente individualizada, capaz de comprometer a compreensão da preservação em sua relação com a cidade e com as pessoas. A dissertação encontra-se disponível para consulta pública no repositório institucional da UFSC.

4 SEGUNDO ESTUDO DE CASO: O MAPEAMENTO DA ARQUITETURA RURAL COM TÉCNICA ENXAIMEL NA REGIÃO DO PIRAI

O segundo estudo de caso apresentado foi o "Mapeamento da Arquitetura Rural com Técnica Enxaimel em Joinville", projeto financiado por edital do programa estadual de incentivo à cultura Elizabeth Anderle — o mesmo mecanismo de financiamento que viabilizou a realização do próprio I SEPAC SC. Aprovado ao final de 2019, o projeto teve sua execução impactada pela pandemia de covid-19, iniciada logo em seguida, o que exigiu adaptações metodológicas relevantes: trabalho de equipe remoto, uso de equipamentos de proteção individual em campo e limitações no contato direto com moradores idosos das propriedades pesquisadas.

A motivação da pesquisa, segundo relatado, originou-se da experiência prévia da autora como gestora de patrimônio da Fundação Cultural de Joinville, período em que identificou a inexistência de mapeamento, inventário ou informação sistematizada sobre as edificações rurais em técnica enxaimel do município, além da ausência de proteção legal para a maior parte desses bens. A partir de consulta a colegas especialistas — a arquiteta Simone Schroeder e o historiador Junei Cunha —, optou-se por concentrar o levantamento na região do Rio Pirai, área rural de Joinville que não havia sido contemplada pelo programa federal dos Roteiros Nacionais de Imigração, apesar de sua relevância paisagística e arquitetônica.

O levantamento de campo, realizado majoritariamente aos finais de semana ao longo da pandemia, percorreu a Estrada Blumenau, a Estrada Comprida e toda a extensão do Rio Pirai,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

identificando e mapeando 60 imóveis rurais — número muito superior ao inicialmente esperado, dos quais apenas dois já contavam, à época, com proteção legal formal. Para cada imóvel foram produzidas fichas de inventário adaptadas da metodologia empregada na dissertação sobre Jaraguá do Sul, incorporando coordenadas geográficas, registro fotográfico, entrevistas com moradores e, sempre que possível, a compreensão do bem em seu conjunto — a edificação principal, os galpões, a relação com a paisagem produtiva agrícola e os saberes e práticas associados à vida rural, constituindo, segundo a autora, uma leitura integrada de patrimônio material e imaterial articulada ao conceito de paisagem cultural.

Entre os produtos do projeto está uma sobreposição cartográfica entre mapas do século XIX e a configuração fundiária atual da região, que evidenciou notável permanência do traçado das estradas e dos limites dos lotes rurais originais — material considerado de grande relevância para pesquisas futuras. O projeto foi reconhecido com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, como uma das cinco melhores ações patrimoniais da Região Sul do Brasil naquele ciclo de premiação, e seus produtos finais — relatório teórico, fichas e mapas — encontram-se disponíveis para download gratuito no sítio eletrônico do Instituto de Arquitetos do Brasil, seccional Santa Catarina (IAB-SC).

5 TERCEIRO ESTUDO DE CASO: A TESE DE DOUTORADO EM ANDAMENTO

O terceiro estudo de caso corresponde à tese de doutorado da palestrante, em fase de finalização junto ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, sob orientação das professoras Roberta Meira e Marilu Cicarelli, com título "Nós Também Somos do Mato: Arquitetura Vernácula Popular e Paisagem Rural como Patrimônio Cultural de Joinville" — expressão extraída da canção "Refazenda", de Gilberto Gil, lançada em Pomerode em 2007, ocasião em que a autora, então



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

servidora do IPHAN, esteve presente ao lado do arquiteto Dalmo Vieira Filho, palestrante da abertura do próprio I SEPAC SC.

A pesquisa amplia a escala do mapeamento realizado na região do Piraí para o conjunto da área rural de Joinville, partindo da constatação, segundo a autora, de que o patrimônio rural historicamente ocupa posição secundária nas prioridades de gestão pública municipal — situação atribuída à pressão por urgências de preservação em áreas centrais sujeitas à especulação imobiliária e à limitação estrutural das equipes técnicas responsáveis pelo patrimônio. A autora destacou que, mesmo constando formalmente do programa federal dos Roteiros Nacionais de Imigração, o patrimônio rural joinvilense carece, até o momento, de divulgação institucional consolidada — não havendo, por exemplo, mapa oficial do roteiro disponível nos sítios eletrônicos da prefeitura ou da Fundação Catarinense de Cultura.

5.1 Patrimônio imaterial rural e comunidades tradicionais

A tese aborda também a dimensão imaterial do patrimônio rural joinvilense, incluindo o queijo colonial, reconhecido como patrimônio cultural em nível estadual e produzido tradicionalmente no Vale do Itajaí e em Joinville; a prática do tiro ao alvo, registrada no inventário municipal como patrimônio material associado às festividades e celebrações comunitárias; e a presença de duas comunidades remanescentes de quilombo na área rural do município, tema ainda pouco discutido na literatura local. A pesquisa também identificou a sobreposição de camadas patrimoniais em uma mesma propriedade rural inventariada, ao sul do município — uma edificação em técnica enxaimel erguida sobre estruturas subterrâneas de origem indígena —, além da presença de sambaquis na área rural.

5.2 O projeto "Vila Alemã": uma análise crítica

Um dos eixos de análise crítica da tese é o projeto municipal conhecido como "Vila Alemã", já divulgado na imprensa local,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

que propõe a criação de um parque temático composto por edificações em técnica enxaimel desmontadas de seus locais originais e remontadas em terreno contíguo à Casa Krieger. A autora questiona a opção por um cenário reconstituído dessa natureza diante da existência de dezenas de propriedades rurais originais, em seus locais de origem, muitas delas em processo de degradação por dificuldades financeiras de seus proprietários em manter as atividades agrícolas tradicionais. Segundo a autora, caso o projeto avance, será fundamental incorporar ações de educação patrimonial capazes de esclarecer ao público as diferentes fases históricas da técnica enxaimel em Joinville, evitando a produção de uma leitura simplificada ou descontextualizada dessa arquitetura.

5.3 O acervo documental inédito do Arquivo Histórico de Joinville

O achado mais relevante relatado na exposição foi a descoberta, durante a pesquisa documental para a tese, de um acervo significativo de projetos arquitetônicos em técnica enxaimel no Arquivo Histórico de Joinville — achado que tensiona, segundo a autora, o próprio conceito de arquitetura vernácula empregado no título da tese, uma vez que a definição clássica de arquitetura vernácula pressupõe ausência de projeto técnico formal, associada à transmissão de conhecimento de geração em geração. A pesquisa também identificou uma mudança na grafia do termo ao longo do tempo: até a década de 1960, a técnica era registrada nos documentos como "enchaimel", com "ch", termo associado por pesquisa da autora à palavra portuguesa "enxamel", utilizada para descrever estruturas semelhantes à taipa de origem lusitana e mencionada, inclusive, na obra "O Matuto"; a partir de então, consolidou-se a grafia atual, com "x".

Beneficiando-se da digitalização recente do acervo do Arquivo Histórico de Joinville — também financiada por edital do programa Elizabeth Anderle —, a autora analisou mais de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

3.200 pastas de projetos e documentações, selecionando 153 exemplares com técnica construtiva em enxaimel ou em madeira, com boa legibilidade gráfica e, preferencialmente, destinados a uso habitacional. Desse total, 43 exemplares — cerca de 28% da amostra selecionada — apresentavam menção declarada ou representação gráfica inequívoca da técnica enxaimel, concentrados majoritariamente entre o final do século XIX e a década de 1940, o que permitiu identificar a diminuição gradativa do uso da técnica ao longo do tempo. A autora ressaltou, ainda, a proximidade formal entre as construções urbanas e rurais levantadas, sugerindo autoria compartilhada por construtores comuns às duas áreas, em um período em que a própria sede urbana de Joinville preservava características fortemente rurais.

A pesquisa documental permitiu recuperar, ainda, nomes de construtores da técnica enxaimel em Joinville até então não documentados na literatura especializada — entre eles Paulo Mears, que se autodenominava "architekt" em anúncios de jornal de época, e o mestre carpinteiro Bertold, responsável por uma das versões históricas da ponte coberta sobre o Rio Piraí e último construtor conhecido a executar edificações em técnica enxaimel em Joinville, com atuação até as décadas de 1950 e 1960. No âmbito do mapeamento da região do Piraí, a equipe da autora havia entrevistado um sobrinho de Bertold, então octogenário, falecido ao final do ano anterior ao evento, que relatou memórias de infância auxiliando o tio nas construções. A autora observou que a autoria técnica identificada nesses projetos — com plantas baixas, elevações e cortes em escala — reabre a discussão sobre a formação desses construtores, levantando a hipótese de que tenham adquirido conhecimento técnico prévio na Alemanha, possivelmente em escolas de ofício vinculadas ao sistema de mestres artesãos ainda hoje vigente naquele país.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

6 O DEBATE: TECNOLOGIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO RURAL

O debate conduzido pelos mediadores explorou, em primeiro lugar, o potencial de conversão dos resultados da pesquisa em ferramentas digitais de acesso público. Questionada sobre a possibilidade de transformar o cruzamento cartográfico entre o mapa histórico do século XIX e a configuração atual da região do Pirai em roteiros virtuais de visita, a autora reconheceu o avanço acelerado das tecnologias disponíveis desde a conclusão do mapeamento, em 2021 — período anterior à popularização de ferramentas de inteligência artificial e de geolocalização mais precisas —, e manifestou-se favorável à viabilidade de iniciativas desse tipo, seja por meio de captação de recursos junto ao poder público municipal, seja por meio de editais culturais específicos.

O debate também retomou, em diálogo com a exposição da manhã sobre políticas públicas urbanísticas, a hipótese de que os construtores identificados na pesquisa documental possam ter integrado o mesmo fluxo migratório de profissionais tecnicamente qualificados mencionado anteriormente pelo Secretário de Planejamento Urbano de Joinville — hipótese que a autora considerou coerente com sua própria pesquisa genealógica sobre um dos construtores identificados, que permitiu rastrear a origem familiar até uma cidade alemã de tradição na técnica enxaimel, reconhecida como patrimônio da UNESCO.

Por fim, a autora reafirmou, em resposta às provocações dos mediadores, seu compromisso com a aplicabilidade prática da pesquisa acadêmica em patrimônio, defendendo — inclusive perante sua banca de qualificação de doutorado — que pesquisas na área de arquitetura e urbanismo devem, sempre que possível, resultar em proposições concretas de política pública, e não permanecerem restritas ao debate teórico e conceitual.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de pesquisa apresentada neste capítulo evidencia, de forma concreta, o argumento conceitual que abre a exposição: pesquisa e inventário retroalimentam-se continuamente, e cada novo levantamento tende a revelar lacunas e possibilidades de investigação que orientam etapas posteriores de trabalho. A sequência entre os três estudos de caso — do patrimônio industrial de Jaraguá do Sul ao mapeamento rural da região do Piraí, e deste à tese de doutorado sobre a paisagem rural joinvilense em sua totalidade — ilustra como a pesquisa acadêmica em patrimônio cultural pode se desdobrar organicamente, ampliando escalas e aprofundando problemas de pesquisa ao longo de uma trajetória de mais de duas décadas de atuação profissional.

O achado do acervo inédito de projetos arquitetônicos em técnica enxaimel no Arquivo Histórico de Joinville, em particular, demonstra o potencial de descobertas documentais ainda latentes em arquivos públicos digitalizados, com implicações relevantes para a historiografia da arquitetura popular catarinense e para a própria definição conceitual de arquitetura vernácula. A exposição reforça, por fim, uma conclusão que dialoga diretamente com os debates anteriores do I SEPAC SC: o patrimônio rural, historicamente relegado a segundo plano nas prioridades da gestão pública municipal, depende de pesquisa sistemática, de inventário contínuo e de vontade institucional para que sua proteção formal acompanhe a permanência afetiva com que já é sustentado, há gerações, pelos próprios proprietários das terras e das edificações rurais de Joinville.

Nota: este texto foi elaborado a partir da transcrição da Mesa-Redonda 2 "Pesquisa e Inventário do Patrimônio", com exposição de Anne Elise Rosa Soto, realizada em 10 de setembro de 2026, no âmbito do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), evento realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011. A fala oral foi revisada e adaptada para a linguagem escrita e científica exigida pela publicação nos Anais do evento, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados pela palestrante.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 4

CASOS PRÁTICOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE JARAGUÁ DO SUL E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA PATRIMONIAL NO BRASIL

Mesa-Redonda 3: Casos Práticos de Conservação e Restauração — I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

**Aderbal Rodrigo Castellan Lopes;
Claudio Henrique Bauso "TRU"**

Aderbal Rodrigo Castellan Lopes é arquiteto e urbanista formado pela Faculdade Belas Artes de São Paulo, com extensão em planejamento urbano em cidades históricas pela USP, e atuou nas Secretarias de Educação e de Cultura de Jaraguá do Sul (SC). Claudio Henrique Bauso, conhecido como "TRU", é arquiteto e urbanista formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (USP) e atua na área de patrimônio cultural em Ribeirão Preto (SP). Mesa mediada pelo arquiteto e urbanista Rogério Pupo e pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias.

RESUMO

Este capítulo sistematiza, em linguagem técnica e científica, a Mesa-Redonda 3 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), sob o tema "Casos Práticos de Conservação e Restauração", com exposições do arquiteto e urbanista Aderbal Rodrigo Castellan Lopes e do arquiteto e urbanista Claudio Henrique Bauso, o "TRU", mediada pelo arquiteto e urbanista Rogério Pupo e pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias. A primeira parte do texto apresenta cinco intervenções de conservação e restauro



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

conduzidas pelo primeiro palestrante em edificações históricas de Jaraguá do Sul (SC) — a Igreja de Madeira da Comunidade Cristo Salvador, as escolas Antônio Stanislau Ayroso e Ricieri Marcatto, a Escola Isolada Arnoldo Schulz e a Casa Marquat —, discutindo soluções técnicas de carpintaria, alvenaria, acessibilidade e requalificação de uso adotadas em cada caso. A segunda parte reúne uma reflexão de caráter mais amplo sobre a trajetória histórica da proteção do patrimônio no Brasil e no mundo, a dimensão ideológica e política da paisagem cultural, a estrutura federativa dos órgãos de proteção patrimonial e os entraves ao fomento e à formação profissional na área. O texto conclui pela defesa de que a efetividade da preservação depende tanto da capacidade técnica de adaptar edificações históricas a usos contemporâneos quanto de uma compreensão ampliada — social, política e econômica — do patrimônio cultural como política de Estado.

Palavras-chave: Conservação. Restauração. Patrimônio cultural. Jaraguá do Sul. Paisagem cultural.

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta da transcrição, revisão e adaptação para a linguagem escrita da Mesa-Redonda 3 do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), realizada em 11 de setembro de 2026, sob o tema "Casos Práticos de Conservação e Restauração". A atividade foi mediada pelo arquiteto e urbanista Rogério Pupo e pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, mediador principal do evento, e reuniu dois convidados: o arquiteto e urbanista Aderbal Rodrigo Castellan Lopes, com atuação nas Secretarias de Educação e de Cultura de Jaraguá do Sul, e o arquiteto e urbanista Claudio Henrique Bauso, o "TRU", com atuação em patrimônio cultural em Ribeirão Preto (SP).

Enquanto as atividades anteriores do I SEPAC SC privilegiaram os fundamentos conceituais, os dados de pesquisa e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

as políticas públicas de fomento ao patrimônio, esta mesa-redonda voltou-se deliberadamente à dimensão prática e técnica da conservação e do restauro, apresentando, em detalhe, o processo de intervenção em cinco edificações históricas de Jaraguá do Sul, seguido de uma reflexão de caráter mais amplo sobre a trajetória e os desafios estruturais da proteção do patrimônio cultural no Brasil. É essa estrutura que organiza o presente capítulo.

2 CASOS PRÁTICOS DE RESTAURO EM JARAGUÁ DO SUL

Aderbal Rodrigo Castellan Lopes apresentou cinco intervenções de conservação e restauro desenvolvidas em edificações históricas de Jaraguá do Sul e de seu distrito rural, no contexto de sua atuação nas Secretarias municipais de Educação e de Cultura. O conjunto de casos foi selecionado, segundo o palestrante, para ilustrar diferentes graus de complexidade e diferentes estratégias projetuais adotadas conforme o estado de conservação, o programa de uso e os recursos disponíveis em cada intervenção.

2.1 Igreja de Madeira da Comunidade Cristo Salvador (Rio da Luz)

A primeira intervenção apresentada refere-se à Igreja de Madeira da Comunidade Cristo Salvador, templo luterano erguido em 1935 no bairro Rio da Luz, em Jaraguá do Sul, tombado pelo IPHAN no âmbito do tombamento de paisagem rural que protege todo o conjunto do Rio da Luz e seu entorno, instituído pela Portaria nº 69/2013 e atualizado pela Portaria nº 318/2019 — atualização da qual o próprio palestrante participou, em razão do avanço do processo de ocupação sobre a área. A edificação, construída inteiramente em madeira sobre fundação de pedra, com estrutura interna em técnica enxaimel revestida externamente por tábuas, encontrava-se com infestação generalizada de cupim, ainda que preservasse elevado grau de originalidade de uso e de configuração arquitetônica.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

O projeto de restauro, financiado com recursos do próprio IPHAN, consistiu essencialmente em um detalhado projeto de carpintaria, com substituição das peças de madeira sem condições de reaproveitamento — mapeadas em vermelho na documentação gráfica —, recuperação por enxerto das peças parcialmente comprometidas — mapeadas em amarelo — e emprego de madeira adquirida na própria região do Rio da Luz, de modo a manter a compatibilidade material com a construção original. Foram modernizadas as instalações elétricas e de iluminação, por razões de segurança, e mantida a fundação de pedra original, complementada, nos pontos de maior comprometimento estrutural, por reforços em concreto ocultos sob as pedras existentes. A obra, concluída em cerca de cinco meses, foi entregue à comunidade local, restituindo a igreja a seu uso litúrgico original com infraestrutura de iluminação adequada.

2.2 Escola Antônio Stanislau Ayroso (Barra do Rio Cerro)

A segunda intervenção discutida foi a Escola Antônio Stanislau Ayroso, na Barra do Rio Cerro, fundada em 1917, inicialmente em técnica enxaimel e posteriormente ampliada com edificação de tijolos destinada a sala de aula e moradia do professor — tipologia comum às escolas rurais mais antigas da região. Tombada em nível municipal, a escola apresentava uso alterado ao longo do tempo, tendo funcionado sucessivamente como biblioteca e como depósito escolar.

Entre as soluções projetuais adotadas, destaca-se a decisão de revelar parcialmente a estrutura original do telhado, interrompendo o forro em determinado ponto, com finalidade explícita de educação patrimonial, permitindo que os alunos observassem os detalhes construtivos da edificação. Foram realizadas adaptações de acessibilidade e de conforto térmico, consideradas prioritárias por se tratar de edificação destinada ao uso infantil, e modernizada integralmente a infraestrutura elétrica. O entorno foi requalificado com novo paisagismo, e a intervenção foi conduzida de modo a manter a leitura clara dos elementos



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

originais da edificação, hoje restituída ao uso como biblioteca escolar.

2.3 Escola Ricieri Marcatto (Rio Cerro)

A terceira intervenção apresentada foi a Escola Ricieri Marcatto, de 1908, uma das edificações escolares mais antigas da região do Rio Cerro, tombada em nível municipal. Diferentemente dos casos anteriores, essa edificação já havia passado por uma restauração anterior, mal executada e sem fiscalização adequada, que agravava problemas de umidade — em razão de passarelas de acesso mal projetadas — e comprometera seriamente a cobertura, próxima do colapso estrutural. O projeto, inicialmente concebido apenas como reforço estrutural pontual, evoluiu para uma restauração completa diante do diagnóstico encontrado em obra.

Foram substituídas as telhas e o madeiramento comprometidos, mantendo-se as peças ainda em condições de uso, e trocado o reboco das paredes por argamassa de traço compatível com a alvenaria histórica, de modo a evitar reações químicas indesejadas entre materiais distintos, prática igualmente adotada para a pintura, executada com tinta de base mineral. Um destaque metodológico da intervenção foi o tratamento diferenciado conferido às novas estruturas de acesso coberto, executadas em perfis metálicos finos e leves, deliberadamente concebidas para se distinguir claramente da edificação original — princípio de distinguibilidade que, segundo o palestrante, orientou a maior parte das intervenções contemporâneas apresentadas na mesa. Foram também removidos equipamentos de climatização anteriormente instalados diretamente sobre as fachadas históricas, reposicionados no piso, e integrados novos ambientes de apoio, como cozinha e salão administrativo, com soluções de transição em vidro que preservam a leitura da estrutura original. A intervenção resultou, segundo relato do próprio palestrante, em desempenho de conforto térmico, luminotécnico e de climatização superior ao de edificações escolares novas construídas no mesmo período.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

2.4 Escola Isolada Arnoldo Schulz (Rio da Luz-Vitória)

A quarta intervenção apresentada foi a Escola Isolada Arnoldo Schulz, na comunidade do Rio da Luz-Vitória, também protegida no âmbito do tombamento de paisagem rural do Rio da Luz. A edificação mais antiga do conjunto, de 1914, originalmente concebida para abrigar uma biblioteca, apresentava problemas de infestação por cupim na estrutura do telhado e no forro, agravados por um forro de PVC mal executado sobre estrutura de madeira de baixa qualidade. O palestrante destacou, nesse caso, a limitação orçamentária típica de projetos públicos dessa natureza, que impede a realização de prospecções arqueológicas e construtivas mais aprofundadas antes do início da obra, exigindo que a equipe técnica antecipe problemas com base em experiência acumulada e se adapte a descobertas ao longo da execução.

Entre as intervenções realizadas, destacam-se a remoção de uma parede interna para melhor integração dos espaços de uso da biblioteca, a substituição do piso de taco por piso de granitina em razão de problemas crônicos de umidade, e a preservação de uma árvore de pau-brasil plantada no jardim em comemoração aos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, mantida como elemento do projeto paisagístico. Também nesse caso, o acesso acessível foi resolvido com abertura de nova porta e rampa de desenho contemporâneo, evitando comprometer a leitura da fachada histórica original.

2.5 Casa Marquat

A quinta e mais extensa intervenção apresentada foi a Casa Marquat, conjunto formado pela residência principal, de 1939, e por um anexo de 1955, originalmente pertencente à família proprietária da tradicional indústria têxtil Malhas Marquat — posteriormente incorporada à empresa Marisol —, adquirida pelo município após o falecimento dos últimos proprietários e tombada em processo do qual o palestrante participou desde a fase de instrução técnica até a conclusão da obra de restauro, tendo posteriormente atuado na edificação já restaurada.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

O conjunto reúne dois estilos arquitetônicos distintos — a casa principal, de linguagem mais clássica, e o anexo, de linguagem modernista inspirada, segundo relato de familiares, no design automobilístico e aeronáutico da década de 1950 —, e recebeu intervenções voltadas à requalificação de uso para abrigar atividades da Secretaria de Educação, entre as quais a instalação de um elevador aproveitando o vão remanescente de um antigo shaft interno, evitando torres externas que comprometeriam as fachadas; a transformação de um depósito em salão de treinamentos; a adaptação de banheiros acessíveis; e a substituição integral de instalações elétricas, hidráulicas e de climatização. Entre os achados relatados durante a obra está a recuperação de uma luminária suspensa cuja cor — o azul Majorelle — foi identificada, em conversa com familiares, como inspirada em residência do estilista francês Yves Saint Laurent em Marrakech, dado incorporado à narrativa histórica do imóvel.

O palestrante relatou, ainda, a opção de preservar sem restauro um teto de estuque cujo custo de recuperação se aproximava do valor total da obra, optando-se por um forro de gesso suspenso que preserva o elemento original intacto para eventual restauração futura, e a manutenção funcional de uma churrasqueira motorizada original, restaurada por respeito ao valor histórico do bem, ainda que sem uso efetivo. A intervenção incluiu, por fim, requalificação paisagística completa do entorno, remoção de muros que isolavam visualmente a casa do restante do complexo administrativo municipal e plena adequação de acessibilidade em todos os ambientes.

2.6 Princípios metodológicos comuns aos casos apresentados

Ao encerrar sua exposição, o palestrante sistematizou princípios metodológicos recorrentes nas cinco intervenções: a distinção clara entre o que é original e o que é intervenção contemporânea, evitando falsificações históricas; a priorização do reaproveitamento e do enxerto de materiais originais, com substituição apenas quando tecnicamente inevitável; a adaptação



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

necessária das edificações históricas a exigências contemporâneas de acessibilidade, conforto e segurança, sem as quais os imóveis tendem a permanecer subutilizados; e o reconhecimento de que a limitação de recursos típica da gestão pública exige soluções criativas e adaptativas, sem que isso justifique a inação diante de oportunidades de preservação.

3 O DEBATE: DA PESQUISA À PRÁTICA — COMO VIABILIZAR A PRESERVAÇÃO

O debate conduzido pelos mediadores destacou o caráter complementar da exposição de Aderbal Rodrigo Castellan Lopes em relação às discussões dos dias anteriores do I SEPAC SC: se as atividades precedentes trataram da importância teórica e da fundamentação em pesquisa da preservação patrimonial, a mesa-redonda ofereceu respostas concretas à pergunta de como, na prática, viabilizar essas intervenções. Foi destacado, em especial, que a plena utilização das edificações históricas — inclusive por públicos como crianças em idade escolar — constitui condição indispensável para sua preservação, na medida em que imóveis sem uso tendem ao abandono e à deterioração progressiva.

Questionado sobre a distância entre a formação acadêmica e a prática profissional no campo do patrimônio, o palestrante reconheceu a disparidade entre o rigor técnico idealizado na formação universitária e as restrições reais de recursos humanos e materiais enfrentadas na gestão pública, defendendo que a limitação de recursos não deve ser motivo de inação, mas de aproveitamento otimizado de cada oportunidade de intervenção disponível — argumento que, segundo o próprio palestrante, foi validado pelo resultado técnico superior obtido nas edificações restauradas em comparação a construções escolares novas realizadas no mesmo período.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

4 PATRIMÔNIO, PAISAGEM CULTURAL E POLÍTICA DE ESTADO: A REFLEXÃO DE CLAUDIO HENRIQUE BAUSO ("TRU")

Na sequência da mesa, o arquiteto e urbanista Claudio Henrique Bauso, conhecido como "TRU", com atuação em patrimônio cultural em Ribeirão Preto (SP), apresentou uma reflexão de caráter mais amplo, propondo-se a articular as discussões dos dias anteriores do I SEPAC SC a partir de uma perspectiva histórica, conceitual e política sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

4.1 Arquitetura, cultura e a formação da nação

O palestrante iniciou sua exposição destacando a origem etimológica grega da palavra arquitetura, associada historicamente a funções de gestão ampla e multidisciplinar — como no antigo Egito, em que o arquiteto acumulava atribuições hoje distribuídas entre diferentes especialidades técnicas e administrativas —, para em seguida discutir os efeitos da crescente especialização das profissões a partir do Renascimento, que, segundo argumentou, trouxe ganhos de aprofundamento técnico, mas também riscos de perda da visão de conjunto. Nesse contexto, criticou a ausência, nas escolas brasileiras de arquitetura e urbanismo, de formação aprofundada em patrimônio histórico, sugerindo, à semelhança da residência médica, a criação de programas de residência em arquitetura voltados à preservação patrimonial — iniciativa que, segundo relatou, já é adotada pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP em São Carlos.

O palestrante também refletiu sobre os fundamentos da noção de nação, associando-a a um tripé constituído por território, língua e cultura, e destacando a diversidade paisagística, climática e cultural do Brasil como um de seus maiores patrimônios, manifestada tanto nas expressões artísticas tradicionalmente associadas à cultura — dança, música, artesanato, literatura, artes plásticas, cultura popular e manifestações afro-brasileiras — quanto em suas dimensões política, social e econômica,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayta

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

historicamente menos reconhecidas como parte constitutiva do campo cultural.

4.2 Trajetória histórica da proteção do patrimônio no Brasil e no mundo

O palestrante situou a origem do debate internacional sobre patrimônio no contexto do período entre guerras, quando arquitetos europeus, diante da destruição provocada pelos conflitos mundiais, passaram a produzir cartas patrimoniais orientadoras da preservação, com destaque para o manifesto de 1933. Segundo o palestrante, o campo do patrimônio ampliou-se progressivamente ao longo do século XX, incorporando, a partir de marcos posteriores, a dimensão dos direitos humanos e, com ela, o reconhecimento do patrimônio imaterial — os modos de pensar e de fazer das comunidades — como parte constitutiva do patrimônio cultural, ao lado do patrimônio material tradicionalmente reconhecido.

4.3 A paisagem cultural como fenômeno ideológico e político

Um dos argumentos centrais da exposição é o de que a paisagem cultural não pode ser compreendida apenas como categoria técnica de preservação, mas como fenômeno inerentemente político e ideológico. Segundo o palestrante, a distribuição desigual de infraestrutura, segurança e qualidade urbana entre bairros centrais e periféricos das cidades brasileiras constitui, ela própria, uma manifestação de paisagem cultural, na medida em que reflete escolhas políticas e econômicas sobre quais territórios e quais populações recebem atenção e investimento do poder público — argumento que amplia a noção de paisagem cultural para além de sua dimensão estética ou patrimonial no sentido estrito, incorporando-a ao debate mais amplo sobre desigualdade territorial e urbana no Brasil.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

4.4 A estrutura federativa de proteção do patrimônio

O palestrante apresentou um panorama da estrutura federativa brasileira de proteção do patrimônio cultural, organizada em três níveis — federal, estadual e municipal —, exemplificando com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível federal, e órgãos estaduais equivalentes, como o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC). Destacou que o próprio IPHAN já desenvolve, desde o ano anterior ao evento, estudo de reconhecimento da paisagem cultural de Ribeirão Preto, a partir de sítios arqueológicos identificados na região, e reconheceu, comparativamente, o pioneirismo de Joinville na articulação entre políticas públicas, setor empresarial e sociedade civil em torno da preservação patrimonial — citando, como referência, dado de levantamento da UNESCO de Franca segundo o qual, entre 96 municípios da região de Ribeirão Preto, os que menos preservam seu patrimônio são justamente Ribeirão Preto e Franca, ao passo que o município de Mococa se destaca como o de maior nível de preservação na mesma região.

4.5 O desafio do fomento e a responsabilidade do poder executivo

Retomando um tema já discutido em atividades anteriores do I SEPAC SC, o palestrante reafirmou a centralidade do fomento público como condição para a efetividade da preservação patrimonial, e defendeu, com base no artigo 30 da Constituição Federal, que a responsabilidade primária pela proteção do patrimônio cultural recai sobre o poder executivo, e não sobre o legislativo ou o judiciário — que podem, respectivamente, instituir proteções legais ou conceder medidas cautelares, mas cuja eficácia depende de continuidade e de efetiva execução



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

administrativa, sob pena de responsabilização por improbidade administrativa em caso de omissão. O palestrante relacionou essa lacuna institucional à insuficiência crônica de arquitetos dedicados à área de restauração — atribuição técnica reservada a essa categoria profissional pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) — diante do número muito maior de profissionais formados em urbanismo geral.

4.6 Considerações finais da exposição

Ao concluir, o palestrante contrapôs o caráter teórico das discussões realizadas ao longo do I SEPAC SC à urgência da deterioração cotidiana do patrimônio brasileiro, defendendo que a construção de uma cultura de preservação genuinamente nacional depende da superação de uma mentalidade que ele qualificou como herança de uma formação colonizada, pouco afeita ao reconhecimento e ao cuidado sistemático com os próprios bens culturais — em contraste com experiências de países nos quais, segundo argumentou, a proteção do patrimônio está mais consolidada como valor cultural cotidiano. Reiterou, por fim, seu elogio à experiência de Joinville, com destaque para o uso da outorga onerosa como fonte de fomento à conservação, sugerindo sua adoção como referência para outros municípios e estados brasileiros, e manifestou o desejo de que experiências como o I SEPAC SC possam inspirar iniciativas semelhantes em Ribeirão Preto e em outras cidades do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesa-Redonda 3 do I SEPAC SC articulou, de forma complementar, duas escalas de reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural: de um lado, a experiência técnica e detalhada de cinco intervenções de restauro conduzidas em Jaraguá do Sul, que demonstram, na prática, como decisões projetuais cuidadosas — a distinção entre o original e o contemporâneo, o reaproveitamento máximo de materiais, a adaptação a exigências de acessibilidade e conforto, e a requalificação para usos efetivos



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

— podem devolver vitalidade e função social a edificações históricas mesmo diante de recursos limitados; de outro, uma reflexão de caráter histórico, político e institucional sobre os desafios estruturais da preservação patrimonial no Brasil, que situa a paisagem cultural como fenômeno inerentemente político, e não apenas estético, e reafirma a centralidade do fomento público e da responsabilidade do poder executivo para a efetividade da proteção do patrimônio.

Em conjunto, as duas exposições reforçam um princípio que perpassa todo o I SEPAC SC: a preservação patrimonial depende tanto de capacidade técnica para intervir de forma responsável sobre os bens materiais quanto de vontade política, de fomento público consistente e de uma cultura social de reconhecimento e cuidado com o patrimônio — sem os quais mesmo os melhores projetos técnicos correm o risco de permanecerem isolados, sem a continuidade institucional necessária para sua replicação em escala nacional.

Nota: este texto foi elaborado a partir da transcrição da Mesa-Redonda 3 "Casos Práticos de Conservação e Restauração", com exposições de Aderbal Rodrigo Castellan Lopes e de Claudio Henrique Bauso ("TRU"), realizada em 11 de setembro de 2026, no âmbito do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), evento realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011. As falas orais foram revisadas e adaptadas para a linguagem escrita e científica exigida pela publicação nos Anais do evento, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados pelos palestrantes.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 5

PAISAGEM CULTURAL: CONCEITOS E APLICAÇÕES EM SANTA CATARINA

Palestra Magna de Encerramento — I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

Tayna Vicente

Arquiteta e urbanista, mestra e doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, com atuação em patrimônio cultural, mudanças climáticas, planejamento urbano e sustentabilidade. Pesquisadora do Observatório de Sustentabilidade do CNPq e do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico (Laparc), ambos da Univille. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univille e integrante do Conselho Consultivo do Museu de Arte de Joinville. Autora do livro Traços da Modernidade (2025).

RESUMO

Este capítulo sistematiza, em linguagem técnica e científica, a palestra magna de encerramento do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), proferida pela arquiteta e urbanista Tayna Vicente sob o tema "Paisagem Cultural: Conceitos e Aplicações em Santa Catarina", mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, com participação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo no debate final. A exposição percorre a trajetória conceitual da paisagem cultural, da geografia clássica à compreensão contemporânea da paisagem como processo vivido e socialmente construído, discute a trajetória internacional e nacional do instrumento da chancela da paisagem cultural brasileira, e analisa, a partir de estudos de caso catarinenses — a chancela do Rio da Luz e Texto Alto, e os processos de verticalização em Balneário Camboriú, Florianópolis e Joinville —, os principais motores



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

contemporâneos de transformação da paisagem urbana e rural do estado. O texto conclui pela defesa de que preservar a paisagem cultural não significa impedir a mudança das cidades, mas garantir que essa mudança preserve a legibilidade histórica e a identidade coletiva dos territórios.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Chancela. Planejamento urbano. Legibilidade urbana. Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta da transcrição, revisão e adaptação para a linguagem escrita da palestra magna de encerramento do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), intitulada "Paisagem Cultural: Conceitos e Aplicações em Santa Catarina" e proferida por Tayna Vicente em 11 de setembro de 2026. A atividade foi mediada pelo Prof. Dr. Bruno Matos de Farias, mediador principal do evento, com participação do arquiteto e urbanista Rogério Pupo no debate final.

Conforme anunciado pela própria palestrante, o objetivo da exposição não foi esgotar o tema da paisagem cultural nem realizar uma revisão bibliográfica exaustiva, mas propor um recorte mais contemporâneo, dialogando com sua pesquisa mais recente sobre o inventário da arquitetura moderna de Joinville. A exposição está organizada, neste capítulo, em três grandes eixos: a fundamentação conceitual da paisagem cultural; a trajetória histórica e institucional da chancela como instrumento de proteção, ilustrada por um estudo de caso catarinense; e os motores contemporâneos de transformação urbana que pressionam essas paisagens no estado, encerrando-se com o debate final sobre os caminhos possíveis de gestão.

2 POR QUE FALAR DE PAISAGEM CULTURAL HOJE?

A palestrante situou sua motivação central no processo de transformação territorial acelerada observado em Santa Catarina



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

— crescimento populacional na faixa litorânea, expansão do turismo e verticalização de cidades médias como Joinville, Blumenau e Florianópolis, impulsionada pela pressão do mercado imobiliário. Segundo a expositora, a paisagem cultural se distingue do patrimônio material tradicionalmente estudado de forma isolada — uma edificação, um monumento — por incorporar um ecossistema mais amplo: o relevo, a água, o traçado das ruas, os usos do solo e as práticas sociais das populações que habitam o território, aproximando-se do conceito de espaço geográfico elaborado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos.

3 DA PAISAGEM COMO IMAGEM À PAISAGEM COMO PROCESSO VIVIDO

Tomando como referência o geógrafo francês Jean-Marc Besse, a palestrante recuperou a origem do conceito de paisagem na geografia clássica, que a compreendia como um recorte visual — quase uma fotografia — observado por um espectador externo, sem vínculo vivencial com o território. Em contraposição a essa leitura, a perspectiva contemporânea concebe a paisagem como resultado de interações contínuas entre sociedade, meio natural e meio construído — hábitos, memória e relações de poder —, sendo habitada antes mesmo de ser vista ou reconhecida como tal, ideia que a expositora aproximou da noção de palimpsesto urbano, empregada por Milton Santos para descrever as camadas sucessivas de usos e significados sobrepostas nas cidades. A esse respeito, a palestrante também recorreu ao conceito de legibilidade e imaginabilidade urbana do urbanista norte-americano Kevin Lynch, para quem a cidade é compreendida e memorizada por seus habitantes a partir de marcos, percursos, limites e referências visuais consolidadas coletivamente.

A palestrante estabeleceu, ainda, uma distinção conceitual entre a chancela da paisagem cultural e o tombamento tradicional: enquanto este último constitui instrumento jurídico mais consolidado, voltado à proteção de bens específicos, a chancela busca reconhecer vínculos sociais, identidade coletiva e a



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

continuidade da vida cotidiana como parte constitutiva do bem protegido, exigindo, por isso, estratégias de gestão compartilhada mais complexas do que a simples restrição de uso previsto no tombamento.

4 TRAJETÓRIA INTERNACIONAL E NACIONAL DA CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL

A exposição traçou um panorama cronológico da consolidação internacional do conceito de paisagem cultural, iniciado pela obra "Morfologia da Paisagem", de Carl Sauer, em 1925, que examina a ação transformadora do ser humano sobre o território. A palestrante destacou marcos sucessivos: a introdução da noção de paisagem pela UNESCO na Recomendação de Paris, de 1962; a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, que inaugura a lista do patrimônio mundial reconhecendo obras conjugadas do homem e da natureza, ainda de forma dicotômica; e a ampliação formal do conceito de paisagem cultural pela UNESCO em 1992, já sem essa separação entre natureza e ação humana, impulsionada também pelo otimismo do movimento da sustentabilidade em torno da Eco-92. Foram mencionados, na sequência, movimentos europeus e latino-americanos de institucionalização do tema — a recomendação do Conselho da Europa sobre paisagens culturais, de 1995; a Convenção Europeia da Paisagem, de Florença; as orientações técnicas da UNESCO de 2005; a Aliança Internacional das Paisagens Culturais, de 2007, na Espanha; e cartas latino-americanas, como a carta mexicana da paisagem, de 2011, e a Carta Ibero-Americana de Paisagem, de Cartagena, na Colômbia, em 2012.

No Brasil, a palestrante relacionou o interesse inicial pela paisagem cultural à experiência dos Roteiros Nacionais de Imigração, cujo levantamento de edificações no chamado Vale Europeu catarinense teria sido impulsionado, entre outros fatores, pelas catástrofes climáticas de 1983 no Vale do Itajaí. Em 2007, o IPHAN efetivou o tombamento de 63 bens vinculados a esse



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

projeto em Santa Catarina, cogitando-se, já naquele momento, o reconhecimento dos núcleos rurais de Pomerode e do Rio da Luz, em Jaraguá do Sul, como paisagem cultural — ainda sem instrumento jurídico específico disponível no país. No mesmo ano, o evento "Paisagens Culturais, Novos Conceitos, Novos Desafios", realizado em Bagé (RS), resultou na Carta de Bagé, documento pioneiro no Brasil sobre o tema, anterior à própria regulamentação da chancela. O instrumento foi finalmente instituído pela Portaria do IPHAN de 30 de abril de 2009, tendo os núcleos rurais do Texto Alto e do Rio da Luz se tornado, pouco depois, uma de suas primeiras aplicações práticas no país.

5 ESTUDO DE CASO: A CHANCELA DO RIO DA LUZ E TEXTO ALTO

Como ilustração das dificuldades de implementação prática da chancela, a palestrante apresentou o caso da paisagem cultural do Texto Alto e Rio da Luz, na divisa entre Pomerode e Jaraguá do Sul, caracterizada pela disposição espacial das propriedades rurais, pelas técnicas construtivas da imigração alemã — sobretudo a técnica enxaimel e os ranchos de madeira —, por equipamentos comunitários como igrejas, escolas e salões de bairro ainda em uso, e pela permanência de práticas imateriais como a manutenção do dialeto e dos hábitos cotidianos rurais.

Segundo a palestrante, a proposta original previa um acordo de gestão compartilhada e flexível entre poder público, proprietários e comunidade, mas enfrentou dificuldades concretas de implementação: descumprimento dos termos pactuados, desestruturação das secretarias responsáveis ao longo de diferentes gestões municipais, e pressão imobiliária e turística sobre a região — inclusive a aprovação, pela própria prefeitura, de um loteamento urbano em área rural protegida, sob a alegação de desconhecimento dos instrumentos de proteção vigentes. Nesse contexto, foi o tombamento — e não a chancela em si — que efetivamente impediu a descaracterização do conjunto, papel que, segundo a expositora, não deveria caber a esse instrumento,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

evidenciando que o cumprimento de acordos pactuados nem sempre é suficiente para garantir a efetividade da proteção.

6 MOTORES CONTEMPORÂNEOS DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM CATARINENSE

A palestrante identificou quatro motores principais de transformação da paisagem em Santa Catarina — a verticalização acelerada, a especulação imobiliária, o turismo massivo e sazonal, e a expansão da infraestrutura viária e de saneamento —, ressaltando que o objetivo da reflexão não é condenar esses processos em si, mas problematizar a forma como são conduzidos. Como primeiro caso, foi apresentado o de Balneário Camboriú, cujo intenso processo de verticalização litorânea foi ilustrado por dado de 2024 segundo o qual 94,3% dos domicílios do município eram destinados a uso ocasional, evidenciando uma população predominantemente sazonal, sem vínculo cotidiano com o território, o que a palestrante relacionou à perda de práticas tradicionais, como a pesca artesanal, e à alteração do próprio ecossistema litorâneo pela construção de edificações na orla.

Como segundo caso, a palestrante discutiu o novo plano diretor de Florianópolis, aprovado no início de 2026, que amplia a verticalização permitida em áreas centrais e em zonas de proteção do patrimônio cultural, observando como as narrativas de divulgação institucional desse tipo de medida — contrapondo termos como "revitalização" e "pressão imobiliária" para descrever processos semelhantes — também compõem a disputa simbólica em torno da paisagem urbana. Como terceiro caso, foi apresentado o processo de verticalização em curso em Joinville, cidade de residência da palestrante, ilustrado por sua própria pesquisa de mapeamento das edificações modernas do município, que registrou demolições associadas à comercialização de terrenos já anunciados com o potencial construtivo vertical disponível. Em todos os casos, a exposição destacou impactos comuns: a descaracterização do perfil visual das cidades — o chamado skyline —, a perda de marcos históricos de legibilidade



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

urbana, a gentrificação de bairros históricos e o deslocamento de moradores tradicionais pela substituição de usos residenciais por comércio e turismo.

7 CAMINHOS POSSÍVEIS: INTEGRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Diante desse diagnóstico, a palestrante defendeu que o problema central não é a mudança das cidades em si — inevitável e, em muitos casos, necessária —, mas a ausência de critérios de leitura da paisagem existente que orientem essa transformação. Como caminhos possíveis, propôs a integração efetiva entre patrimônio cultural e planejamento urbano, tratando a paisagem como camada real do zoneamento municipal, a exemplo de restrições de cone visual já empregadas em centros históricos densos de cidades europeias; o fortalecimento de instrumentos de gestão compartilhada entre poder público, proprietários e comunidade, condicionado à existência de estrutura técnica municipal minimamente qualificada; e o investimento em participação social e educação patrimonial, na premissa de que comunidades que reconhecem valor em sua própria paisagem tendem a cobrar e sustentar políticas de preservação de forma mais duradoura, independentemente de alternâncias de gestão municipal. A palestrante defendeu, ainda, maior diálogo entre as esferas de planejamento municipal, os órgãos de patrimônio e as universidades, de modo a evitar tanto sobreposições quanto lacunas de competência na gestão da paisagem cultural.

Como síntese, a expositora concluiu que a paisagem cultural catarinense resulta de camadas históricas sucessivas de ocupação — da imigração aos usos e transformações urbanas contemporâneas —, e que o desafio proposto ao campo do patrimônio não é impedir a mudança, mas construir instrumentos de gestão capazes de orientar essa transformação sem apagar a legibilidade histórica dos territórios. Preservar a paisagem cultural, nas palavras da palestrante, não significa impedir que a



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

cidade muda, mas garantir que, mesmo mudando, ela continue contando a sua própria história.

8 O DEBATE: LEGIBILIDADE, MEMÓRIA E O DESAFIO DE DECIDIR O QUE PERMANECE

O debate conduzido pelos mediadores aprofundou a questão da legibilidade urbana em diálogo com os conceitos de Kevin Lynch. Questionada sobre como promover o desenvolvimento urbano sem comprometer a identidade e a memória coletiva dos lugares, a palestrante ilustrou o problema com um relato pessoal: sua avó, após mudar-se para um bairro de Joinville marcado por loteamento em grade, casas de aparência uniforme e paisagem pouco diferenciada, relatou dificuldade de reconhecer o caminho até a própria casa sem apoio de aplicativos de geolocalização. A partir desse exemplo, a palestrante destacou que a legibilidade urbana nem sempre depende de grandes marcos monumentais, podendo residir em elementos aparentemente pequenos — uma casa que se diferencia das demais, o conhecimento de quem mora em determinado ponto da rua —, e que parte da dificuldade contemporânea de leitura das cidades decorre da padronização arquitetônica e da repetição estética observada mesmo em bairros já consolidados.

Provocada pelo arquiteto Rogério Pupo sobre como equilibrar os diferentes fatores — econômico, social, histórico — envolvidos nesse processo, a palestrante reconheceu não dispor de resposta definitiva, comparando o desafio da gestão da paisagem cultural à composição gradual de uma colcha de retalhos, construída coletivamente por diferentes agentes ao longo do tempo, sem uma solução única capaz de equacionar todos os interesses envolvidos. Reafirmou, contudo, que o caminho passa necessariamente pela problematização contínua, pela pesquisa e pelo diálogo entre pesquisadores, poder público e comunidade — processo do qual o próprio I SEPAC SC, segundo os mediadores, constitui uma contribuição relevante.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A palestra magna de encerramento do I SEPAC SC articula, de forma abrangente, os principais debates conduzidos ao longo dos dois dias do evento: a necessidade de instrumentos de preservação mais amplos e flexíveis do que o tombamento tradicional, a centralidade do uso social e do pertencimento comunitário para a efetividade da proteção patrimonial, e os desafios institucionais enfrentados pelos órgãos de patrimônio diante da pressão do desenvolvimento urbano contemporâneo. O caso da chancela do Rio da Luz e Texto Alto, em particular, sintetiza um argumento recorrente no seminário: mesmo instrumentos juridicamente instituídos dependem de estrutura técnica, continuidade institucional e conhecimento efetivo por parte dos gestores públicos para cumprir sua função protetiva.

Ao encerrar oficialmente o I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural, os mediadores e a palestrante reafirmaram o compromisso de dar continuidade às discussões iniciadas no evento, reconhecendo que a preservação do patrimônio material e da paisagem cultural catarinense é um processo contínuo, construído coletivamente — como a metáfora da colcha de retalhos sugerida ao longo do encerramento —, que depende da articulação permanente entre pesquisa acadêmica, gestão pública e participação da sociedade civil para que Santa Catarina continue, nas palavras da palestrante, contando a sua própria história.

Nota: este texto foi elaborado a partir da transcrição da palestra magna de encerramento "Paisagem Cultural: Conceitos e Aplicações em Santa Catarina", proferida por Tayna Vicente em 11 de setembro de 2026, no âmbito do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), evento realizado com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011. A fala oral foi revisada e adaptada para a linguagem escrita e científica exigida pela publicação nos Anais do evento, preservando integralmente o conteúdo, os argumentos e os exemplos apresentados pela palestrante.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 6

PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA DE ESTADO: UMA LEITURA INTEGRADA DA PAISAGEM, DA INFRAESTRUTURA E DO OFÍCIO DO ARQUITETO

Notas de co-mediação sobre as sete atividades do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC)

Rogério Pupo Gonçalves

*Arquiteto Urbanista, prof Universitário,
MSc. Em Infraestrutura Urbana,
especialista em Planejamento Urbano e
Ambiental, com experiência na área de
Planejamento Urbano e Regional, com
ênfase em Infraestrutura Portuária,
Transportes, Sistema Viário e projetos de
Viabilidade Técnica de financiamento
junto a organismos multilaterais de
crédito. Co-mediador do I SEPAC SC ao
lado do Prof. Dr. Bruno Matos de Farias.*

RESUMO

Este capítulo sistematiza, em formato de ensaio, a leitura desenvolvida por Rogério Pupo Gonçalves ao longo de sua atuação como co-mediador do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), a partir dos comentários, perguntas e reflexões que dirigiu aos palestrantes nas seis atividades de que participou. Meu objetivo, ao reunir essas observações, não é resumir o conteúdo já tratado nos demais capítulos desta obra, mas explicitar um fio condutor interpretativo que atravessou minha participação no evento: a defesa de que a preservação do patrimônio cultural só se sustenta quando tratada como política de Estado, e não como política de governo; a compreensão da cidade como um



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

organismo que só pode ser lido em sua totalidade de fatores sociais, econômicos, históricos e afetivos; e a convicção de que o ofício do arquiteto e do urbanista é, por definição, um ofício que se envolve com a vida das pessoas para além da técnica construtiva. O texto percorre essas ideias tal como se apresentaram ao longo da abertura do evento, da Mesa-Redonda 1, da Mesa-Redonda 2, da Mesa-Redonda 3 e da palestra magna de encerramento.

Palavras-chave: Política de Estado. Paisagem cultural. Planejamento urbano. Ofício do arquiteto. I SEPAC SC.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do I SEPAC SC, atuei como co-mediador de seis das sete atividades do evento, ao lado do Prof. Dr. Bruno Matos de Farias — estive ausente apenas da Sessão de Comunicações Orais 1, conduzida por ele e pela Prof.^a Helena Farias. Minha formação e atuação em planejamento urbano e regional, com ênfase em infraestrutura urbana, portuária, transportes, sistema viário e projetos de viabilidade técnica de financiamento junto a organismos multilaterais de crédito, aproximou-me do tema do patrimônio cultural por um caminho talvez menos convencional do que o dos demais colegas arquitetos e pesquisadores que compuseram o seminário: o da gestão do território como um todo, em que a paisagem, a mobilidade, o financiamento e a norma urbanística precisam necessariamente conversar entre si.

Este capítulo não pretende repetir o conteúdo já tratado nos capítulos dedicados a cada palestra e mesa-redonda do evento, mas explicitar, de forma organizada, a leitura que fui construindo ao longo das seis atividades em que participei como interlocutor — nas apresentações que fiz dos convidados, nas perguntas que dirigi a eles e nas reflexões com que abri e encerrei essas atividades. Organizo esse percurso em cinco eixos



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

temáticos, que correspondem, ainda que não estritamente, à ordem cronológica das atividades do seminário.

2 DO AMBIENTE NATURAL AO AMBIENTE CONSTRUÍDO: A PAISAGEM COMO PONTO DE PARTIDA

Já na abertura do I SEPAC SC, ao lado da palestra magna de Dalmo Vieira Filho, e na condução inicial da Mesa-Redonda 1, procurei situar o patrimônio material dentro de uma discussão mais ampla sobre paisagem — compreendida não apenas como cenário, mas como o resultado da relação entre o ambiente natural e o ambiente construído. Essa foi, a meu ver, a porta de entrada adequada para a temática do seminário como um todo: antes de discutir instrumentos jurídicos de proteção, é preciso compreender o que estamos, de fato, tentando proteger, e por que a paisagem — e não apenas a edificação isolada — deveria ser a unidade de análise central do campo do patrimônio cultural.

Essa mesma perspectiva orientou minha leitura da exposição de Marcel Virmond Vieira, secretário de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, na Mesa-Redonda 1. Ao encerrar aquela atividade, retomei o caso da escultura pública "Joinville, Filha da Chuva", de Juarez Machado, para argumentar que um elemento da paisagem muitas vezes percebido de forma negativa — o regime de chuvas do município — pode ser reapropriado como valor simbólico e identitário, na medida em que a cidade decide contá-lo como parte de sua própria história, em vez de escondê-lo. Reforcei, na mesma ocasião, que uma cidade não se sustenta apenas de sua dimensão prática e produtiva: precisa também de cultura, de lazer e de arte, e a operação urbana da Quadra Cultural, apresentada por Marcel, pareceu-me um exemplo concreto de como instrumentos urbanísticos podem qualificar efetivamente a vida cultural de uma cidade quando bem conduzidos.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

3 PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA DE ESTADO, NÃO DE GOVERNO

A formulação que talvez melhor sintetize minha leitura sobre o tema surgiu no comentário que fiz à apresentação de Aderbal Rodrigo Castellan Lopes, na Mesa-Redonda 3, sobre os casos práticos de restauro conduzidos em Jaraguá do Sul. Ao valorizar o esforço de adaptar edificações centenárias a usos contemporâneos — como o uso escolar por crianças —, defendi que a preservação do patrimônio não pode depender apenas do interesse ou do desejo pontual de uma gestão específica: ela precisa se consolidar como política de Estado, e não como política de governo, ou seja, como um valor que a própria sociedade decide incorporar, independentemente de qual grupo político esteja à frente da administração pública em determinado momento.

Essa formulação decorre diretamente de minha experiência com projetos de infraestrutura e viabilidade técnica: sei, por ofício, que investimentos de longo prazo — sejam eles portuários, viários ou patrimoniais — só se sustentam quando ultrapassam o ciclo eleitoral e se tornam compromissos compartilhados entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Reforcei, na mesma ocasião, um princípio que me parece central: uma edificação sem uso ativo é, na prática, uma edificação sem vida, por mais bem preservada que esteja materialmente. A vitalidade de um bem histórico depende de sua capacidade de continuar servindo à vida cotidiana da comunidade que o cerca — sejam crianças em uma escola centenária, sejam moradores de um bairro que se apropriam de um espaço público requalificado.

4 A CIDADE COMO TERROIR: PAISAGEM, GESTÃO COMPARTILHADA E OS LIMITES DO TOMBAMENTO

Na palestra magna de encerramento, proferida por Tayna Vicente, propus uma analogia que resume bem minha forma de

compreender a gestão da paisagem cultural: assim como a leitura de um vinho exige observar o terroir como um todo — o clima, o solo, as pessoas, os costumes —, a leitura de uma cidade exige essa mesma atenção integrada a todos os fatores que compõem seu caráter cultural, e não apenas a seus bens materiais isolados. A partir dessa analogia, questionei como equilibrar os diferentes fatores envolvidos nas transformações urbanas — o econômico, o social, o histórico — sem que nenhum deles se sobreponha indevidamente aos demais, retomando a imagem, já sugerida por Claudio Henrique Bauso (TRU) no dia anterior, do trabalho de "alinhar" e "costurar" as diferentes partes dessa discussão antes de se chegar a uma forma final consolidada.

Essa mesma compreensão da paisagem como fenômeno multifatorial orientou minha leitura crítica sobre os limites do tombamento como instrumento isolado de proteção, tema que emergiu com força ao longo de diversas atividades do seminário. Reconheço, a partir de minha experiência em projetos urbanos, que o Brasil segue entre os poucos países que não vinculam de forma consistente a política de proteção patrimonial a mecanismos de fomento, o que faz com que o tombamento seja, com frequência, percebido pelos proprietários como punição, e não como reconhecimento de valor. A gestão compartilhada da paisagem — envolvendo poder público, proprietários e comunidade em torno de regras claras — parece-me o caminho mais consistente para superar essa percepção, ainda que sua implementação prática, como discutido em diferentes momentos do seminário, enfrente dificuldades reais de continuidade institucional.

5 O CONHECIMENTO COMO BASTÃO: PESQUISA, INVENTÁRIO E CONTINUIDADE INSTITUCIONAL

Na Mesa-Redonda 2, ao comentar a exposição de Anne Elise Rosa Soto sobre pesquisa e inventário do patrimônio,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

associei o trabalho de pesquisadores dedicados ao tema a uma espécie de passagem de bastão entre gerações: assim como professores formam novos profissionais que darão continuidade a seu trabalho, pesquisas de inventário — muitas vezes conduzidas de forma solitária e pouco reconhecida — deixam registrado um conhecimento que, de outro modo, permaneceria latente, disponível para que outros pesquisadores o retomem e aprofundem no futuro. Defendi, naquela ocasião, que o verdadeiro envolvimento com o trabalho de patrimônio — inclusive no âmbito do serviço público, do qual também sou servidor — não pode se reduzir a um cumprimento burocrático de funções: exige entrega e propósito, sob pena de se tornar apenas mais uma rotina esvaziada de sentido.

Essa valorização da pesquisa como base indispensável para a formulação de políticas públicas de patrimônio conecta-se diretamente ao argumento que desenvolvo na seção anterior: sem conhecimento sistematizado sobre o que se pretende proteger — sua história, sua função social, seus vínculos com a comunidade —, qualquer instrumento de proteção, por mais bem-intencionado que seja, corre o risco de se tornar uma norma vazia, desconectada da realidade que deveria salvaguardar.

6 JOINVILLE E RIBEIRÃO PRETO: UM EXERCÍCIO COMPARADO

Ao apresentar Claudio Henrique Bauso, o "TRU", na Mesa-Redonda 3, propus deliberadamente uma comparação entre Joinville e Ribeirão Preto (SP) — cidades de porte e de influência regional semelhantes em seus respectivos estados — como forma de colocar em diálogo duas trajetórias distintas de gestão do patrimônio cultural. O exercício mostrou-se produtivo: enquanto Joinville articula, ainda que com desafios, instrumentos de fomento, operações urbanas consorciadas e parcerias entre poder público e sociedade civil, a experiência relatada em Ribeirão Preto evidenciou uma defasagem



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

institucional considerável, com o primeiro tombamento efetivo do município ocorrendo décadas após a legislação de proteção já estar em vigor.

Esse contraste reforça, a meu ver, o argumento central que venho desenvolvendo ao longo deste texto: a diferença entre cidades que tratam a preservação do patrimônio como política de Estado, sustentada por instrumentos de fomento e por mobilização social contínua, e cidades em que essa preservação permanece dependente da vontade eventual de gestões específicas, sujeita a discontinuidades e a décadas de inação mesmo diante de legislação formalmente vigente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar minha participação no I SEPAC SC, procurei sintetizar essa leitura com uma reflexão sobre o próprio ofício do arquiteto e do urbanista: um ofício que, por definição, se interessa por tudo — pela história, pela técnica construtiva, pelos materiais, pelas pessoas — e que, por isso mesmo, é por vezes percebido como uma profissão de pessoas ecléticas, justamente por não se limitar à dimensão puramente técnica de seu ofício. Foi esse envolvimento integral com a vida das cidades e das pessoas que busquei trazer à condução das seis atividades do seminário de que participei, e é esse mesmo envolvimento que, a meu ver, deveria orientar a forma como tratamos o patrimônio cultural: não como uma coleção de bens isolados a serem congelados no tempo, mas como uma dimensão viva do planejamento urbano, tão relevante quanto a infraestrutura, o sistema viário ou a viabilidade técnica de qualquer projeto de cidade.

Se há uma conclusão que gostaria de deixar registrada neste capítulo, é a de que a paisagem cultural catarinense, discutida ao longo dos dois dias do I SEPAC SC sob tantos ângulos diferentes, só será efetivamente preservada quando pesquisa,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

gestão pública, fomento financeiro e participação social deixarem de operar de forma fragmentada e passarem a se costurar — para retomar a imagem que guiou boa parte de minhas intervenções no seminário — em uma política verdadeiramente de Estado, capaz de atravessar gestões, gerações e, sobretudo, de continuar contando a história das cidades catarinenses.

Nota: este texto foi elaborado a partir das transcrições das sete atividades do I Seminário Catarinense Online de Patrimônio Material e Paisagem Cultural (I SEPAC SC), realizado em 10 e 11 de setembro de 2026 com recursos viabilizados pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011, sistematizando em formato de capítulo autoral os comentários, perguntas e reflexões de Rogério Pupo ao longo de sua co-mediação do evento

CAPÍTULO 7

ENTRE O PLANO PILOTO E O EVENTO-ESPETÁCULO: O PPCUB, O IPHAN E A AMEAÇA À INTEGRIDADE DA PAISAGEM CULTURAL DE BRASÍLIA

Luiz Carlos Pinheiro

luiz.pinheiro1@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Maycon Cardoso Pinheiro

maycon.cardoso@estudante.ifb.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESUMO

O presente artigo investiga as tensões entre a preservação da paisagem cultural de Brasília e a realização de grandes eventos temporários, à luz das alterações propostas pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), aprovado pela Lei Complementar nº 1.041/2024. A capital federal, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987 e inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, enfrenta um momento crítico de redefinição de seus instrumentos de proteção urbanística. O PPCUB aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal propõe mudanças nas diretrizes de uso e ocupação que potencialmente descaracterizam os atributos que fundamentaram o reconhecimento internacional da cidade, notadamente nas escalas monumental, gregária e bucólica do projeto de Lúcio Costa. Paralelamente, a intensificação de grandes eventos temporários no Eixo Monumental e em outras áreas tombadas festivas, corridas, feiras e convenções — funciona como catalisador de intervenções físicas que tensionam os limites entre o uso público legítimo e a transformação estrutural do sítio. O artigo articula essas duas dimensões para argumentar que ambas



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

convergem para a erosão gradual da integridade da paisagem cultural brasiliense. Fundamenta-se no conceito de paisagem cultural como território dinâmico, nas categorias do tombamento urbanístico e na noção de evento-espetáculo como dispositivo de transformação urbana. A pesquisa utiliza análise documental de legislação, notas técnicas do IPHAN e relatórios da UNESCO, além de levantamento de casos de intervenções temporárias autorizadas entre 2024 e 2026. Os resultados indicam que a combinação de flexibilizações normativas do PPCUB com a demanda crescente por infraestrutura para eventos de massa cria um cenário de vulnerabilidade patrimonial sem precedentes.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Patrimônio urbanístico. PPCUB. Grandes eventos. Brasília.

INTRODUÇÃO

Brasília completa, em 2027, quarenta anos de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Desde 1987, o conjunto urbanístico-arquitetônico projetado por Lúcio Costa (1957) e Oscar Niemeyer é reconhecido como uma realização singular do movimento moderno, representando, nas palavras do Comitê do Patrimônio Mundial, "um marco decisivo na história do planejamento urbano" (UNESCO, 1987). Essa condição, no entanto, não imuniza a capital às pressões transformadoras que afetam cidades contemporâneas; pelo contrário, coloca Brasília sob um regime de visibilidade e exigência que a torna particularmente vulnerável a processos de descaracterização.

O ano de 2024 marcou um ponto de inflexão. A aprovação, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), do PPCUB, por meio da Lei Complementar nº 1.041/2024, inaugurou um ciclo de intensa disputa sobre o futuro da proteção patrimonial da capital. O PPCUB deveria detalhar as diretrizes de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), tombado pelo IPHAN em 1987. No entanto, a versão aprovada continha

emendas que, segundo nota técnica do próprio IPHAN, configurariam ameaças diretas à integridade do bem tombado, com potencial de descaracterização das características essenciais que justificaram o reconhecimento internacional (IPHAN, 2024).

A proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro tem como marco histórico o Decreto-Lei nº 25/1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e consolidou o instituto do tombamento como instrumento de preservação (BRASIL, 1937).

Paralelamente, Brasília experimenta uma crescente intensificação da realização de grandes eventos temporários em seu território tombado. Festivais de música, corridas de rua, feiras tecnológicas e eventos esportivos ocupam regularmente o Eixo Monumental, a Esplanada dos Ministérios e outras áreas centrais. Esses eventos demandam infraestrutura temporária: palcos, arquibancadas, cercamentos, sistemas de som e iluminação cuja instalação tensiona os limites entre o uso compatível e a transformação física do sítio patrimonial. A Portaria IPHAN nº 289/2025, que estabelece procedimentos para instalações provisórias em bens tombados, reconhece essa tensão ao subdividir as intervenções em categorias de curta, média e longa permanência (IPHAN, 2025).

O artigo articula essas duas dimensões a alteração normativa de longo prazo e a pressão eventiva de curto prazo para demonstrar que ambas convergem para a erosão gradual da integridade da paisagem cultural de Brasília. A hipótese central é de que o PPCUB, ao flexibilizar diretrizes que asseguraram a legibilidade do projeto de Lúcio Costa (1957), cria as condições normativas para que as intervenções temporárias motivadas por grandes eventos se transformem em alterações permanentes.

O conceito de paisagem cultural, compreendido como categoria de preservação que articula território, sociedade e valores culturais, é fundamental para esta análise (DUARTE et al., 2023; SCIFONI, 2024), adotado pelo IPHAN desde 2012 e incorporado às diretrizes da UNESCO, é fundamental para essa



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

análise. Diferentemente da noção tradicional centrada no monumento isolado, a paisagem cultural compreende o território como um sistema dinâmico, resultante da interação entre seres humanos e seu ambiente ao longo do tempo, dotado de valores históricos, estéticos, ecológicos e sociais (CHOAY, 2001; RÖSSNER, 2012). Em Brasília, essa noção é particularmente fecunda, uma vez que o projeto de Lúcio Costa foi concebido como uma paisagem: uma articulação entre o edificado, o vazio, a vegetação e a topografia, organizada segundo uma lógica espacial que privilegia a escala humana em alguns momentos e a monumentalidade em outros (COSTA, 1957; GILÓ, 2024).

Benny Schvarsberg, professor da FAU-UnB, identifica quatro escalas fundamentais no projeto original: a residencial, materializada nas superquadras; a monumental, concentrada no Eixo Monumental; a gregária, referente aos espaços de agregação social; e a bucólica, representada pelas áreas verdes e pelo sistema de parques (RODRIGUES, 2024; GILÓ, 2024). O PPCUB aprovado pela CLDF propôs alterações que afetam diretamente três dessas escalas: aumento de altura no Setor Hoteleiro Norte e Sul (de 3 para 12 andares), autorização de comércio no Setor de Embaixadas e possibilidade de alojamentos nas quadras 700 e 900 das Asas Norte e Sul (RODRIGUES, 2024; GILÓ, 2024; MENDONÇA, 2024). Embora parte dessas alterações tenha sido vetada pelo governador do Distrito Federal, o próprio processo revela a fragilidade do regime de proteção e a pressão por um modelo de cidade mais densa, frequentemente justificado pela necessidade de receber grandes eventos. Essas quatro escalas são apresentadas na Figura 1.

Brasília é estruturada por quatro escalas urbanas, monumental, residencial, gregária e bucólica reconhecidas pelo IPHAN como componentes fundamentais da concepção do Plano Piloto. O PPCUB também as define como atributos do Conjunto Urbanístico de Brasília, reforçando sua centralidade para a análise de intervenções e transformações urbanas (IPHAN, 2024; DISTRITO FEDERAL, 2024).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

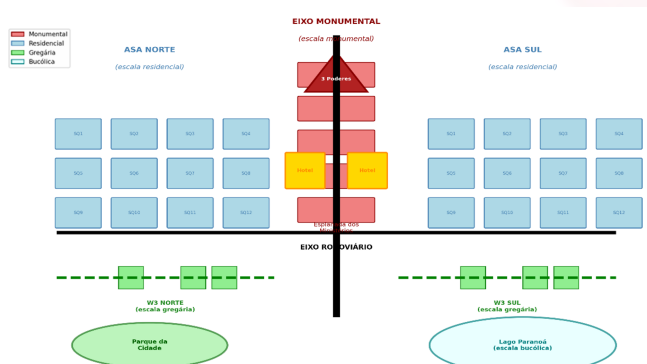
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Figura 1 – Esquema das quatro escalas urbanas do Plano Piloto de Brasília: monumental, residencial, gregária e bucólica



Fonte: adaptado de SCHVASBERG apud RODRIGUES, 2024; GILÓ, 2024

A UNESCO acompanha de forma sistemática o estado de conservação de Brasília. Em 2025, o relatório de conservação registrou a aprovação do PPCUB e os avanços institucionais relacionados à gestão do bem, enquanto a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial reiterou a necessidade de continuidade dos esforços de conservação e de comunicação de projetos que possam afetar o Valor Universal Excepcional (UNESCO, 2025).

O artigo estrutura-se da seguinte forma: a seção de Referencial Teórico apresenta os conceitos contemporâneos de paisagem cultural, integridade patrimonial e preservação do conjunto urbanístico de Brasília; a seção de Métodos apresenta os procedimentos de pesquisa; a seção de Resultados analisa as alterações do PPCUB, o mapeamento dos grandes eventos temporários e os pontos de convergência entre as duas dimensões; e as Considerações Finais sintetizam os achados e propõem diretrizes para uma gestão integrada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão contemporânea da paisagem cultural desloca o foco da proteção de objetos isolados para as relações entre território, sociedade, memória e valores culturais. No contexto brasileiro, Duarte et al. (2023) destacam que a paisagem cultural constitui uma categoria complexa de preservação, cuja efetividade depende da articulação entre os sujeitos que produzem o território e os instrumentos institucionais de proteção. Essa perspectiva é especialmente pertinente a Brasília, onde arquitetura, espaços livres, vegetação, sistema viário e práticas cotidianas formam um conjunto urbano cuja significância não se reduz aos edifícios monumentais.

Scifoni (2024), ao sistematizar o conceito de paisagem cultural no âmbito do IPHAN, ressalta que essa categoria resulta da aproximação entre a experiência brasileira de preservação e os debates internacionais promovidos pela UNESCO. A paisagem cultural, portanto, deve ser compreendida como construção histórica e territorial, na qual os valores patrimoniais são produzidos e atualizados pelas relações entre sociedade e ambiente. Essa abordagem permite analisar Brasília não como cenário estático, mas como território vivo, no qual transformações urbanas precisam ser avaliadas quanto aos seus efeitos sobre os atributos que sustentam seu valor cultural.

No caso de Brasília, a proteção patrimonial está diretamente associada à interação das quatro escalas urbanas monumental, residencial, gregária e bucólica, reconhecidas pelo IPHAN como elementos estruturantes da concepção do Plano Piloto. A legislação distrital do PPCUB também identifica essas quatro escalas como atributos do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), juntamente com a estrutura viária, a cidade-parque, a orla do Lago Paranoá, a arquitetura moderna e a paisagem visual do sítio. Assim, alterações de uso e ocupação devem ser analisadas não apenas de forma pontual, mas considerando seus efeitos cumulativos sobre a leitura e a integridade do conjunto (IPHAN, 2024; DISTRITO FEDERAL, 2024).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaxia

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A discussão recente sobre a preservação de Brasília também amplia a noção de patrimônio para além dos monumentos excepcionais. Giannecchini et. al. (2025) organizam uma abordagem que incorpora a paisagem urbana cotidiana, as superquadras, os pilotis, as áreas verdes e os espaços de convivência como componentes relevantes da experiência patrimonial. Carvalho e Quaglia (2025), por sua vez, defendem o uso da paisagem cultural como perspectiva integradora para compreender os atributos de valor cultural do território do Distrito Federal, enquanto Carvalho e Couto (2025) enfatizam o monitoramento da implementação do PPCUB como atividade essencial ao planejamento e à gestão do patrimônio.

A integridade patrimonial, nesse quadro, depende da manutenção das relações espaciais e dos atributos que expressam o Valor Universal Excepcional do bem. O relatório de estado de conservação de Brasília apresentado à UNESCO em 2025 registra a aprovação do PPCUB e os avanços institucionais associados à sua gestão, ao mesmo tempo em que mantém a necessidade de acompanhamento dos possíveis impactos sobre o Valor Universal Excepcional. A Decisão 47 COM 7B.184, adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial em 2025, reconheceu as medidas tomadas pelo Estado brasileiro e reiterou a necessidade de continuidade dos esforços de conservação (UNESCO, 2025).

No que se refere às intervenções temporárias, a Portaria Iphan nº 289/2025 atualizou os procedimentos para autorização de intervenções e instalações provisórias em bens tombados e seus entornos. A norma classifica as instalações provisórias em curta, média e longa permanência, incluindo palcos, barracas, iluminação decorativa, banheiros químicos, geradores e outras estruturas relacionadas a eventos. Esse marco regulatório reforça a necessidade de planejamento prévio, prevenção, precaução e avaliação dos efeitos das intervenções sobre os valores patrimoniais (IPHAN, 2025). Nesse sentido, grandes eventos podem ser analisados como situações de pressão temporária sobre a paisagem, sobretudo quando sua recorrência produz demandas



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

permanentes de infraestrutura, mobilidade e adaptação do espaço urbano.

MÉTODOS

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, combinando análise documental e levantamento de dados secundários. O desenho metodológico articula três eixos de investigação.

O primeiro eixo consiste na análise documental de legislação e normas técnicas. Foram examinados: a Lei Complementar nº 1.041/2024; a nota técnica do IPHAN de julho de 2024; a Portaria IPHAN nº 289/2025; e as diretrizes da UNESCO relativas ao Patrimônio Mundial. A análise documental seguiu a técnica de análise de conteúdo categorial, com extração de categorias relacionadas a: (a) definições de paisagem cultural e integridade; (b) diretrizes de uso e ocupação do solo; (c) procedimentos de autorização para intervenções temporárias; e (d) instrumentos de gestão compartilhada.

O segundo eixo compreende o levantamento de grandes eventos temporários em Brasília entre 2024 e 2026, com ênfase naqueles que demandaram intervenções físicas em áreas tombadas. Foram consultadas agendas oficiais, comunicados da Secretaria de Segurança Pública do DF e reportagens jornalísticas. Os critérios de inclusão foram: (a) eventos com público estimado superior a 5.000 pessoas; (b) realização em áreas do CUB ou em seu entorno imediato; (c) necessidade de instalação de infraestrutura temporária. Os eventos mapeados incluem: Festival Meskla (Eixo Monumental, 2026), Capital Night Run (Eixo Monumental, 2026), Capital Moto Week (Granja do Torto, 2026), Hot Wheels Monster Trucks Live (Arena BRB Mané Garrincha, 2026) e Brasil Global Summit (Arena BRB Mané Garrincha, 2026).

O terceiro eixo envolve o referencial teórico interdisciplinar, articulando conceitos de paisagem cultural, integridade patrimonial, preservação urbana e gestão do



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

patrimônio moderno. São mobilizados, entre outros, Duarte et al. (2023), Scifoni (2024), Gianneccchini et. al, (2025), Carvalho e Quaglia (2025), Carvalho e Couto (2025), além de referências clássicas necessárias à fundamentação histórica e conceitual, como Choay (2001) e Debord (1967), sobre a historicidade do conceito de patrimônio; Maria Adélia A. de M. Prado (2012), sobre paisagem cultural no Brasil e conceitos de escala de Benny Schvarsberg na reportagem no Correio Brasiliense (GILÓ, 2024); e Guy Debord (1967), sobre a sociedade do espetáculo.

A validação dos dados foi realizada por triangulação de fontes. As limitações incluem a impossibilidade de acesso integral a processos administrativos específicos de autorização do IPHAN e a natureza preliminar de dados sobre eventos previstos para 2026.

RESULTADOS

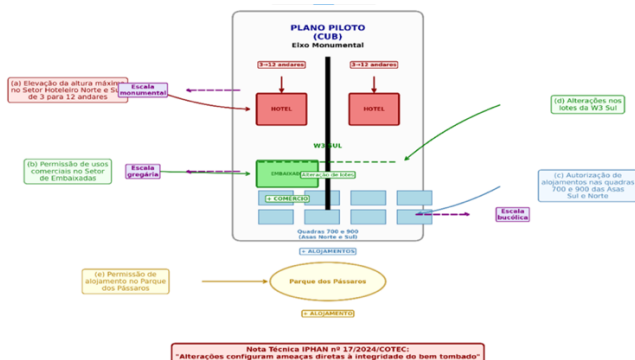
O PPCUB e as alterações de risco para a integridade patrimonial

O PPCUB deveria operacionalizar as regras de preservação do CUB, estabelecendo parâmetros que permitissem a coexistência entre a proteção dos valores patrimoniais e as necessidades de desenvolvimento urbano. No entanto, a versão aprovada pela CLDF em 2024 introduziu alterações que comprometem essa função mediadora.

A nota técnica do IPHAN de julho de 2024 identificou como problemáticas: (a) elevação da altura máxima no Setor Hoteleiro Norte e Sul, de 3 para 12 andares; (b) permissão de usos comerciais no Setor de Embaixadas; (c) autorização de alojamentos nas quadras 700 e 900 das Asas Sul e Norte; (d) alterações nos lotes da W3 Sul; e (e) permissão de alojamento no Parque dos Pássaros (RODRIGUES, 2024; MENDONÇA, 2024). Essas alterações, embora parcialmente vetadas, revelam uma orientação de flexibilização das restrições urbanísticas que

asseguraram a legibilidade do projeto original. A síntese dessas alterações é apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Diagrama das alterações de risco propostas pelo PPCUB (Lei complementar nº 1.041/2024) e seus impactos sobre as escalas monumental, gregária e bucólica do Plano Piloto



Fonte: Adaptado do IPHAN, 2024; DISTRITO FEDERAL, 2024

Do ponto de vista da teoria do patrimônio, essas mudanças configuram o que Françoise Choay (2001) denominaria de passagem de uma lógica de preservação integral do conjunto para uma lógica de negociação parcelada de valores, em que cada alteração é justificada por interesses imediatos, sem consideração do efeito cumulativo sobre a totalidade do sítio. A integridade, conceito central para a UNESCO, refere-se à completeza dos atributos que sustentam o valor universal excepcional. Em Brasília, esses atributos incluem o sistema de relações espaciais, as vistas panorâmicas, a escala da cidade-parque e a articulação entre as quatro escalas identificadas por Benny Schvartsberg na reportagem do correio Brasiliense (GILÓ, 2024).

A Lei Complementar nº 1.041/2024, em seu Artigo 38, institui um Programa de Valorização das Áreas de Interesse

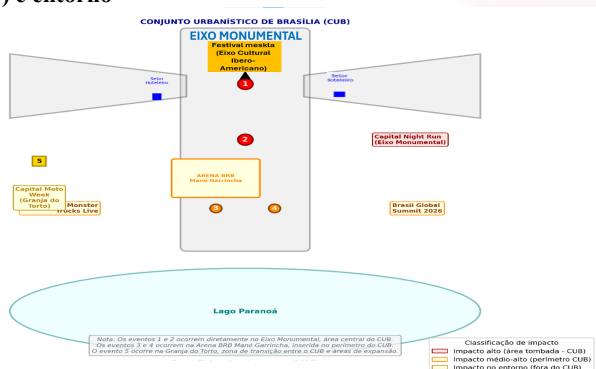
Cultural (AIC), que prevê estratégias de captação de recursos e isenções de outorga onerosa (DISTRITO FEDERAL, 2024). Embora aparentemente benéfico, esse programa introduz uma lógica de mercado na gestão do patrimônio, subordinando a proteção à viabilidade financeira e à demanda por eventos. O Artigo 40 institui um Programa de Educação Patrimonial, cuja efetividade dependerá da capacidade de contrabalançar a pressão por alterações urbanísticas.

A gestão compartilhada do CUB, prevista no Capítulo II do PPCUB, estabelece coordenação entre o GDF, o IPHAN e a CT-CUB. No entanto, a nota técnica do IPHAN aponta que a estrutura proposta não garante efetivamente o poder de veto do instituto sobre alterações que afetem o bem tombado, criando assimetria institucional em que o interesse local pelo desenvolvimento econômico pode sobrepor-se ao interesse federal pela preservação (MENDONÇA, 2024).

Grandes eventos temporários em Brasília: mapeamento e demandas infraestruturais (2024-2026)

Entre 2024 e 2026, Brasília consolidou-se como polo de grandes eventos temporários no Centro-Oeste. A agenda indica concentração significativa no Eixo Monumental, na Esplanada dos Ministérios, na Arena BRB Mané Garrincha e no SCES (VISITE BRASÍLIA, 2026). Esses eventos compartilham a necessidade de instalação de infraestrutura temporária em áreas tombadas ou em seu entorno. A distribuição espacial dos eventos mapeados é apresentada na Figura 3.

Figura 3 – Mapa de localização dos grandes eventos temporários em Brasília (2024-2026) com identificação das áreas do conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e entorno



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

O Festival Meskla, no Eixo Cultural Ibero-Americano (Eixo Monumental), é exemplo emblemático. Em sua quarta edição, prevista para maio de 2026, reúne artistas de rap, trap e funk, além de elementos de moda e batalhas de rima (VISITE BRASÍLIA, 2026). A realização no Eixo Monumental implica instalação de palcos, estruturas de som, cercamentos, banheiros químicos e barracas de alimentação, todos sujeitos às normas do IPHAN. A Portaria nº 289/2025 classifica essas estruturas como instalações de curta permanência (até 30 dias), exigindo protocolo simplificado, mas mantendo a necessidade de análise técnica quanto aos impactos sobre o bem tombado (IPHAN, 2025).

A Capital Night Run, no Eixo Monumental em junho de 2026, exigiu interdições viárias e instalação de estruturas de apoio ao longo do percurso, incluindo arquibancadas e tendas (LISBOA, 2026). Embora de menor impacto físico que um festival, a corrida massificada altera temporariamente a circulação e o uso do espaço público, introduzindo lógica de ocupação que contrasta com a proposta original de Lúcio Costa (1957) para o Eixo Monumental como espaço de representação do poder e de contemplação cívica.

O Brasil Global Summit, previsto para novembro de 2026 na Arena BRB Mané Garrincha, é evento corporativo de grande porte (BRASIL GLOBAL SUMMIT, 2026). A arena está inserida no perímetro do CUB e sua operação intensiva gera impactos de mobilidade, poluição sonora e visual que se irradiam para o conjunto urbanístico. A realização de eventos consecutivos cria pressão cumulativa sobre a infraestrutura local, demandando obras de melhoria viária que, embora permanentes, são justificadas pela necessidade de atender ao calendário eventivo.

O Capital Moto Week, na Granja do Torto, e o Hot Wheels Monster Trucks Live, na Arena BRB Mané Garrincha, representam eventos de nichos que demandam infraestrutura especializada pistas, boxes, áreas de exposição ocupando grandes extensões por períodos prolongados (VISITE BRASÍLIA, 2026). A Granja do Torto, em zona de transição entre o CUB e as áreas de expansão, funciona como "válvula de escape" para eventos que não podem ser realizados no núcleo tombado, mas que igualmente geram pressão sobre o sistema viário e ambiental.

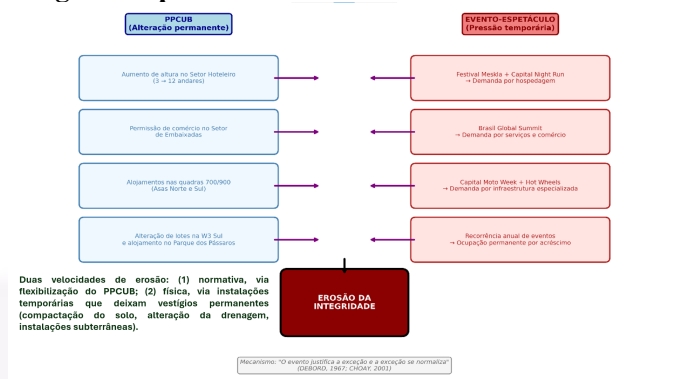
A sistematização revela três padrões relevantes. Primeiro, concentração espacial privilegiada no Eixo Monumental, maximizando impacto visual e físico sobre a escala monumental. Segundo, diversificação tipológica crescente, com eventos que vão da cultura urbana ao corporativo, sugerindo generalização da lógica do evento-espetáculo como modelo de ocupação temporária. Terceiro, tendência de crescimento de escala, com eventos que superam a capacidade de absorção do espaço público sem alterações estruturais, criando demanda recorrente por "exceções" às normas de preservação.

Convergências: quando o evento justifica a exceção e a exceção se normaliza

A articulação entre as alterações do PPCUB e a realização de grandes eventos revela mecanismo de erosão patrimonial que opera em duas velocidades. De um lado, o PPCUB flexibiliza as regras de uso e ocupação de forma permanente. De outro, os

grandes eventos funcionam como laboratórios de intervenção que testam os limites desse regime, produzindo precedentes que tendem a se consolidar como práticas regulares. A relação entre essas duas dimensões é sintetizada na Figura 4.

Figura 4 – Esquema da convergência entre flexibilizações normativas do PPCUB e a demanda infraestrutural dos grandes eventos temporários como vetores de erosão da integridade patrimonial de Brasília



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Esse processo é ilustrado pela relação entre o Setor Hoteleiro e a demanda eventiva. O PPCUB aprovado previa aumento da altura máxima dos hotéis de 3 para 12 andares no Setor Hoteleiro Norte e Sul (RODRIGUES, 2024). A justificativa incluía a necessidade de aumentar a capacidade de recepção de turistas e participantes de eventos. Embora vetada, a lógica permanece: a cidade precisa se adaptar à demanda por hospedagem gerada pelo calendário eventivo. Eventos como o Festival Meskla, o Brasil Global Summit e o Capital Moto Week atraem público de fora do DF, gerando demanda por hotéis, transporte e serviços que pressionam o mercado imobiliário local.

De forma similar, a permissão de usos comerciais no Setor de Embaixadas, também prevista e vetada, poderia ser justificada pela necessidade de atender ao público eventivo. O argumento é recorrente: o evento exige infraestrutura, a infraestrutura exige exceções às regras, e as exceções, uma vez concedidas, criam novo padrão de expectativa sobre o que é possível em áreas tombadas.

A noção de evento-espetáculo, derivada de Guy Debord (1967), é útil para compreender essa dinâmica. Para Debord (1967), o espetáculo é uma relação social mediada por imagens, em que a aparência se sobrepõe à essência. No contexto urbano contemporâneo, o evento-espetáculo transforma temporariamente o espaço da cidade em cena de consumo e entretenimento, suspendendo as regras ordinárias de uso e substituindo-as por lógica de maximização da experiência do público. Em Brasília, essa lógica entra em choque com a da preservação, que exige continuidade, reversibilidade e respeito às características essenciais do sítio.

A Portaria IPHAN nº 289/2025 reconhece implicitamente que o evento-espetáculo é realidade incontornável na gestão de bens tombados. No entanto, a fronteira entre temporário e permanente é permeável. Uma estrutura instalada para evento de 3 dias pode deixar vestígios compactação do solo, alteração da drenagem, instalação de equipamentos subterrâneos que persistem por anos. Além disso, a recorrência anual de um evento no mesmo local cria ocupação permanente poracrêscimo, em que o espaço é efetivamente apropriado por atividade privada durante parcela significativa do ano.

A paisagem cultural de Brasília, entendida como sistema dinâmico e vivo, não é incompatível com a realização de eventos. O problema reside na ausência de planejamento integrado que articule o calendário eventivo com os objetivos de preservação. Atualmente, a autorização para eventos no CUB é fragmentada entre diferentes órgãos: a Secretaria de Segurança Pública cuida do trânsito, a Secretaria de Turismo incentiva a realização, o



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

IPHAN analisa o impacto patrimonial e o GDF concede as licenças de uso do espaço público. Essa fragmentação impede visão sistêmica dos efeitos cumulativos dos eventos sobre a paisagem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo demonstrou que o PPCUB, na forma aprovada pela Lei Complementar nº 1.041/2024, e a crescente intensificação de grandes eventos temporários no território tombado representam duas faces de um mesmo processo de pressão sobre a integridade da paisagem cultural brasiliense. Embora o governador do DF tenha vetado as alterações mais controversas do PPCUB, o próprio processo legislativo revelou a fragilidade do consenso preservacionista e a força dos interesses imobiliários e eventivos na redefinição das regras urbanísticas.

A análise dos eventos temporários indica que Brasília vive fase de "eventualização" crescente de seu território tombado, em que o calendário de entretenimento e negócios compete com o de preservação pela ocupação do espaço público. Festivais, corridas, convenções e shows, embora legítimos como expressões da vida social, demandam infraestrutura que tensiona os princípios de reversibilidade e compatibilidade que deveriam reger as intervenções em sítio de valor universal excepcional.

A convergência entre as duas dimensões configura cenário de risco particularmente preocupante. O PPCUB, ao flexibilizar as diretrizes de proteção, cria condições para que as exceções concedidas aos eventos se transformem em alterações permanentes, justificadas pela "necessidade" de adaptar a cidade às demandas do mercado de entretenimento. O evento-espetáculo deixa de ser atividade pontual para tornar-se vetor estrutural de transformação urbana, operando como catalisador de mudanças que, isoladamente, parecem pequenas, mas que, em conjunto, ameaçam descaracterizar o projeto original de Lúcio Costa (1957).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

O relatório de estado de conservação de Brasília apresentado à UNESCO em 2025 registrou a aprovação do PPCUB e avanços na estruturação da gestão do sítio. A Decisão 47 COM 7B.184 reconheceu as medidas adotadas pelo Estado brasileiro e, simultaneamente, reiterou a necessidade de continuidade dos esforços de conservação e de comunicação prévia de projetos que possam afetar o Valor Universal Excepcional (UNESCO, 2025).

Diante desse cenário, propõem-se três diretrizes para gestão mais integrada. Primeiro, a instituição de um Plano de Gestão de Eventos no CUB, vinculado ao PPCUB e aprovado pelo IPHAN, estabelecendo zonas de evento, limites de frequência, parâmetros de infraestrutura e critérios de monitoramento pós-evento. Segundo, a criação de um fundo de compensação patrimonial, financiado por taxas dos organizadores, destinado à conservação das áreas impactadas. Terceiro, a implementação de indicadores de integridade da paisagem cultural, permitindo mensurar periodicamente os efeitos cumulativos das intervenções temporárias sobre os atributos que sustentam o valor universal excepcional de Brasília.

A paisagem cultural de Brasília, conforme discutem Duarte et al. (2023), Scifoni (2024) e Maria Adélia A. de M. Prado (2012), não deve ser compreendida como cenário estático, mas como território em constante reelaboração. Essa dinamicidade, no entanto, não deve ser confundida com permissividade. A preservação exige equilíbrio entre a vida social contemporânea e a transmissão dos valores históricos, estéticos e simbólicos que justificaram o reconhecimento internacional da capital. O desafio é garantir que Brasília continue a ser, nas palavras de Lúcio Costa, uma “cidade-parque” e não se transforme em “parque de diversões” eventivo, descaracterizado e desprovido de sentido.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL GLOBAL SUMMIT. **Brasil Global Summit 2026.** Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://brasilglobalsummit.com/>. Acesso em: 25 ago. 2026.

CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Moraes de; COUTO, Beatriz Carvalho. Contribuições para o monitoramento da gestão e da conservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. In: GIANNECCHINI, Ana Clara; SCHINCARIOL, João Vítor Araújo; CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Moraes de; QUAGLIA, Angelina Nardelli; DANTAS, Maritza Giacomazzi (org.). Brasília além do monumental: arquitetura, paisagem e novos rumos para a preservação do moderno. Brasília, DF: ICOMOS-DF; FAU-UnB, 2025. p. 222-263.

CARVALHO, Juliano Loureiro Celino Moraes de; QUAGLIA, Angelina Nardelli. Grupo de Trabalho Brasília Paisagem Cultural: resultados preliminares. In: GIANNECCHINI, Ana Clara; SCHINCARIOL, João Vítor Araújo; DANTAS, Maritza Giacomazzi (org.). Brasília além do monumental: arquitetura, paisagem e novos rumos para a preservação do moderno. Brasília, DF: ICOMOS-DF; FAU-UnB, 2025. p. 222-263.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto para a Nova Capital do Brasil**. Brasília, DF: Novacap, 1957. 24 p. Relatório apresentado ao Júri do Concurso Nacional da Nova Capital.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024**. Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial do Distrito Federal, ano LII, n. 154, p. 1-150, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2026.

DUARTE, Mirela Carina Rêgo; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Milena Torres de Melo; SOEIRO, Ítalo César de Moura; ROSSIN, Mariana Silva. A alegoria da paisagem cultural brasileira. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 31, p. 1-31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e25>.

GIANNECCHINI, Ana Clara; SCHINCARIOL, João Vítor Araújo; DANTAS, Maritza Giacomazzi (org.). Brasília além do monumental: arquitetura, paisagem e novos rumos para a preservação do moderno. Brasília, DF: **ICOMOS-DF; FAU-UnB**, 2025.

GILÓ, Naum. Mudanças na escala bucólica de Brasília entram em debate; entenda. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/06/6884411-mudancas-na-escala-bucolica-de-brasilia-entra-em-debate-entenda.html>. Acesso em: 27 ago. 2026.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan nº 289, de 3 de novembro de 2025**. Brasília, DF,

2025. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2025/portaria-iphan-no-289-de-3-de-novembro-de-2025>. Acesso em: 21 ago. 2026.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico **Nacional**. **Nota Técnica nº 17/2024/COTEC IPHAN-DF/IPHAN-DF**: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB – análise da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 41 de 2024. Brasília, DF, 30 jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/copy7_of_SEI_IPHAN5548188NotaTcnica.pdf. Acesso em: 21 ago. 2026.

LISBOA, Edigar. Trânsito no Eixo Monumental terá alterações neste fim de semana. **Repórter Brasília**. Brasília, DF, 6 jun. 2026. Disponível em: <https://reporterbrasil.com.br/transito-no-eixo-monumental-tera-alteracoes-neste-fim-de-semana/>. Acesso em: 25 ago. 2026.

MENDONÇA, Vítor. Iphan divulga Nota Técnica sobre o PPCUB. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/iphan-divulga-nota-tecnica-sobre-o-ppcub/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

PRADO, Maria Adélia A. de M. A noção de paisagem cultural no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 213-234, 2012.

RODRIGUES, Marcella. Brasília pode perder título de Patrimônio Cultural da Humanidade; Unesco avalia estado de conservação da cidade em 2025. **G1**, 2 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/07/02/brasil-pode-perder-titulo-de-patrimonio-cultural-da-humanidade-unesco-avalia-estado-de-conservacao-da-cidade-em-2025.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

RÖSSNER, Melanie. **Paisagem cultural: conceitos e aplicações**. Lisboa: Edições 70, 2012.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-lucio-costa/dicionario-do-patrimonio/verbetes/p/paisagem-cultural> . Acesso em: 21 ago. 2026.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 21 ago. 2026.

UNESCO. **Brasília**. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/445/>. Acesso em: 21 ago. 2026.

UNESCO. **Nota sobre avaliação do estado de conservação de Brasília**. Paris, jul. 2024.

UNESCO. **World Heritage Centre. State of conservation report: Brasília (Brazil)**. Paris: UNESCO, 2025. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/219200>. Acesso em: 21 ago. 2026.

VISITE BRASÍLIA. **BD divulga agenda de eventos no Centro-Oeste até agosto**. Visite Brasília. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://visitebrasil.com.br/noticias/bd-divulga-agenda-de-eventos-no-centro-oeste-ate-agosto>. Acesso em: 21 ago. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 8

ENTRE PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO URBANA: O DESAPARECIMENTO E A DESCARACTERIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS NA ÁREA CENTRAL DE CAÇADOR/SC

Eloisa Kasectari de Sousa

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil
Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIARP.
elokasectarisousa@gmail.com

Cláudia Maté

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil
Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2013), Mestre (2016) e Doutora (2024) em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ/UFSC). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desde 2016, onde atua como coordenadora desde 2017. claudia.mate@uniarp.edu.br

Reno Luiz Caramori Filho

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil
Arquiteto e Urbanista pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL 2005), especialista em Cenografia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, 2010). Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Santa Catarina no período de 2014 a 2024 e pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) desde 2025.
profereno@gmail.com

RESUMO

As áreas centrais urbanas concentram infraestrutura, memória coletiva e dinâmicas econômicas que, em contextos de valorização imobiliária, colocam o patrimônio arquitetônico em situação de vulnerabilidade. O presente estudo analisa os fatores urbanos e normativos associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edifícios históricos na área central de Caçador/SC. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

documental da legislação urbanística e patrimonial vigente, e levantamento empírico com identificação, classificação e mapeamento de edificações históricas. Os resultados evidenciaram que o município dispõe formalmente de mecanismos de proteção patrimonial previstos na Lei Complementar nº 383/2020, que institui o tombamento municipal, o Livro do Tombo e o Conselho Municipal de Políticas e Patrimônio Cultural. Contudo, a pesquisa não identificou registros do Livro do Tombo Municipal nem bens oficialmente tombados no âmbito local, evidenciando que o aparato normativo existente permanece inoperante na prática. O mapeamento de 27 edificações históricas na área central revelou concentração expressiva de casos de demolição e descaracterização ao longo da Avenida Barão do Rio Branco, principal eixo comercial do município, onde a pressão imobiliária é mais intensa. As edificações preservadas correspondem, em sua maioria, a imóveis institucionais ou religiosos, cuja permanência decorre da natureza do uso e não de políticas ativas de proteção. Conclui-se que a preservação do patrimônio edificado em Caçador enfrenta um duplo problema: a legislação existe, mas não é aplicada; e as pressões do mercado imobiliário operam sem o contrapeso de instrumentos patrimoniais efetivamente ativos.

Palavras-chave: patrimônio arquitetônico; preservação urbana; instrumentos normativos.

INTRODUÇÃO

As áreas centrais urbanas constituem, historicamente, núcleos estruturadores da cidade, concentrando infraestrutura, simbolismo, memória coletiva e dinâmicas econômicas (Xia; Kang; Xu, 2024). No contexto contemporâneo, entretanto, esses espaços tem sido foco de intensos processos de transformação impulsionados pelo crescimento urbano e pela valorização imobiliária, gerando a reconfiguração das demandas sociais e das exigências normativas e ambientais (Fayez, 2024).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Essa dinâmica tem produzido reestruturações profundas no tecido urbano, resultando na remoção ou descaracterização de edificações portadoras de valor histórico e cultural para dar lugar a empreendimentos orientados predominantemente pela rentabilidade econômica e pela maximização do potencial construtivo (Freitas, 2023; Harvey, 2005), colocando o patrimônio arquitetônico em grande situação de vulnerabilidade.

Tal cenário evidencia uma tensão estrutural entre preservação patrimonial e dinâmicas do mercado imobiliário, sobretudo onde o solo apresenta elevado valor econômico, intensificando processos de descaracterização, abandono ou substituição construtiva (Rolnik, 2015; Choay, 2001).

Sendo assim, o debate sobre preservação ultrapassa a dimensão meramente estética ou memorial, inserindo-se em uma arena de negociações que envolve permanência, atualização funcional e viabilidade econômica. Estudos recentes indicam que, em diversos centros históricos brasileiros, a destruição de imóveis patrimoniais ocorre como parte de estratégias de reconfiguração urbana vinculadas à pressão imobiliária e à valorização fundiária (Vasconcellos; Pedlowski, 2025). Paralelamente, a fragilidade na articulação entre políticas de preservação e planejamento urbano contribui para a vulnerabilidade desses bens (Sotto, 2022), evidenciando um distanciamento entre capital econômico e capital cultural na gestão das áreas centrais (Rodrigues; Lemos, 2021).

A ausência de estratégias integradas que articulem técnicas de restauro, adaptação de uso e planejamento urbano contribui para a fragilização desses bens, dificultando sua reinserção funcional e econômica na cidade contemporânea (Engel, 2024).

O município de Caçador apresenta uma formação urbana diretamente relacionada à expansão ferroviária e aos desdobramentos da Guerra do Contestado, processos que contribuíram para a constituição de sua identidade territorial e para a conformação da paisagem edificada da área central (Crema, 2024).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitória

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Nas últimas décadas, especialmente ao longo do século XXI, intervenções urbanas associadas à valorização imobiliária, à reestruturação funcional das áreas centrais e às exigências normativas contemporâneas têm provocado a descaracterização e, em alguns casos, a demolição de edificações históricas, alterando significativamente a paisagem urbana e comprometendo referências de memória coletiva.

Diante desse cenário, tornam-se pertinentes reflexões acerca da efetividade dos instrumentos de proteção patrimonial, da articulação entre planejamento urbano e preservação, bem como das dinâmicas econômicas que influenciam os processos de substituição edificatória (Sotto, 2022; Freitas, 2023). Dessa forma, formula-se a seguinte pergunta norteadora: Como fatores urbanos e normativos estão associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edifícios históricos em Caçador/SC?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os fatores urbanos e normativos associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edifícios históricos em Caçador/SC. Como objetivos específicos, busca-se: a. Examinar o conceito de patrimônio arquitetônico e os instrumentos legais de proteção patrimonial no contexto brasileiro; b. Analisar a legislação urbanística municipal vigente, identificando fragilidades normativas que contribuam para a vulnerabilidade dessas edificações; c. Identificar e mapear edificações históricas que sofreram descaracterização ou demolição na área central de Caçador/SC; d. Investigar as dinâmicas de valorização imobiliária incidentes na área central e sua relação com os processos de substituição edificatória.

A relevância da pesquisa fundamenta-se na compreensão de que o patrimônio arquitetônico materializa aspectos históricos, culturais e identitários da cidade, de modo que sua perda representa não apenas uma transformação física da paisagem urbana, mas também o enfraquecimento de referências simbólicas vinculadas à memória coletiva.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Além disso, o estudo contribui para ampliar o debate sobre preservação patrimonial e planejamento urbano em cidades médias, considerando as lacunas existentes na produção acadêmica sobre esses processos no contexto municipal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: CONCEITO E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

O conceito de patrimônio arquitetônico tem sido progressivamente ampliado nas últimas décadas, deixando de se restringir à preservação formal de edificações excepcionais para incorporar dimensões culturais, sociais, políticas e urbanas mais abrangentes. Nessa perspectiva, a conservação do patrimônio passa a ser compreendida como parte integrante das estratégias de qualificação urbana e desenvolvimento das cidades, articulando-se às dinâmicas sociais, econômicas e espaciais contemporâneas (Choay, 2001; Engel, 2024).

Esse processo de ampliação está associado a um processo histórico de transformação na forma como os bens culturais passaram a ser compreendidos. Inicialmente vinculada à preservação de monumentos isolados e de caráter excepcional, a noção de patrimônio evoluiu ao longo do século XX para incorporar conjuntos urbanos, paisagens culturais e valores imateriais, refletindo uma abordagem mais ampla e integrada da cultura e da memória coletiva (Choay, 2001). Essa mudança de perspectiva foi fundamental para a consolidação de políticas de preservação que reconhecem o patrimônio como elemento ativo na dinâmica urbana.

A consolidação dessa nova compreensão do patrimônio também se refletiu na formulação de cartas e instrumentos normativos voltados à sua proteção. Ao longo do século XX, especialmente após os impactos das guerras e da modernização acelerada das cidades, organismos internacionais passaram a sistematizar princípios de conservação e restauração. Nesse



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

processo, destacam-se a Carta de Atenas (1931), que estabeleceu diretrizes iniciais para a tutela de monumentos históricos, e a Carta de Veneza (1964), que ampliou o debate ao reconhecer a importância do contexto urbano, da autenticidade material e da fundamentação técnica das intervenções (ICOMOS, 1964; Jokilehto, 2006).

Posteriormente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 reforçou a dimensão coletiva e universal da preservação, ao reconhecer que determinados bens culturais e naturais possuem valor excepcional para toda a humanidade. Com isso, consolidou-se o patrimônio como tema estratégico das políticas públicas contemporâneas e da cooperação internacional voltada à salvaguarda da memória coletiva (UNESCO, 1972; Jokilehto, 2006).

Pesquisas no campo da preservação destacam que a noção de patrimônio arquitetônico envolve múltiplos valores, históricos, identitários, simbólicos e funcionais, que ultrapassam a materialidade do edifício, relacionando-se diretamente à memória coletiva e aos processos de construção da identidade urbana. Nesse sentido, a preservação não se limita à manutenção física das estruturas, mas envolve a salvaguarda dos significados, usos e narrativas socialmente atribuídos a essas edificações ao longo do tempo, reforçando seu papel na continuidade histórica e simbólica dos espaços urbanos (Scifoni, 2018; Engel, 2024).

A partir dessas concepções, a literatura contemporânea também evidencia que as transformações urbanas recentes têm impactado diretamente as áreas centrais, especialmente em cidades médias, onde tais processos assumem características específicas e ainda pouco exploradas na produção acadêmica (Silva; Costa; Dantas, 2023). Nesses contextos, edificações de valor histórico tornam-se, frequentemente, vulneráveis à descaracterização, à perda de função ou à substituição, diante de dinâmicas urbanas orientadas pela valorização do solo e pela intensificação do uso do espaço urbano.

Sob essa perspectiva, em que o patrimônio arquitetônico se apresenta como elemento estruturador da identidade urbana e, ao mesmo tempo, vulnerável às dinâmicas de transformação das cidades, torna-se necessário compreender de que forma os instrumentos institucionais têm sido estruturados para assegurar sua preservação (Fonseca, 2005).

A permanência dessas edificações no tecido urbano não depende apenas do reconhecimento de seus valores históricos e culturais, mas também da existência de mecanismos normativos capazes de regular as intervenções sobre o espaço construído e orientar sua inserção nas dinâmicas contemporâneas (Engel, 2024).

A consolidação dos instrumentos contemporâneos de preservação resulta de um processo histórico de construção jurídica e institucional, no qual sociedades estabeleceram mecanismos normativos voltados à tutela de bens relevantes à memória coletiva e ao interesse público (Pontoriero, 2023). No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 216, que constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial que fazem referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (Brasil, 1988), consolidando a preservação como dever do poder público e da coletividade e inserindo-a no campo das políticas públicas (Fonseca, 2005).

No âmbito infraconstitucional, o tombamento consolidou-se historicamente como principal instrumento de proteção, operando por meio da restrição administrativa ao direito de propriedade em prol do interesse coletivo. Entretanto, a literatura aponta que a proteção patrimonial não pode se limitar a instrumentos isolados, exigindo maior articulação com o planejamento urbano e com as políticas de uso e ocupação do solo (Sotto, 2022). A fragmentação entre legislação urbanística e instrumentos de preservação tende a gerar lacunas na efetividade da proteção, especialmente em áreas centrais sujeitas à valorização fundiária (Maricato, 2015).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Liang, Ahmad e Mohidin (2023) defendem que a preservação patrimonial deve ser integrada às diretrizes do desenvolvimento urbano, evitando que os bens históricos sejam tratados como entraves ao crescimento das cidades. Nesse processo, a própria noção de patrimônio vem se ampliando progressivamente, passando a considerar não apenas edificações isoladas, mas também seus contextos urbanos, paisagísticos e culturais.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) introduz mecanismos que permitem ao município utilizar instrumentos urbanísticos para compatibilizar a função social da propriedade, o planejamento territorial e a proteção cultural (Brasil, 2001), embora sua aplicação prática nem sempre ocorra de forma articulada (Rolnik, 2015; Maricato, 2015).

Estudos no campo da gestão urbana evidenciam que a efetividade da proteção patrimonial depende da coerência entre normas municipais, planos diretores e estratégias de desenvolvimento local, bem como da articulação entre políticas urbanas e instrumentos de preservação (Scifoni, 2018). Em cidades de porte médio, onde os processos de transformação urbana assumem características específicas, a ausência de instrumentos claros ou sua aplicação limitada pode contribuir para a descaracterização ou substituição de edificações históricas (Silva; Costa; Dantas, 2023).

O Quadro 1 sistematiza os principais instrumentos legais e instituições relacionados à proteção patrimonial no contexto brasileiro, destacando seus mecanismos de atuação, potencial de proteção e limitações práticas.

Quadro 1 – Instrumentos legais e instituições de proteção patrimonial no Brasil.

Instrumento/ Instituição legal	Objetivo principal	Mecanismo de proteção	Potencial para patrimônio o edificado	Limitações práticas
Constituição Federal de 1988 (art. 216)	Reconhecer e garantir a proteção do patrimônio cultural brasileiro, atribuindo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo	Base constitucional para políticas públicas, normas infraconstitucionais e ações administrativas de tutela	Estruturante, por fundamentar juridicamente todo o sistema de proteção patrimonial	Não atua diretamente sobre bens específicos sem regulamentação e instrumentos complementares
Decreto-Lei nº 25/1937	Instituir a proteção legal dos bens culturais materiais de relevância histórica, artística e arquitetônica	Tombamento, restrição de intervenções, controle sobre demolições e alterações	Alto, quando aplicado formalmente ao imóvel	Depende de processo técnico-administrativo, reconhecimento oficial e fiscalização contínua
IPHAN	Executar a política nacional de patrimônio cultural e promover a proteção dos bens de interesse nacional	Tombamento federal, inventários, pareceres técnicos, fiscalização, registro e ações de valorização	Alto, pela capacidade e técnica e força institucional de seus atos	Atuação seletiva, recursos limitados e maior concentração em bens de ampla notoriedade
Estatuto da Cidade (Lei	Integrar política urbana,	Plano Diretor, instrumento	Médio a alto, quando	Depende de regulamentação

nº 10.257/2001)	função social da cidade e ordenamento territorial	s urbanísticos, gestão democrática e diretrizes para desenvolvimento urbano	articulado à preservação do patrimônio al no âmbito local	municipal e efetiva implementação pelo poder público local
Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	Proteger, promover e valorizar o patrimônio cultural catarinense	Tombamento estadual, inventários, apoio técnico, programas culturais e ações de reconhecimento	Médio a alto, especialmente em articulação com municípios e políticas regionais	Depende de prioridades institucionais, recursos disponíveis e cooperação interfederativa
Inventário do patrimônio cultural	Identificar, registrar, documentar e valorizar bens culturais materiais e imateriais de interesse coletivo	Levantamento técnico, cadastro, fichamento, documentação histórica e reconhecimento administrativo	Médio a alto, por subsidiar políticas públicas, tombamentos e estratégias de preservação	Nem sempre gera proteção jurídica automática sem vinculação normativa específica
Tombamento municipal	Proteger bens de relevância histórica, cultural ou arquitetônica de interesse local	Restrição legal de demolição, descaracterização e intervenções inadequadas sobre o bem protegido	Alto, por incidir diretamente sobre imóveis situados no território municipal	Exige estrutura administrativa, vontade política, corpo técnico e fiscalização permanente

Fonte: Os autores (2026).

No caso de Caçador/SC, a compreensão dessas questões exige considerar a legislação municipal vigente que regula o uso, a ocupação e as possibilidades de intervenção sobre o tecido urbano consolidado, com foco na área central, onde há maior concentração de edificações representativas da formação histórica municipal.

Instrumentos como o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento do Solo e o Código de Obras constituem elementos centrais na mediação entre preservação e desenvolvimento urbano, uma vez que podem tanto favorecer a permanência de edificações históricas quanto ampliar condições para processos de descaracterização e substituição edificatória, a depender de seus parâmetros e de sua forma de aplicação (Barros *et al.*, 2010).

No caso local, diagnósticos recentes de revisão do Plano Diretor indicam a relevância da temática patrimonial no planejamento municipal, ao reconhecer áreas e bens de interesse histórico no território urbano (Cincatarina, 2024).

Além da existência formal de instrumentos legais, a efetividade da preservação patrimonial também depende das condições concretas de acesso à informação, orientação técnica e capacidade administrativa dos agentes envolvidos. Em muitos casos, a existência da norma não significa, necessariamente, sua compreensão ou utilização prática pelos diferentes sujeitos que atuam sobre o espaço urbano (Sotto, 2022).

Proprietários e demais atores urbanos podem desconhecer as possibilidades previstas na legislação urbanística, como incentivos e mecanismos compatíveis com a preservação, o que somado ao elevado custo de manutenção de edificações antigas e à ausência de políticas públicas de incentivo à reabilitação, ampliam a vulnerabilidade dessas edificações e reforçam a percepção de que a demolição constitui a única opção economicamente viável (Silva; Costa; Dantas, 2023; Engel, 2024).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Nesse sentido, a preservação patrimonial depende não apenas de dispositivos normativos protetivos, mas também de instrumentos econômicos, assistência técnica e estratégias de gestão capazes de compatibilizar interesse privado e interesse coletivo na produção do espaço urbano, especialmente quando o valor econômico do terreno tende a se sobrepor ao valor cultural do imóvel (Maricato, 2015).

TRANFORMAÇÕES URBANAS E DINÂMICA IMOBILIÁRIA NAS ÁREAS CENTRAIS

As áreas centrais urbanas historicamente concentram infraestrutura, serviços, equipamentos públicos e atividades econômicas, desempenhando papel estruturador na organização espacial das cidades. Por reunirem acessibilidade, diversidade funcional e elevada densidade de fluxos, esses espaços tendem a exercer centralidade econômica e simbólica no tecido urbano (Ripp *et al.*, 2025).

Nas últimas décadas, contudo, passaram por intensos processos de transformação associados à reestruturação econômica, à reorganização das atividades urbanas e às novas exigências do mercado imobiliário contemporâneo (Silva; Costa; Dantas, 2023).

Em contextos de elevada centralidade, a valorização do solo urbano tende a intensificar a pressão por maior aproveitamento construtivo dos terrenos, estimulando processos de adensamento, verticalização e substituição de estruturas preexistentes por empreendimentos mais rentáveis. Tal dinâmica não se limita à expansão física da cidade, mas redefine prioridades urbanísticas e critérios de permanência no espaço central, favorecendo usos considerados mais lucrativos ou compatíveis com a dinâmica contemporânea de mercado (Freitas, 2023).

Nesse cenário, edificações históricas podem passar a ser percebidas como obstáculos à plena exploração econômica do lote, sobretudo quando apresentam baixa intensidade de uso, restrições físicas ou necessidade de investimentos para adaptação



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

(Engel, 2024), incluindo adequações de acessibilidade, desempenho ambiental e atualização tecnológica que, na ausência de políticas de reabilitação compatíveis, ampliam sua vulnerabilidade (Savoie *et al.*, 2025).

Como consequência, intensificam-se processos de descaracterização, demolição ou substituição edificatória, nos quais imóveis portadores de valor histórico e cultural cedem lugar a novas construções orientadas predominantemente pela rentabilidade econômica. O conflito entre preservação patrimonial e valorização imobiliária revela, assim, tensões estruturais na produção do espaço urbano contemporâneo (Harvey, 2005; Freitas, 2023).

Ao mesmo tempo, estudos recentes demonstram que o patrimônio edificado pode atuar como vetor de regeneração urbana quando integrado a estratégias de reabilitação, dinamização econômica e qualificação dos espaços centrais. Nessa perspectiva, a preservação deixa de representar entrave ao desenvolvimento e passa a constituir recurso estratégico para a revitalização urbana e para a reativação de áreas consolidadas (El Faouri; Sibley, 2022).

Em cidades médias, esses processos assumem características particulares. Embora apresentem menor complexidade metropolitana, tais centros urbanos vêm experimentando crescimento econômico, reestruturação funcional e novas dinâmicas de valorização imobiliária que incidem diretamente sobre áreas centrais consolidadas. Ao mesmo tempo, frequentemente dispõem de menor capacidade institucional, instrumentos regulatórios menos especializados ou políticas patrimoniais mais iniciantes, o que pode ampliar a exposição do patrimônio histórico às pressões de transformação urbana (Silva; Costa; Dantas, 2023).

Em síntese, o desaparecimento e a descaracterização de edifícios históricos em áreas centrais não decorrem de fatores isolados, mas da interação entre valorização fundiária, interesses privados, transformações funcionais, limitações regulatórias e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

insuficiência de políticas de preservação ativa (Freitas, 2023). A compreensão dessas dinâmicas oferece base analítica para interpretar o caso de Caçador/SC, permitindo identificar como processos mais amplos de reestruturação urbana e produção contemporânea do espaço se manifestam no contexto local.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida a partir da análise de fatores urbanos e normativos associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edificações históricas na área central de Caçador/SC. A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar relações entre transformações espaciais, instrumentos regulatórios e dinâmicas econômicas que não se reduzem a dados exclusivamente quantitativos (Guerra; Rodrigues; Lunetta, 2024).

O estudo foi desenvolvido por meio de três procedimentos complementares: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento empírico. A pesquisa bibliográfica consistiu na revisão de literatura sobre patrimônio arquitetônico, políticas de preservação, instrumentos legais de proteção e transformações urbanas contemporâneas, com buscas nas bases CAPES, SciELO e Google Scholar, priorizando produções dos últimos cinco anos sem excluir obras clássicas e referenciais teóricos fundamentais ao tema (Guerra; Rodrigues; Lunetta, 2023).

A pesquisa documental envolveu a análise da legislação urbanística e patrimonial vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, incluindo o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e instrumentos de inventário ou tombamento eventualmente existentes.

O levantamento empírico foi realizado na área central do município, com identificação, classificação e mapeamento de edificações históricas que passaram por processos de descaracterização ou demolição.

Para a delimitação do campo de análise, foram consideradas



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

edificações históricas aquelas que atendessem a pelo menos um dos seguintes critérios: construção anterior a 1990, entendendo-se que a passagem do tempo contribui para a consolidação de valores históricos, simbólicos e referenciais, ainda que a antiguidade isolada não determine o valor patrimonial do bem; valor histórico reconhecível, seja pela linguagem arquitetônica representativa de determinado período da formação urbana do município, seja pela relevância simbólica ou afetiva atribuída pela comunidade; ou identificação prévia no mapeamento desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio à Extensão e Cultura (PAEC), realizado pela autora em 2024 e 2025, que resultou no levantamento de 26 edificações significativas na área central, com fichas de pré-inventário e registros fotográficos.

Para a análise das edificações, foram adotados critérios técnicos considerando aspectos formais, volumétricos e tipológicos. Foram avaliadas alterações em fachadas, ornamentações, esquadrias, proporções de aberturas, revestimentos, volumetria, acréscimos de pavimentos e modificações estruturais que comprometam a leitura arquitetônica original. A partir desses parâmetros, os imóveis foram classificados em quatro categorias analíticas: preservado, parcialmente descaracterizado, totalmente descaracterizado e demolido.

Os dados coletados foram organizados em quadros-síntese e representações cartográficas, possibilitando a visualização espacial do fenômeno e a análise interpretativa articulando os casos identificados às transformações urbanas observadas, aos parâmetros construtivos vigentes e às dinâmicas de valorização imobiliária. O recorte espacial delimita-se à área central de Caçador/SC, por concentrar edificações representativas da formação urbana do município e por constituir o setor onde se manifestam de forma mais intensa as pressões de valorização imobiliária, substituição edificatória e transformação funcional do espaço urbano.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme evidenciado no Quadro 1, a efetividade dos instrumentos de proteção patrimonial varia conforme sua regulamentação, capacidade administrativa e integração com o planejamento urbano. Tais dimensões determinam se os mecanismos formalmente previstos se traduzem em proteção concreta do patrimônio edificado.

Nesse contexto, a análise volta-se ao município de Caçador/SC, onde o Quadro 2 sistematiza os principais instrumentos urbanísticos e patrimoniais identificados no contexto municipal de Caçador/SC, suas características e suas relações com a preservação do patrimônio edificado na área central.

Quadro 2 – Instrumentos urbanísticos e patrimoniais vigentes em Caçador/SC e suas relações com a preservação do patrimônio edificado.

Instrumento legal	Objetivo principal	Relação com a preservação patrimonial	Potenciais contribuições	Possíveis limitações
Lei Orgânica Municipal	Estabelecer princípios gerais da administração municipal.	Base constitucional para políticas públicas, normas infraconstitucionais e ações administrativas de tutela.	Estruturante, por fundamentar juridicamente todo o sistema de proteção patrimonial.	Não atua diretamente sobre bens específicos sem regulamentação e instrumentos complementares.
Lei Complementar nº 383/2020	Instituir o Sistema Municipal de Cultura.	Prevê tombamento, Livro do Tombo e Conselho Municipal.	Estrutura institucional de proteção patrimonial.	Necessidade de aplicação efetiva e continuidade administrativa.

Plano Diretor Municipal	Orientar o desenvolvimento urbano.	Pode integrar preservação e ordenamento territorial.	Possibilidade de proteção de áreas de interesse histórico.	Pressões urbanísticas podem prevalecer.
Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo	Regular uso e parâmetros construtivos.	Influencia diretamente permanência ou substituição edificatória.	Controle da densidade e uso urbano.	Pode estimular verticalização e adensamento.
Código de Obras	Estabelecer normas construtivas.	Interfere em reformas e adaptações de imóveis históricos.	Pode orientar intervenções compatíveis.	Exigências técnicas podem dificultar preservação.

Fonte: Os autores (2026).

A análise dos instrumentos identificados evidencia que o município de Caçador dispõe formalmente de mecanismos relacionados à proteção patrimonial e ao ordenamento urbano, o que, contudo, não implica necessariamente sua aplicação efetiva nos processos de transformação urbana.

Entre os instrumentos identificados, destaca-se a Lei Complementar nº 383/2020, responsável pela instituição do Sistema Municipal de Cultura de Caçador (SIMCULT) e pela organização das políticas locais relacionadas ao patrimônio cultural. Alinhada aos princípios consolidados pelo Decreto-Lei nº 25/1937, a normativa municipal institui o tombamento municipal voluntário ou compulsório, previsto nos arts. 56 a 58; o Livro do Tombo Municipal, criado pelo art. 53 como registro oficial dos bens de interesse cultural; e o Conselho Municipal de Políticas e Patrimônio Cultural de Caçador, definido pelo art. 39 como órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador, com

competência para propor e deliberar sobre tombamentos (art. 42, inciso XXI). Esses dispositivos evidenciam a existência de uma estrutura legal voltada formalmente à proteção de bens culturais no âmbito local.

No entanto, por exemplo, apesar da previsão legal expressa no art. 53 da Lei Complementar nº 383/2020, a pesquisa documental realizada não identificou registros do Livro do Tombo Municipal de Caçador, lacuna confirmada pelo próprio Coordenador de Patrimônio Histórico do município, Daniel Lemos (2026), em palestra direcionada ao evento preparatório para o 11º fórum internacional de patrimônio histórico (FIPA) realizada no dia 20 de maio no município.

A ausência desse instrumento é significativa, pois, conforme o § 2º do art. 50 da mesma lei, os bens culturais "só serão considerados parte integrante do patrimônio cultural Municipal depois de inscritos no Livro do Tombo" o que significa que, sem o registro, nenhum bem pode ser juridicamente reconhecido como patrimônio tombado, independentemente de seu valor histórico ou cultural. Consequentemente, não foram identificados bens oficialmente tombados no âmbito municipal durante a realização da pesquisa.

O único reconhecimento patrimonial com respaldo legal identificado refere-se a dois imóveis inseridos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, reconhecidos a partir de 2010 pela Lei Federal nº 11.483/2007, no contexto da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Trata-se, contudo, de proteção oriunda da esfera federal, sem correspondência com qualquer iniciativa de tombamento municipal, o que reforça a inércia do poder público local no campo da preservação patrimonial.

Esse quadro de inefetividade institucional não pode ser dissociado da dinâmica de crescimento urbano que marcou a consolidação de Caçador ao longo do século XX. A intensificação do uso do solo, a valorização imobiliária da área central e as pressões decorrentes da expansão da mancha urbana criaram condições estruturais que favorecem a substituição edificatória em



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:

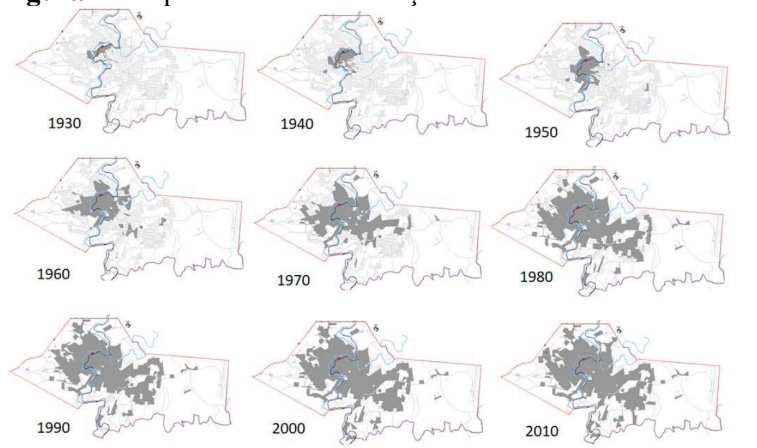


Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

detrimento da preservação, processo que, na ausência de instrumentos municipais efetivamente aplicados, avança sem resistência institucional.

A Figura 1, apresenta a evolução da ocupação urbana do município entre as décadas de 1930 e 2010, evidenciando a consolidação gradual da área central como núcleo estruturador da dinâmica urbana local e o contexto territorial no qual esses processos se desenvolvem.

Figura 1 - Expansão urbana de Caçador/SC.



Fonte: Teodozio (2022, p.30).

A expansão urbana ocorreu de forma progressiva a partir do núcleo inicial de ocupação, acompanhando os processos de crescimento econômico e ampliação das atividades urbanas. Ao longo das décadas, a área central consolidou-se como espaço de concentração comercial e de serviços, tornando-se alvo de sucessivas transformações físicas e funcionais.

Nesse contexto, edificações históricas passaram a coexistir com demandas contemporâneas de adensamento, modernização e renovação imobiliária, tensão que, diante da inefetividade dos

instrumentos de preservação identificada anteriormente, tende a ser resolvida em favor da substituição edificatória.

Os registros comparativos apresentados a seguir ilustram esse processo em situações concretas na área central de Caçador, evidenciando como a renovação urbana recente tem resultado na perda ou descaracterização de edificações de interesse histórico e cultural.

A Figura 2 apresenta comparativo da Avenida Barão do Rio Branco em dois momentos distintos: o registro A, datado da década de 1970, e o registro B, fotografia atual do mesmo trecho. A análise comparativa ilustra dois processos distintos de transformação do patrimônio edificado. No primeiro caso, uma edificação anteriormente caracterizada por baixa verticalização foi substituída por edifício multifamiliar de aproximadamente nove pavimentos, configurando ruptura morfológica em relação à escala histórica da via. No segundo caso, o antigo Complexo Myatã, ainda existente, apresenta descaracterização de alto grau: ornamentações originais foram suprimidas, vãos foram alterados e a pintura modificada, resultando na perda significativa da linguagem arquitetônica que definia sua identidade histórica.

Figura 2 - Comparativos da Av. Barão do Rio Branco em dois anos diferentes.

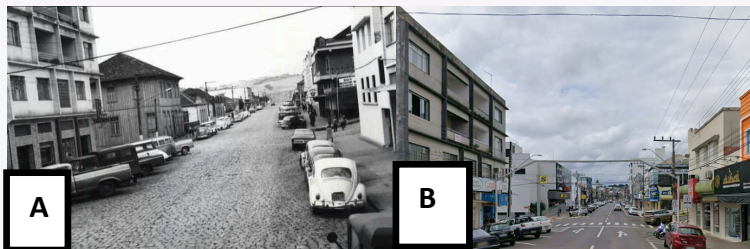


Fonte: A. Arquivo público ([197?]); B. Os autores (2026).

A Figura 3 apresenta comparativo evidenciando a substituição de um casarão em madeira, remanescente do período inicial de ocupação urbana de Caçador, pelo atual edifício ocupado por uma agência bancária, sendo o registro A corresponde à edificação original, e o registro B ao estado atual. A perda dessa edificação é representativa pelo apagamento de uma tipologia construtiva diretamente associada à formação histórica do município.

Além das substituições identificadas, os registros evidenciam diferentes graus de descaracterização arquitetônica em edificações remanescentes. As intervenções mais recorrentes incluem alterações de fachada, ampliação de vitrines comerciais, substituição de esquadrias e modificações voltadas à adaptação dos imóveis às demandas contemporâneas de uso e consumo, transformações que, embora não impliquem demolição, comprometem progressivamente a legibilidade histórica do conjunto edificado da área central.

Figura 3 - Comparativos da Av. Barão do Rio Branco, parte alta, em dois anos diferentes.



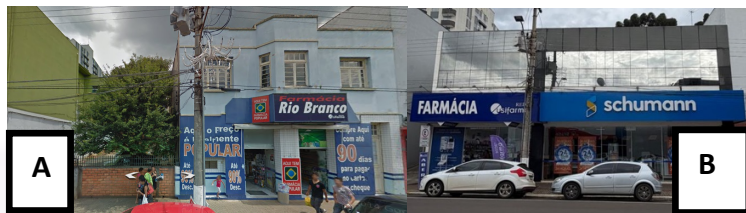
Fonte: A. Arquivo público ([196?]); B. Google Maps (2025).

A Figura 4 apresenta comparativo de edificações em diferentes anos na Avenida Barão do Rio Branco, sendo o registro A de 2011 e o registro B o estado atual. A análise reforça que os processos de transformação da área central não se restringem à demolição de edificações de reconhecido valor individual. A

edificação substituída, considerada isoladamente, poderia não apresentar atributos suficientes para justificar sua proteção formal.

No entanto, sua presença integrava a leitura morfológica e histórica da paisagem urbana, contribuindo para a coerência do conjunto edificado. Sua demolição não representa apenas uma perda pontual, mas um precedente que fragiliza as edificações vizinhas, na medida em que a substituição de um imóvel altera as condições de entorno e pode estimular processos semelhantes em lotes adjacentes, progressivamente desarticulando a paisagem histórica da área central.

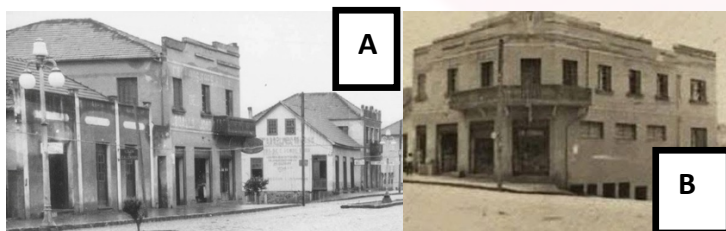
Figura 4 - Comparativos de edifícios em diferentes anos na Av. Barão do Rio Branco.



Fonte: A. GoogleMaps (2011). B. Os autores (2026)

A comparação das Figuras 5 e 6 registra a demolição de uma edificação com características arquitetônicas Art Déco na área central de Caçador, podendo ser visualizada nos registros A e B, atualmente em processo de substituição por nova construção como mostra os registros C e D. O caso ilustra com clareza a sobreposição entre valorização imobiliária e preservação cultural. tensão em que, na ausência de instrumentos de proteção efetivamente aplicados, a lógica do mercado tende a prevalecer.

Figura 5 - Vista lateral e frontal de edifício na Av. Barão do Rio Branco na década de 60.



Fonte: A. B. Fotos de Caçador (2019).

Figuras 6- Vista lateral e frontal de terreno com novo edifício em construção.



Fonte: C. D. Os autores (2026).

Os casos apresentados ao longo desta análise representam parte dos processos de demolição, substituição edificatória e descaracterização atualmente observados na área central de Caçador. Tais transformações decorrem da combinação de fatores interdependentes: a valorização imobiliária de terrenos bem localizados, o crescimento urbano contínuo, a intensificação das atividades comerciais e as adaptações funcionais impostas às edificações pelas demandas contemporâneas de uso, todos operando em um contexto de inefetividade dos mecanismos municipais de preservação patrimonial, conforme identificado anteriormente.

As intervenções identificadas ocorrem em diferentes níveis de intensidade, variando desde alterações pontuais de fachada até processos completos de descaracterização ou demolição. Em conjunto, essas transformações contribuem para a modificação gradual da paisagem urbana histórica e para o apagamento progressivo de referências arquitetônicas vinculadas à memória e à identidade da área central de Caçador.

Com o objetivo de sistematizar e espacializar essas ocorrências, foi elaborado mapa analítico, Figura 7, que localiza as 27 edificações identificadas no tecido urbano central e as classifica conforme seu estado de conservação nas categorias: preservadas, parcialmente descaracterizadas, totalmente descaracterizadas e demolidas. Os resultados revelam padrões espaciais e qualitativos significativos para a compreensão dos processos de transformação urbana no município.

Figura 7 - Edificações históricas preservadas, descaracterizadas e demolidas na área central de Caçador/SC



Fonte: Os autores (2026).

Os resultados revelam padrões espaciais e qualitativos significativos para a compreensão dos processos de transformação urbana no município. A análise da distribuição indica concentração expressiva de ocorrências ao longo da Avenida Barão do Rio Branco, local foco do estudo, eixo historicamente central da cidade e, simultaneamente, vetor de maior pressão imobiliária e comercial, devido à sua consolidação como principal eixo comercial do município concentrando agências bancárias, estabelecimentos de maior porte e o maior fluxo de pedestres e veículos da área central.

Essa condição torna os terrenos lindeiros particularmente atrativos para a renovação edificatória, intensificando as pressões sobre o patrimônio existente e explicando por que é justamente nesse eixo que se concentram os casos mais graves de demolição e descaracterização identificados no mapeamento.

As edificações classificadas como preservadas são em número reduzido e, em sua maioria, correspondem a imóveis de caráter institucional ou religioso como a Catedral São Francisco de Assis, a Prefeitura Municipal e a Estação Ferroviária, cuja permanência tende a estar associada à natureza do uso e à vinculação institucional, e não à existência de mecanismos formais de proteção patrimonial municipal.

Em conjunto, os resultados do mapeamento evidenciam que a transformação do patrimônio edificado na área central de Caçador é um processo espacialmente concentrado, qualitativamente diversificado e institucionalmente desassistido quadro que aponta para a necessidade de integração efetiva entre políticas de preservação patrimonial e instrumentos de ordenamento urbano no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar os fatores urbanos e normativos associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edifícios históricos na área central de

Caçador/SC, articulando revisão bibliográfica, análise documental e levantamento empírico. Os resultados obtidos permitem responder à pergunta norteadora: “como fatores urbanos e normativos estão associados ao processo de desaparecimento e descaracterização de edifícios históricos em Caçador/SC?” e confirmam que esse fenômeno decorre não de um fator isolado, mas da interação entre inefetividade institucional, valorização imobiliária e ausência de integração entre preservação patrimonial e planejamento urbano.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, a revisão bibliográfica permitiu compreender que o patrimônio arquitetônico constitui elemento estruturador da identidade urbana e da memória coletiva, cuja preservação ultrapassa a dimensão estética para inserir-se em disputas entre valor de uso, valor cultural e valor de troca da terra urbana. Ficou evidenciado que a efetividade da proteção patrimonial depende não apenas da existência de instrumentos legais, mas de sua articulação com o planejamento urbano e com políticas ativas de gestão e fiscalização.

A análise da legislação municipal vigente, correspondente ao segundo objetivo específico, revelou que Caçador dispõe formalmente de instrumentos de proteção patrimonial previstos na Lei Complementar nº 383/2020, que institui o tombamento municipal, o Livro do Tombo e o Conselho Municipal de Políticas e Patrimônio Cultural. Contudo, foram identificadas fragilidades relacionadas à efetiva aplicação desses instrumentos e à sua integração com o planejamento urbano local.

O levantamento empírico e o mapeamento realizado, correspondentes ao terceiro objetivo específico, identificaram 27 edificações históricas na área central, classificadas em preservadas, parcialmente descaracterizadas, totalmente descaracterizadas e demolidas. Os resultados revelaram que as edificações preservadas são em número reduzido e, em sua maioria, de caráter institucional ou religioso, cuja permanência decorre mais da natureza do uso do que da existência de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

mecanismos efetivos de proteção patrimonial municipal. Observou-se ainda a concentração dos casos de demolição e descaracterização ao longo da Avenida Barão do Rio Branco, principal eixo comercial da cidade, onde as pressões de valorização imobiliária se mostram mais intensas.

Em relação ao quarto objetivo específico, a análise das dinâmicas imobiliárias evidenciou que a valorização fundiária da área central cria condições estruturais que favorecem a substituição edificatória, tornando economicamente atrativa a demolição de imóveis históricos para aproveitamento construtivo intensivo dos lotes. Esse processo, operando em um contexto de limitada efetividade dos instrumentos municipais de preservação, contribui para a continuidade das transformações observadas na paisagem urbana central.

Em síntese, os resultados confirmam que a preservação do patrimônio edificado em Caçador enfrenta um duplo problema: a legislação existe, mas não é aplicada; e as pressões do mercado imobiliário operam sem o contrapeso de políticas patrimoniais ativas. Essa combinação tem resultado no apagamento progressivo de referências arquitetônicas vinculadas à memória e à identidade da área central do município.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se a ausência de inventários patrimoniais municipais sistematizados e a dificuldade de acesso a registros históricos completos sobre algumas das edificações analisadas lacunas que, por si mesmas, revelam a fragilidade da gestão patrimonial local.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise das dinâmicas econômicas de valorização imobiliária no centro de Caçador, investiguem instrumentos de incentivo à reabilitação e à adaptação de uso de edificações históricas, e examinem possibilidades de fortalecimento institucional do Conselho Municipal de Políticas e Patrimônio Cultural, com vistas à efetiva implantação do Livro do Tombo e ao início dos processos de tombamento municipal previstos na legislação vigente.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana Maria Furbino Bretas (org.) *et al.* **O Estatuto da Cidade comentado**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/182>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 11 mar. 2026.

CAÇADOR. Arquivo Público Municipal de Caçador. **[Coleção de fotografias do acervo histórico geral]**. [S.d.]. Conjunto de fotografias. Arquivo Público Municipal, Caçador, SC.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CINCATARINA - CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA. Planejamento urbano: revisão do Plano Diretor de Caçador/SC. **CINCATARINA**, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=cacador&idref=47187>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CREMA, Everton. Ferrovia do Contestado: um traçado de desenvolvimento e disputas. **MÉTIS: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 23, n. 46, 2024. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/13276>. Acesso em: 15 maio 2026.

EL FAOURI, Bayan F.; SIBLEY, Magda. Heritage-led urban regeneration in the context of WH listing: lessons and opportunities for the newly inscribed city of As-Salt in Jordan.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

Sustainability, Basel, Switzerland, v. 14, n. 8, p. 4557, 2022.
DOI: 10.3390/su14084557. Disponível em:
<https://www.mdpi.com/2071-1050/14/8/4557>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ENGEL, Ernestina Rita Meira. **Centros históricos, habitação e vitalidade urbana**: estudo de caso em Florianópolis/SC. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254354>. Acesso em: 8 abr. 2026.

FOTOS DE CAÇADOR SC. **Facebook**: @fotosdecaçadorsc, 2019. Disponível em:
<https://www.facebook.com/cacador.sc/photos>. Acesso em: 8 maio 2026.

FAYEZ, Homaira. From ‘Objects’ to ‘Sustainable Development’: The Evolution of Architectural Heritage Conservation in Theory and Practice. **Buildings**, Basel, Switzerland, v. 14, n. 8, 2024. DOI: 10.3390/buildings14082566 Disponível em:
https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=UTr6RAsAAAAJ&citation_for_view=UTr6RAsAAAAJ:2osOgNQ5qMEC Acesso: 24 fev. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005. Disponível em: <https://editora.ufrj.br/produto/o-patrimonio-em-processo-trajetoria-da-politica-federal-de-preservacao-no-brasil/>. Acesso em: 9 abr. 2026.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. Reestruturação imobiliária: um conceito da urbanização capitalista. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 687-711, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5714>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cm/a/XK4CNDsGtYmT4hYdcpnBzKG/>. Acesso em: 8 abr. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

GOOGLE. **Avenida Barão do Rio Branco**, Caçador - SC. [S.l.]: Google Maps, 2026. Disponível em: <https://goo.su/URFOk8>. Acesso em: 12 maio 2026.

GUERRA, Rodrigues; LUNETTA, Avaetê de. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, Campina Grande, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 14 abr. 2026.

GUERRA, Rodrigues; LUNETTA, Avaetê de. Metodologias e classificação das pesquisas científicas. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, Jundiá, v. 5, n. 8, p. e585584, 2024. DOI: 10.47820/recima21.v5i8.5584. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5584>. Acesso em: 14 abr. 2026.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

ICOMOS. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios (Carta de Veneza). **ICOMOS**, Veneza, 1964. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/venice_sp.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. **City & Time**, Olinda, v. 2, n. 1, p. 1-16, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/767724524/Jokilehto-J-2006-Considerations-on-authenticity-and-integrity-in-world-heritage-context>. Acesso em: 15 abr. 2026.

LEMONS, Daniel. **Evento preparatório 11º FIPA**. Caçador, 2026. Palestra.

LIANG, Wen; AHMAD, Yahaya; MOHIDIN, Haja Bava Mohidin. The development of the concept of architectural heritage conservation and its inspiration. **Built Heritage**, [s. l.], v. 7, n. 21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s43238-023-00103-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s43238-023-00103-2>. Acesso em: 20 fev. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002716926>. Acesso em: 9 abr. 2026.

PONTORIERO, Ivano. Protection of Cultural Heritage in Roman Law. In: BARONCINO, Elisa *et al.* **Forever Young: Celebrating 50 Years of the World Heritage Convention**. v. I. Modena: Mucchi Editore, 2023. p. 17-45. Disponível em: <https://cris.unibo.it/handle/11585/921352>. Acesso em: 02 abr. 2026.

RIPP, Matthias *et.al.*, Historic urban landscapes and heritage systems as the basis for sustainable urban development. **Land**, Basel, Switzerland, v. 14, n. 9, p. 1783, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/land14091783>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-445X/14/9/1783>. Acesso em: 02 abr. 2026.

RODRIGUES, Isis Meireles; LEMOS, Celina Borges. Narrativas da paisagem como documentação patrimonial urbana e arquitetônica: o caso de Parnaíba [PI]. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 15, e021006, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v1.5i00.8665551> Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8665551>. Acesso em: 25 fev. 2026.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002725337> Acesso em: 10 abr. 2026.

SAVOIE, Émile *et al.* Key factors for revitalising heritage buildings through adaptive reuse. **Buildings and Cities**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.5334/bc.495. Disponível em: <https://journal-buildingscities.org/articles/10.5334/bc.495>. Acesso em: 11 abr. 2026.

SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

socioeconômico. **Mercator**, Fortaleza, v. 22, e22013, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2023.e22013>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/merca>

[tor/a/GPpjb8HBttr5CNVf6m9L8r/](https://www.scielo.br/j/merca/tor/a/GPpjb8HBttr5CNVf6m9L8r/). Acesso em: 8 abr. 2026.

SCIFONI, Simone. **O patrimônio como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. *E-book*. Disponível

em: <https://repositorio.usp.br/item/002902104>. Acesso em: 10 maio 2026.

SOTTO, Debora. A arrecadação de imóveis abandonados nos municípios brasileiros: oportunidades, desafios e perspectivas.

Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1855–1883, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.59530>.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/59530>. Acesso em: 25 fev. 2026.

TEODOZIO, Taise. **Além das 125 casas: ocupação e urbanização no município de Caçador-SC**. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/

7187/DISSERTA_O_TAISE_TEODOZIO_19_07_22_16643033007846_7187.pdf. Acesso em: 23 maio 2026.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

VASCONCELLOS, André Moraes Barcellos Martins de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. A destruição do patrimônio arquitetônico no centro histórico de Campos dos Goytacazes (RJ) enquanto estratégia de reconfiguração do espaço urbano. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 00, e025006,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

2025. <https://doi.org/10.35416/2025.9802>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/9802>. Acesso em: 20 fev. 2026.

XIA, Jun; KANG, Jing; XU, Xiaolin. Global research trends and future directions in urban historical heritage area conservation and development: a 25-year bibliometric analysis. **Buildings**, Basel, Switzerland, v. 14, n. 10, p. 3096, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/buildings14103096> Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-5309/14/10/3096>. Acesso em: 22 fev. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 9

A MARÉ COMO PAISAGEM CULTURAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, PATRIMÔNIO E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO EM UMA FAVELA DO RIO DE JANEIRO

Rogério Pereira dos Santos

dartherium@gmail.com

Mestrando do PPGDESP - Universidade Santa Úrsula

Bruno Matos de Farias

bruno.farias@usu.edu.br

Docente - Universidade Santa Úrsula

RESUMO

Este artigo tem como pretensão analisar a Maré/RJ, favela carioca localizada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva do patrimônio cultural e da paisagem cultural, problematizando os limites e as possibilidades das políticas públicas e dos instrumentos de proteção patrimonial em territórios periféricos. Parte-se do entendimento de que as favelas constituem territórios historicamente produzidos por seus moradores e a Maré não deve ser entendida exclusivamente pela ótica da vulnerabilidade socioespacial, mas também como território de produção de memórias, identidades, práticas culturais, formas de sociabilidade e referências materiais e imateriais construídas historicamente por seus moradores. O objetivo aqui é argumentar em que medida os instrumentos de proteção existentes no ordenamento brasileiro e na política urbana e cultural do Rio de Janeiro são capazes de reconhecer e valorizar essas referências culturais. O estudo apresenta uma metodologia de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de legislações, documentos institucionais e registros históricos e culturais relacionados ao território. Alega-se que a política patrimonial brasileira ainda apresenta limitações no reconhecimento de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

territórios periféricos, especialmente quando prevalecem concepções associadas à monumentalidade e à excepcionalidade dos bens culturais.

Palavras-chave: Maré; Paisagem Cultural; Patrimônio Cultural; Políticas Públicas; Instrumentos de Proteção.

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo sobre Patrimônio Cultural tem ampliado progressivamente seu campo de análise, superando a perspectiva centrada de forma exclusiva na preservação de bens materiais de excepcional valor histórico, artístico ou arquitetônico. Nesse percurso a compreensão de Paisagem Cultural contribui para compreender o patrimônio como resultado das relações estabelecidas entre sociedade, território, memória, práticas sociais e natureza.

Mais do que identificar objetos ou edificações isoladas, esse ponto de vista possibilita distinguir territórios nos quais modos de vida, manifestações culturais, experiências coletivas e formas de apropriação do espaço representam referências essenciais para a formulação das identidades e das memórias sociais.

No cenário brasileiro, porém, a constatação institucional do patrimônio cultural ainda apresenta desafios quando aplicado a territórios populares e periféricos. Desse modo, as favelas, apesar de sua relevância territorial, social, cultural e histórica para a formação das cidades brasileiras, persistem com frequência submetidas a processos de estigmatização, invisibilização e reconhecimento patrimonial limitado. Essa condição produz uma discrepância: ao mesmo tempo em que esses territórios são espaços de intensa produção cultural, memória, sociabilidade e construção de identidades, seus valores patrimoniais nem sempre encontram simetria nos instrumentos oficiais de preservação e, também, nas políticas públicas de patrimônio.

A Maré, conjunto de favelas localizado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, constitui um território



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

particularmente significativo para essa reflexão. Sua formação histórica está associada a processos de ocupação popular, migrações, autoconstrução, mobilização comunitária e transformações urbanas que produziram formas específicas de organização territorial e de sociabilidade. No decorrer de sua história, a Maré também se consolidou como um espaço de intensa produção cultural, reunindo manifestações artísticas, práticas comunitárias, lugares de memória, iniciativas educacionais, organizações sociais e diferentes formas de expressão das experiências de seus habitantes. Portanto, a Maré pode ser percebida não apenas como um território urbano marcado por desigualdades socioespaciais, mas tal qual uma paisagem cultural estruturada e continuamente ressignificada por seus sujeitos locais.

Essa estratégia exige, por conseguinte, inquerir os limites dos instrumentos tradicionais de proteção do patrimônio cultural diante de territórios cuja relevância patrimonial não se encontra necessariamente direcionada em edificações monumentais ou bens materiais isolados. Na Maré, o aspecto patrimonial está igualmente presente nas memórias coletivas, nas práticas cotidianas, nas manifestações culturais, nos lugares de referência, nas formas de ocupação e produção do território e nas experiências compartilhadas por diferentes gerações. Admitir esses elementos como unidades de uma paisagem cultural implica considerar seus moradores como sujeitos produtores de patrimônio e não somente como destinatários de políticas públicas formuladas externamente ao território.

Nesse cenário, esta pesquisa parte da seguinte questão central: em que medida as políticas públicas e os instrumentos de proteção do patrimônio cultural existentes no Brasil e no Município do Rio de Janeiro são capazes de reconhecer e proteger a Maré como uma paisagem cultural constituída por memórias, práticas sociais, manifestações culturais e formas próprias de produção do território? Com base nessa problemática, busca-se analisar os limites e as possibilidades dos instrumentos de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

proteção patrimonial para o reconhecimento de territórios populares, tomando a Maré como análise de caso e considerando as relações entre patrimônio, paisagem cultural, memória, território e direito à cidade.

Partindo da hipótese de que a Maré possua significativo patrimônio material, imaterial e paisagístico cultural produzido historicamente por seus moradores, os instrumentos tradicionais de proteção patrimonial ainda apresentam limitações para reconhecer a favela como território culturalmente produzido, resultando em uma forma de invisibilização patrimonial das periferias urbanas brasileiras. Simultaneamente, a ampliação da concepção de patrimônio e a adoção de instrumentos associados à paisagem cultural podem criar possibilidades para o reconhecimento de outras formas de produção de valor patrimonial, sobretudo aquelas elaboradas a partir das experiências, memórias e práticas dos próprios sujeitos do território.

Desta forma, ao propor a análise da Maré como paisagem cultural, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a democratização das políticas de patrimônio e para a construção de instrumentos de proteção capazes de incorporar territórios populares às políticas de memória e preservação. Refere-se, por conseguinte, de compreender o patrimônio não somente como aquilo que as instituições selecionam e protegem, porém como aquilo que as comunidades produzem, vivenciam, preservam e reconhecem como parte constitutiva de sua história e de sua identidade territorial. Uma questão para se pensar sobre a representação tradicional das favelas: Como reconhecer uma favela como patrimônio quando as políticas públicas historicamente a representam preferencialmente a partir da precariedade, da informalidade e da vulnerabilidade?

Paisagem Cultural, Patrimônio Cultural e Território

O referencial teórico dessa pesquisa será construído a partir de três conceitos que se coadunam dentro da nossa proposta de trabalho: a Paisagem Cultural, o Patrimônio Cultural e o



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Território. Para dar conta dessa incumbência trazemos alguns autores que por um longo tempo se debruçaram sobre essas temáticas e desenvolveram importantes publicações nas últimas décadas.

A paisagem cultural não deve ser compreendida apenas como uma configuração estética do espaço, mas como resultado histórico e dinâmico das relações entre sociedade, território, memória, prática sociais, cultura e natureza.

Carl O. Sauer, geógrafo norteamericano, em sua obra “A Morfologia da Paisagem” definia a paisagem cultural como resultado da interação entre elementos naturais e ação humana: a cultura é o agente, a área natural é o meio e a paisagem cultural é o resultado (SAUER, 1925, p. 19).

Já o professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH USP), Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, afirmava que a paisagem cultural é particularmente importante, pois na sua visão a paisagem deve ser compreendida como um fato cultural, social e histórico, produzido pelas relações entre sociedade, espaço, memória, usos e significados. Para esse autor a paisagem não é estática, ela traz marcas de diferentes temporalidades. Conclui, ainda, que a “própria expressão ‘paisagem cultural’ em nosso contexto, soa pleonástica, pois toda paisagem é sempre cultural” (MENESES, 2002, p. 52).

O Geógrafo Cultural Britânico Denis Edmund Cosgrove foi um dos mais importantes autores da chamada ‘nova geografia cultural’, que se manifesta na segunda metade da década de 1970 e ganha força a partir dos anos 90. Ele amplia a discussão ao compreender a paisagem como uma forma de representação cultural e, nessa perspectiva, a paisagem não é neutra, ela expressa valores, símbolos, relações sociais e formas de poder e diferentes grupos podem atribuir significados diferentes ao mesmo espaço. Para este autor a “A paisagem não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo” (CORRÊA, 2014, p. 41). Para Roberto Lobato



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Corrêa, foi “por meio da perspectiva dos significados que Cosgrove vai além da morfologia da paisagem, enriquecendo o conhecimento sobre a paisagem cultural” (Ibidem, p. 42).

A paisagem cultural surgiu como uma nova categoria para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – a UNESCO – criou em 1992 o primeiro instrumento jurídico internacional para reconhecer e proteger paisagens culturais: a Convenção do Patrimônio Mundial. O Comitê em sua 16ª sessão adotou diretrizes relativas à sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial e reconheceu que as paisagens culturais representam as "obras combinadas da natureza e do homem" designadas no artigo primeiro da Convenção.

No Brasil a paisagem cultural surge como uma nova categoria para a preservação do patrimônio cultural somente em 2009 por intermédio da Portaria Iphan nº 127 de 30.04.2009, a mesma que instituiu um novo instrumento jurídico para sua proteção, intitulado de ‘chancela’. Nesse documento o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), considera que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural.

Em termos históricos, foi a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216º da Seção II - da Cultura, que criou possibilidades para que a experiência da proteção das paisagens culturais brasileiras pudessem ser efetivadas (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). Antes disso, a edição do Decreto-Lei nº 25, de 30.11.1937, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, já indicava as “paisagens de feição notável dotadas pela natureza ou agenciadas pela indústria humana” como, igualmente, passíveis de proteção pelo instrumento do tombamento (IPHAN, 1937).

A historiadora francesa Françoise Choay é uma das principais referências para compreender a formação histórica do conceito moderno de patrimônio. Para ela o patrimônio é construído social e historicamente a partir da atribuição de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

determinados valores a bens, lugares e objetos. Seria uma construção histórica vinculada às transformações da sociedade, da memória coletiva e das formas de relação com o passado. O patrimônio seria, então, uma construção social marcada por escolhas, disputas e atribuição de valores. Choay afirma que o patrimônio histórico “tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade” (CHOAY, 2006, p. 11).

Já o professor aposentado de Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro José Reginaldo Santos Gonçalves propõe uma discussão sobre patrimônio cultural que não surge como uma definição única, mas como uma análise crítica conforme o patrimônio é construído por discursos, práticas de preservação, narrativas nacionais, memória e identidade. Ele nos mostra que o patrimônio está relacionado à memória, identidade, pertencimento e representação, mas além disso envolve disputas sobre quem possui a autoridade para definir o que merece ser reconhecido como patrimônio. Esse autor percebe o patrimônio cultural como modalidade de invenção discursiva do Brasil onde há a relação entre patrimônio, memória e identidade nacional, como dito anteriormente (GONÇALVES, 1996, p. 11).

Falar de paisagem cultural e patrimônio cultural é pensar como eles se articulam no território. Essa relação poder ser percebida desde que o território não seja visto apenas como um espaço físico, mas como uma construção histórica, social, política e simbólica. A paisagem cultural revela, na materialidade do território, as relações acordadas entre sociedade e espaço no decorrer do tempo, incorporando edificações, formas de ocupação, práticas sociais, manifestações culturais, memórias e significados atribuídos pelos grupos que nele residem. O patrimônio cultural, por seu turno, resulta dos processos de reconhecimento, seleção e valorização de determinados bens, práticas, lugares e referências culturais como elementos essenciais para a memória e a identidade coletiva. Portanto, ambos se articulam no território porque é aí que as práticas culturais se



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

concretizam, as memórias são produzidas e transmitidas e os valores patrimoniais são cobiçados e reconhecidos. Essa visão permite assimilar o território como um espaço de memória, identidade, pertencimento e conflito social, no qual diferentes grupos atribuem significados e valores à paisagem.

Mas de que território estamos abordando? Compreendemos aqui o território como sendo “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). Para Souza o espaço representa o fundamento sobre o qual diferentes relações sociais ocorrem. O território, todavia, resulta da espacialização de relações de poder. Esse território é estabelecido porque determinadas relações sociais consolidam formas específicas de apropriação, controle, influência ou organização do espaço.

Já Rogerio Haesbaert analisa o território como sendo um conceito multidimensional, que não pode ser reduzido a uma simples área física delimitada, sendo produzido pelas relações determinadas entre sociedade, espaço e poder, envolvendo concomitantemente processos de dominação e de apropriação. Ele afirma que:

todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados" (HAESBAERT, 2007, p.23).

Após esse diálogo com alguns autores sobre os conceitos de Paisagem Cultural, Patrimônio Cultural e Território, apresentaremos agora o nosso olhar sobre o nosso objeto de pesquisa, o território da Maré, na Cidade do Rio de Janeiro, pelo viés da memória e produção cultural, exibindo seus limites e possibilidades como uma “Paisagem Cultural”.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Maré: Memória e Produção Cultural – Limites e Possibilidades do Território como Paisagem Cultural

A Maré é um conjunto formado por dezesseis favelas¹ (SANTOS, 2005. p. 5). Localiza-se na XXXª Administração Regional - criada em 04/08/1986 conforme Decreto Municipal nº 6.011 Art. 2º, e que foi homologada de acordo com os parâmetros conferidos pela mesma. Sua área total é de 426,88 hectares (SANTOS, 2009, p. 9). A Maré foi constituída como bairro através da Lei Municipal nº 2119 de 19/01/1994, estando organizada, de acordo com o Instituto Pereira Passos, como pertencente às Coordenadorias Regionais de Urbanismos (CRU) e Área de Planejamento 03 (AP-3). Atualmente é delimitada pela Avenida Brasil, Linha Amarela (Avenida Governador Carlos Lacerda), Linha Vermelha (Via Expressa Presidente João Goulart) e pela Baía de Guanabara (SANTOS, 2013. p. 16).

A formação histórica das favelas que integram atualmente a Maré remonta à década de 1940 do século passado, tendo como um de seus primeiros núcleos de ocupação o Morro do Timbau, área relativamente seca e elevada numa região caracterizada por manguezais e terrenos alagadiços. O Morro do Timbau (ver imagem 01) foi a primeira favela da Maré a ter sistema de rede de água, rede de luz, rede de esgoto, pavimentação de ruas e equipamentos urbanos (SANTOS, 2016, p. 27). Após a abertura da Variante Rio Petrópolis, atual Avenida Brasil, inaugurada em 1946, o processo de ocupação e expansão populacional se ampliou, relacionado à industrialização da Zona Norte da cidade e à chegada de trabalhadores em busca de moradia e oportunidades de trabalho provenientes de Minas Gerais e partes da Região Nordeste. Paulatinamente, a ocupação avançou sobre

¹ Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1989), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas ou Fogo Cruzado (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Após a Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

áreas de mangue e alagadas, onde foram erguidas habitações sobre palafitas² e realizados aterros, muitos deles produzidos pelos próprios moradores.

Imagem 01: Morro do Timbau década de 1980



Fonte: Arquivo do Museu da Maré

A história do Morro do Timbau teve uma personagem única e ambas as narrativas se confundem devido as similaridades. Em matéria publicada em Junho/1999, o Jornal O Cidadão, meio de comunicação da Maré, assim descrevia os primeiros momentos de chegada dos primeiros moradores:

A história do Morro do Timbau, comunidade que deu origem ao bairro Maré, se confunde com a de Orosina Vieira, considerada por muitos como a sua primeira moradora. Ela chegou em meados

² Foi um tipo de moradia muito popular construído, principalmente, nas áreas de manguezais, terrenos alagadiços e sobre as águas da Baía de Guanabara, formando uma das marcas mais importantes da formação histórica e territorial das favelas da Maré. Eram barracos, a princípio construídos principalmente de madeira, elevados sobre estacas ou troncos fincados no solo alagadiço ou na água. Os moradores construíam uma espécie de estrutura elevada para criar uma superfície onde pudessem erguer suas casas e circular pelos acessos.

da década de 40, quando a Avenida Brasil estava em construção. Apesar de na época a área já ser ocupada por pescadores e descendentes de estrangeiros, principalmente portugueses e italianos, Orosina foi a primeira pessoa a levantar um barraco e reservar um lote para si. Os terrenos não serviam para a construção civil. Já que eram pantanosos e não urbanizados.

Orosina conheceu o local quando veio com o marido passear na Praia de Inhaúma, de águas limpas. Na areia, trazidos pela maré, pedaços de madeira se acumulavam. Ela teve a ideia de aproveitar o material para construir um barraco. A casa foi erguida em uma pequena elevação próxima ao mar. Como forma de demarcar o seu “lote”, a mulher plantou árvores frutíferas e uma pequena horta.

Com o passar do tempo, outras pessoas vieram, viram a casa de Orosina e decidiram também ocupar a área. O crescimento da vizinhança deu-lhe a oportunidade de vender hortaliças e se manter, já que seu marido falecera logo após a construção da casa. O grande problema era a água. Os moradores tinham que busca-la na Avenida Brasil, subindo com os baldes pelo morro (JORNAL O CIDADÃO, 1999, p. 9).

As palafitas que serviram de morada para centenas de famílias ainda estão nas lembranças dos moradores da Maré, assim como suas lembranças de lutas pela permanência em suas habitações diante das tentativas de remoção por parte do Estado, nos anos 1960 e 1970 (SANTOS, 2019, p. 21).

Simultaneamente, os próprios moradores aterraram algumas áreas e ergueram passarelas, ruas e novas áreas de terra firme, transformando progressivamente os espaços e contribuindo para a consolidação territorial da Maré. Desta forma, as palafitas não podem ser percebidas apenas como expressão de precariedade habitacional, mas também como parte de uma dinâmica histórica de apropriação, produção e transformação do território pelos seus próprios moradores.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Durante sua história, a Maré se tornou um dos conjunto de favelas mais populoso da Cidade do Rio, onde vivem 139.073 moradores, em um total de 47.759 domicílios³, numa área com menos de 4km². Com essa população, o bairro é o nono mais populoso da cidade e maior do que 96% dos municípios do Brasil. O Censo 2022 do IBGE contabilizou 124.832 moradores, numa área total de 4,27 km² na Maré, com uma densidade demográfica de mais de 29 mil habitantes por km², isso se deve ao fato de que o IBGE não considera todo o Conjunto de Favelas da Maré como uma única Favela e Comunidade Urbana para esse levantamento (CENSO IBGE 2022).

Desde então, a Maré viveu um intenso processo de crescimento e ampliação de sua área original, principalmente durante a execução do PROMORAR – o Programa de Erradicação da Subhabitação – implementado pelo Governo Federal no período de 1979 e 1985⁴. Em 25/06/1979 surge o PROMORAR, resposta do governo a problemática habitacional, através da Exposição de Motivos Ministerial nº 66, por intermédio do então Ministro do Interior do Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, Mário Andreazza. No rio de Janeiro o PROMORAR ficou mais conhecido entre seus moradores por Projeto Rio.

O ‘Projeto Rio’ previa uma assistência desde a Ponta do Caju, até os rios Sarapuí e Meriti, em Duque de Caxias, num trecho de 27 quilômetros, e apresentava como objetivos centrais a criação de espaços para abrigar populações de baixa renda e criação de condições para ambientação ecológica e paisagística do

³ Censo Populacional da Maré publicação de 2019 da Redes da Maré em parceria com o Observatório das Favelas. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf

⁴ No processo de implementação do PROMORAR nas Favelas da Maré entre 1979 até meados de 1985, do século passado, a problemática da remoção de moradores deu lugar a realocação desses das áreas de palafitas para novas áreas criadas durante o esse programa de urbanização na Maré, impossibilitando, assim, a experiência negativa da ‘expulsão branca’, proveniente da especulação imobiliária que afeta, com certa frequência, essas áreas segregadas da cidade (SANTOS, 2019, p. 11).



trecho mais poluído da Baía de Guanabara. A execução do projeto coube ao Banco Nacional de Habitação (BNH), como órgão financiador, e ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, incumbido de fazer os aterros e macrodrenagem à FUNDREM, órgão estadual, coube o encargo das pesquisas de levantamento cadastral (SANTOS, 2009, p. 60).

O Projeto Rio poderia ser dividido em dois momentos distintos: de 1979 a 1981, e que foi marcado pela criação de um grupo de trabalho, resultante de um protocolo assinado entre o Governo Chagas Freitas, o Ministro do Interior e um representante do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, em 15/06/1979, e o segundo instante foi de 1981 até o fim do programa em 1985 (SANTOS, 2013, p. 33).

Antes do Projeto Rio, a Maré era formada por seis favelas: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque União e Nova Holanda. Após 1982, com as obras do PROMORAR, surgiram novas favelas: Conjunto Habitacional Esperança, Vila do Pinheiro, Conjunto Habitacional Pinheiro, Vila do Pinheiro, Conjunto Habitacional Bento Ribeiro Dantas ou Fogo Cruzado, Nova Maré e Salsa e Merengue, além de outras que foram incorporadas durante o projeto Rio, como a Praia de Ramos, o Conjunto Marcílio Dias e Parque Roquete Pinto, ver atual configuração territorial da Maré no Mapa 01.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

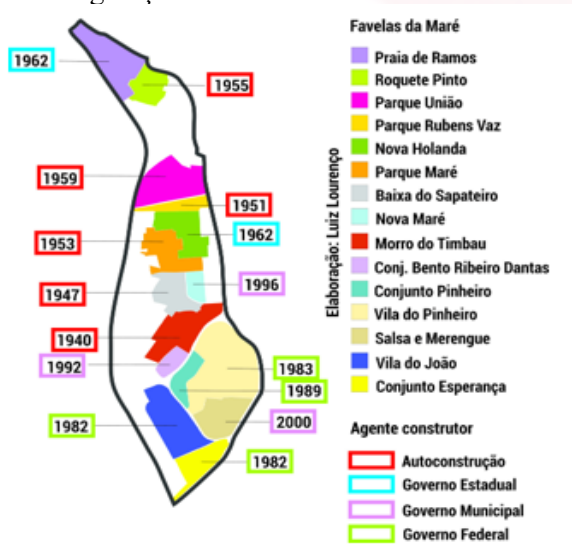
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Mapa 01: Configuração atual da Maré – 2022



Fonte: Museu da Maré, 2022.

O atual quadro da Maré apresenta 49 escolas públicas em seu território (45 escolas municipais e 4 estaduais); quatro conjuntos habitacionais (dois formados por casas e dois por apartamentos); possui cerca de onze equipamentos culturais (entre eles há o Museu da Maré e a Areninha Cultural Herbert Viana); A Maré possui uma expressiva rede de espaços religiosos, composta por igrejas católicas, igrejas evangélicas, centros espíritas, terreiros de religiões de matriz africana e outros espaços de prática religiosa; há 22 espaços reconhecidos como praças; há 906 ruas, becos e vielas (Programa CEP Para Todo); como edificações históricas há a Igreja Católica Nossa Senhora dos Navegantes (1945) e a Companhia Libra de Navegações – Transportes Marítimos (local onde hoje está instalado o Museu da Maré); a Escola Livre de Dança da Maré. Atualmente a Maré dispõe de uma ampla rede de equipamentos e organizações comunitárias, constituída por associações de moradores, organizações da

sociedade civil, espaços culturais, equipamentos de saúde, assistência social, esporte, lazer e educação. Essa infraestrutura comunitária desempenha papel fundamental na garantia de direitos, na produção de sociabilidades e na organização política e territorial de seus habitantes. Alguns desses exemplos citados anteriormente podem ser reconhecidos como bens materiais, como as edificações, as estruturas urbanas e as referências culturais materiais de valor histórico e cultural da memória da Maré.

Como exemplo de Patrimônio Imaterial na Maré há a Orquestra Maré do Amanhã que foi objeto do Projeto de Lei nº 447 de 07.03.2023, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que propôs declará-la Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. O projeto reconhece a trajetória da orquestra, criada em 2010 na Maré, e sua importância cultural e social para o território.

Assim, penso que o território da Maré possui elementos que permitem pensá-lo como Paisagem e Patrimônio Cultural, pois o Iphan assim o credencia. A perspectiva da Paisagem Cultural Brasileira do Iphan pode auxiliar muito para uma abordagem territorial da Maré, pois a principal vantagem é que ela permite superar um entendimento do patrimônio centrado apenas em edifícios tombados e reconhecer o território como consequência histórica das relações entre sociedade, natureza, memória, práticas culturais e formas de apropriação do espaço, quando pensamos que esse instituto define a Paisagem Cultural Brasileira como uma “porção peculiar do território nacional” representativa do convívio entre seres humanos e meio natural, à qual a vida humana atribuiu marcas e valores.

Dessa forma, a Maré dispõe de práticas, memórias e referências culturais que podem caracterizar como uma paisagem cultural, e nesse sentido, o Iphan concedeu o Prêmio Rodrigo



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Melo Franco de Andrade⁵ ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) pela criação da Rede Memória da Maré, em 2005, na Categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial, no campo das ações ou programas de identificação, pesquisa, tratamento de informações, registro etnográfico ou audiovisual ou de apoio às condições sociais de continuidade e sustentabilidade de bens culturais imateriais (IPHAN, 2005, p. 9). Assim, o Iphan registra que a iniciativa buscava registrar, preservar e divulgar a história da Maré, articulando educação, cultura, memória e comunicação e contribuindo para a construção de uma identidade coletiva.

Já o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade — IRPH — órgão da municipalidade carioca criado em 2012, justamente no contexto do reconhecimento do Rio de Janeiro pela UNESCO como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana, e que tem como missão proteger, conservar, valorizar e difundir o patrimônio cultural da cidade, admite que na Maré há cinco “Bens Tombados Municipais”, a saber: a Escola Municipal Bahia, via Decreto Municipal nº 9.414 de 21/6/1990; o Paisagismo do Parque Vila Olímpica da Maré, via Decreto Municipal nº 30.936 de 4/8/2009; o Centro Integrado de Educação Pública – CIEP Elis Regina –, via Lei Municipal nº 5.183 de 7/6/2010 e Decreto nº 56.187 de 6/6/2025; o Centro Integrado de Educação Pública – CIEP Samora Machel –, via Lei Municipal nº 5.183 de 7/6/2010 e Decreto Municipal nº 56.187 de 6/6/2025; e o Centro Integrado de Educação Pública – CIEP Ministro Gustavo Capanema –, via Lei Municipal nº 5.183 de 7/6/2010 e Decreto nº 56.187 de 6/6/2025, dados encontrados no Patrimônio Cultural Carioca no site do Sistema Municipal de Informações Urbanas

⁵ Com o intuito de valorizar e reconhecer as ações desenvolvidas em favor desse legado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional instituiu em 1987 o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador dessa Instituição. Os trabalhos premiados expressam a importância e a gama de ações que são realizadas no âmbito do patrimônio cultural.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

(SIURB), instituído pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro de 2011 e constituído pelo Decreto Nº 38.879 de 02/07/2014, que tem como finalidade reunir, gerir, integrar e atualizar o conjunto de informações sobre a cidade do Rio de Janeiro estabelecendo um canal de comunicação eficiente entre os órgãos de forma a subsidiar políticas públicas da Administração Municipal.

Outro órgão que discute sobre a Paisagem Cultural do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro – o INEPAC – não contabiliza nenhuma paisagem cultural na Maré.

CONCLUSÃO

Pelo que foi apresentado nessa pesquisa podemos perceber que a Maré não deve ser percebida apenas como um espaço urbano, mas como um território historicamente produzido, vivido e significado por seus residentes, no qual se constituem referências culturais materiais e imateriais que podem fundamentar uma leitura de paisagem cultural.

Essa análise permite mover o olhar sobre a favela sobre a seguinte perspectiva: de um território regularmente representado pela ausência e pela precariedade para um território produtor de cultura, memória, identidade e patrimônio, destacando suas potencialidades.

Como afirmado anteriormente, na Maré existem elementos conceituais e culturais que permitem interpretá-la como paisagem cultural e que colocam em questão os limites dos instrumentos atuais de proteção patrimonial.

A Maré como paisagem cultural, nesse sentido, não se limita à dimensão visual ou física do espaço, mas incorpora as relações sociais, as memórias, as práticas culturais e os significados atribuídos pelos próprios moradores ao território. Essa leitura da Maré como paisagem cultural evidencia a indissociabilidade entre patrimônio material e imaterial.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Como vimos previamente, a atuação do Iphan revela que o conceito de patrimônio cultural brasileiro ultrapassou uma perspectiva exclusivamente monumental e passou a incorporar diferentes referências culturais, memórias, saberes, celebrações, lugares e formas de expressão. Todavia, a aplicação dessa perspectiva aos territórios populares ainda expõe desafios, sobretudo quando se trata de reconhecer a favela não apenas como espaço onde existem bens culturais, mas como território constituído por uma paisagem cultural própria.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Alerj. **Projeto de Lei nº 447 de 07.03.2023: Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro a Orquestra Maré do amanhã.** Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro2327.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/7b152dba7b417a610325896b00593ebc?OpenDocument&ExpandSection=-1> Acesso em 04.09.2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Brasília. Distrito Federal. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/864911/CF88_EC139_livro.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 03.09.2026.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª Edição. Estação Liberdade. Editora UNESP. São Paulo. 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/554251567/Choay-Francoise-a-Alegoria-Do-Patrimonio> Acesso em 02.09.2026.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado.** Revista Espaço Aberto. PPGG. UFRJ. v.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

4. nº 1. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431/2077> Acesso em 02.09.2026.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Editora UFRJ. IPHAN. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/346072175/GONCALVES-A-Reto-rica-da-Perda-pdf> Acesso em 02.09.2026.

HAESBAERT, Rogerio. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**. Revista GEOgraphia. Universidade Federal Fluminense. Ano 9. nº 17. Niterói. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731> Acesso em 02.09.2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Decreto-Lei nº 25, DE 30.11.1937: Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. IPHAN. Brasília. Distrito Federal. 1937. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/saida-de-bens-culturais-do-brasil/decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf/@@display-file/file Acesso em 02.09.2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: Para Ações de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Programa do Prêmio. Brasília. Distrito Federal. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade/revista_2005.pdf/@@display-file/file Acesso em 04.09.2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

NACIONAL. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009: Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** IPHAN. Online. Brasília. Distrito Federal. 2009. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html. Acesso em: 03.09.2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Inepac.** Online. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/> Acesso em 10.09.2026.

JORNAL O CIDADÃO. **Maré, Mostra a Sua Cara!** Ano 1. nº 0. Junho. Rio de Janeiro. 1999. Disponível em: <https://jornalocidadao.net/wp-content/uploads/2020/07/jornal-o-cidadao-0.pdf> Acesso em 02.09.2026.

JORNAL MARÉ DE NOTÍCIAS. **Favela da Maré conclui Segunda Fase do Programa CEP Para Todos.** Matéria Online. Rio de Janeiro. 22.04.2026. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DXcC1uujcnZ/?img_index=2 Acesso em 04.09.2026.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como Fato Cultural.** In: Eduardo Yázigi. (Org.). Paisagem e Turismo. Turismo Contexto. São Paulo. 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/738682425/MENESES-Ulpiano-A-Paisagem-Como-Fato-Cultural> Acesso em 02.09.2026.

MUSEU DA MARÉ. **Favelas da Maré (2022).** Luiz Augusto Ferreira Lourenço. Arquivo Dona Orosina Vieira. ADOV. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://arquivomuseudamare.org/acervo-cartografico/mapa-das-favelas-da-mare/> Acesso em 04.09.2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Cultural**



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

Landscapes. Unesco: World Heritage Convention. Online. Paris. France. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/> Acesso em 02.09.2026.

REDES DA MARÉ. Censo Populacional da Maré. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf Acesso em 03.09.2026.

REDES DA MARÉ. Quem Somos: Sobre a Maré. Online. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/sobre> Acesso em 03.09.2026.

REDES DA MARÉ. A Maré também é Um Bairro. Online. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/noticia/67/a-mare-tambem-e-um-bairro> Acesso em 03.09.2026.

SANTOS, Rogério Pereira dos. Complexo da Maré: Múltiplas Territorialidades Locais em Movimento. Monografia de Graduação em Geografia e Meio Ambiente. Pontífice Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2005.

SANTOS, Rogério Pereira dos. Políticas Públicas em Espaços Residenciais Segregados na Cidade do Rio de Janeiro: O Complexo da Maré. Monografia de Especialização em Políticas Territoriais na Cidade do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. UERJ. Rio de Janeiro. 2009.

SANTOS, Rogério Pereira dos. A Apropriação Social do Espaço em Áreas Residenciais Segregadas na Cidade do Rio de Janeiro: O Projeto Rio e o Programa de Titulação Social na



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

Favela da Maré. Monografia de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano. IPPUR. UFRJ. Rio de Janeiro. 2013.

SANTOS, Rogério Pereira dos. **Planejamento Urbano em Áreas Residenciais Segregadas na Cidade do Rio de Janeiro: A Atuação da Codefam no Projeto Rio na Favela da Maré.** Monografia de Especialização em Planejamento Urbano e Educação Ambiental. Faculdades Integradas Simonsen. Rio de Janeiro. 2016.

SANTOS, Rogério Pereira dos. **O Associativismo Comunitário em Áreas Residenciais Segregadas na Cidade do Rio de Janeiro: A Comissão de Desenvolvimento Social da Área da Maré como um Elemento Norteador da História Social na Favela da Maré.** Monografia de Especialização em História do Rio de Janeiro. Faculdades Integradas Simonsen. Rio de Janeiro, 2019.

SAUER, Carl O. **A morfologia da Paisagem.** Gabrielle Côrrea Braga (Tradução). Roberto Lobato Corrêa (Revisão). Departamento de Geografia UFRJ. EDUERJ. Rio de Janeiro. 1998. University of California. 41. Publications in Geography, v. 2, n. 2, 1925. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/370212360/A-Morfologia-Da-Paisagem-Carl-Sauer-1925> Acesso em 02.09.2026.

Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB). **Circuitos do Patrimônio Cultural.** Online. Rio de Janeiro. 2026.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento.** In: Geografia: Conceitos e Temas. Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa (Orgs). 2ª Edição. Editora Bertrand. Rio de Janeiro.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 10

ROTEIROS DO PATRIMÔNIO E EVENTOS CULTURAIS NA PRESERVAÇÃO DOS NÚCLEOS HISTÓRICOS DO DISTRITO FEDERAL

Luiz Carlos Pinheiro

.pinheiro1@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Maycon Cardoso Pinheiro

maycon.cardoso@estudante.ifb.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

RESUMO

O presente artigo analisa o papel dos eventos culturais e dos roteiros de visitação como dispositivos de ativação e preservação do patrimônio material nos núcleos históricos do Distrito Federal, com foco nas ações do programa Roteiros do Patrimônio e nas dinâmicas de valorização dos núcleos de Planaltina, Gama, Braz l ndia, Samambaia e do Plano Piloto de Brasília entre 2020 e 2026. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica de literatura acadêmica recente, análise documental de atos oficiais de tombamento e de candidatura a Patrimônio Mundial e levantamento das atividades públicas de difusão patrimonial. Os resultados indicam que os eventos culturais cumprem função dupla: promovem a conservação preventiva ao inserir os bens tombados em circuitos de uso público qualificado e ampliam a base social de apoio   preservação, embora persistam desafios de financiamento, de coordenação institucional e de sustentabilidade das ações de salvaguarda. Conclui-se que a ativação patrimonial por meio de eventos constitui estratégia relevante para a gestão compartilhada do patrimônio, desde que articulada a políticas de longo prazo e   participação das comunidades detentoras.



SEPAC SC

1  SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Ap o e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei n 
15.503, de 29 de junho de 2011.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Eventos culturais. Núcleos históricos. Distrito Federal. Roteiros do Patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre eventos culturais e preservação do patrimônio tem ganhado densidade teórica e empírica na literatura brasileira dos últimos anos. Estudos recentes demonstram que festividades, festivais, visitas monitoradas e programas de roteiro não são apenas ações de difusão, mas verdadeiros dispositivos urbanos integrativos, capazes de conectar moradores e visitantes ao patrimônio cultural por meio das formas de habitar, usar e consumir os espaços patrimonializados (LEITE; MALTA, 2024). A pandemia de covid-19, ao suspender temporariamente grande parte dos eventos presenciais no país entre 2020 e 2021, tornou visível o quanto a economia e a própria permanência dos centros históricos dependem dessas ativações: em Ouro Preto (MG), cidade referência do turismo patrimonial brasileiro, cuja atividade turística pode ser contextualizada pelas estatísticas oficiais do setor (BRASIL, 2021), o setor de eventos registrou queda de 93,3% nos serviços prestados em 2020, com adiamento e cancelamento massivo de programações (FERREIRA et al., 2021). A retomada pós-crise reacendeu o debate sobre a sustentabilidade das políticas de salvaguarda e sobre o papel dos eventos na recomposição do uso público do patrimônio (LEITE; MALTA, 2024).

No Distrito Federal, esse debate adquire contornos peculiares. O território concentra o Plano Piloto de Brasília, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987, e núcleos históricos anteriores à capital Planaltina, Gama e Brazlândia, cuja candidatura ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO vem sendo promovida pelo Iphan desde 2019, reconhecendo a paisagem cultural do cerrado como marco da ocupação e da memória nacional. Nesses territórios, a programação de eventos culturais e as ações de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

educação patrimonial, como o programa Roteiros do Patrimônio, têm sido apresentadas como estratégia de valorização e de preservação, em articulação com o Instituto do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (IPPAC) e com as secretarias de cultura e de educação.

Apesar da relevância do tema, a produção acadêmica sobre a ativação do patrimônio por eventos concentra-se ainda nas cidades-patrimônio consolidadas, como Ouro Preto, Olinda e Salvador. No caso de Ouro Preto, a trajetória de atuação do Iphan e a proteção do conjunto arquitetônico e urbanístico constituem referências importantes para compreender a relação entre patrimônio, gestão e uso cultural (QUEIROZ, 2019). O caso do Distrito Federal permanece pouco sistematizado, sobretudo no período de 2020 a 2026, que abrange a suspensão pandêmica, a retomada híbrida e o fortalecimento das candidaturas a Patrimônio Mundial.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar o papel dos eventos culturais e dos roteiros de visitação como dispositivos de ativação e preservação do patrimônio material nos núcleos históricos do Distrito Federal, verificando como essas ações contribuem para a conservação, para a difusão e para a sustentabilidade das políticas de salvaguarda no período. Como objetivos específicos, busca-se: (i) caracterizar as ações de ativação patrimonial realizadas no DF entre 2020 e 2026; (ii) discutir os efeitos dos eventos sobre a conservação preventiva e a apropriação social do patrimônio; e (iii) identificar limites e desafios dessa estratégia à luz da literatura recente sobre gestão compartilhada do patrimônio cultural.

A justificativa da pesquisa decorre da constatação de que a preservação do patrimônio material deixou de ser tarefa exclusivamente técnica e passou a depender, reconhecidamente, da participação social e da inserção dos bens em circuitos de vida pública (PINHEIRO; ALMEIDA, 2023). Nesse sentido, compreender como eventos e roteiros operam em um território em processo de candidatura internacional contribui tanto para a



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

literatura acadêmica quanto para o aprimoramento das políticas públicas de patrimônio no Brasil.

A estrutura do artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução: a seção dois apresenta os métodos; a seção três discute os resultados, organizados em quatro tópicos; e a seção quatro sistematiza as considerações finais.

2 MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem exploratória e descritiva, sustentada em três procedimentos complementares. O primeiro consistiu em revisão bibliográfica de literatura acadêmica publicada entre 2020 e 2026, preferencialmente em periódicos qualificados e em publicações oficiais do Iphan, sobre temas correlatos: patrimônio e consumo cultural, eventos e turismo patrimonial pós-pandemia, ativação e gestão compartilhada do patrimônio e sustentabilidade das políticas de salvaguarda. O segundo procedimento foi a análise documental de atos oficiais tombamentos do Plano Piloto e dos núcleos históricos, processos de candidatura a Patrimônio Mundial e materiais institucionais do IPHAN, do IPPAC e do Governo do Distrito Federal relativos à programação de eventos e de visitas monitoradas. O terceiro procedimento consistiu no levantamento secundário das ações públicas de difusão patrimonial no período, com recorte para o programa Roteiros do Patrimônio e para eventos realizados nos núcleos históricos, tomando como fontes os registros oficiais de programação e a cobertura pública das atividades.

O recorte espacial abrange o Plano Piloto de Brasília e os núcleos históricos de Planaltina, Gama, Brazlândia e Samambaia, escolhidos por concentrarem bens tombados ou em processo de valorização patrimonial e por sediarem as principais ações de eventos e roteiros no período. O recorte temporal (2020-2026) permite contemplar o contraste entre a suspensão pandêmica das atividades presenciais e a retomada, incluindo a fase de consolidação das candidaturas internacionais.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Como limitação do estudo, reconhece-se que a análise baseia-se predominantemente em fontes documentais e bibliográficas, não havendo, nesta etapa, trabalho de campo com entrevistas ou etnografia dos eventos, o que se apresenta como perspectiva de pesquisa futura para aprofundamento empírico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Eventos culturais como dispositivos de ativação do patrimônio

A literatura recente permite compreender os eventos culturais como dispositivos de ativação patrimonial, isto é, como práticas que transformam bens tombados em espaços de uso público qualificado. Leite e Malta (2024), analisando Ouro Preto no pós-covid-19, e Queiroz (2019), ao discutir a trajetória do Iphan na proteção do patrimônio de Ouro Preto, mostram que festivais, festividades religiosas e eventos acadêmicos operam como dispositivos urbanos integrativos que conectam habitantes e visitantes ao patrimônio por meio das formas de habitar e consumir os espaços patrimonializados. O argumento é relevante para o caso do Distrito Federal: se em cidades-patrimônio consolidadas os eventos já estruturam itinerários de consumo cultural, em um território em processo de valorização, como o DF, essas ações cumprem papel ainda mais estratégico de construção de público e de legitimação social da preservação.

A pandemia evidenciou a vulnerabilidade desse modelo. Ferreira et al. (2021) documentam que, em Ouro Preto, o setor de eventos teve redução de 93,3% nos serviços prestados em 2020, com 1.174 serviços adiados e 1.012 cancelados; a Semana Santa, o Festival de Inverno e a Festa do 12 de Outubro, eventos estruturantes da cidade, foram suspensos. O contraste com o Distrito Federal é instrutivo: a capital federal, ao longo de 2020 e 2021, também viu suspensas as visitas monitoradas e as programações presenciais em bens tombados, mas manteve e, depois, ampliou uma infraestrutura de eventos patrimoniais de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

menor escala e maior capilaridade territorial, voltada aos núcleos históricos. A retomada, a partir de 2022, coincidiu com a reabertura dos circuitos de visitação e com a intensificação das agendas de valorização dos núcleos de Planaltina, Gama e Brazlândia.

Interpreta-se, com base nos documentos analisados, que os eventos cumprem, no DF, três funções patrimoniais articuladas. A primeira é a função de conservação preventiva: a presença regular de público em igrejas, casarões e sítios históricos funciona como mecanismo de vigilância social, pois comunidades que frequentam bens tendem a reportar deteriorações e a pressionar por manutenção. A segunda é a função de difusão: eventos e roteiros traduzem o patrimônio para públicos não especializados, operando como educação patrimonial informal. A terceira é a função política: a visibilidade gerada pelas atividades fortalece argumentos para tombamentos, restauros e candidaturas, como a do conjunto de núcleos históricos do cerrado encaminhada pelo Iphan à UNESCO.

3.2 Roteiros do Patrimônio e a valorização dos núcleos históricos do DF

O programa Roteiros do Patrimônio, desenvolvido pelo Iphan em articulação com os entes federados, constitui a principal ação contínua de ativação do patrimônio no Distrito Federal no período. Trata-se de visitas monitoradas a bens e conjuntos tombados, gratuitas e conduzidas por técnicos ou educadores patrimoniais, que combinam a função de difusão com a de produção de conhecimento territorial. No DF, as ações do programa alcançam o Plano Piloto com roteiros pela Praça dos Três Poderes, Catedral de Brasília e conjuntos modernos e, de modo especial, os núcleos históricos: Planaltina, Gama, Brazlândia e Samambaia, este último reconhecido por sua memória da ocupação do cerrado e por seu casario histórico.

A escolha dos núcleos não é casual. Planaltina, fundada em 1859, é o mais antigo povoado do atual território federal e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

concentra o conjunto arquitetônico religioso e civil do século XIX; Gama e Brazlândia guardam a memória das ocupações do século XX e das comunidades tradicionais do cerrado. A candidatura a Patrimônio Mundial promovida pelo Iphan desde 2019 eleva o estudo desses territórios e confere às ações de visitação um caráter de preparação do terreno social para o possível reconhecimento internacional. Nesse contexto, os roteiros funcionam como tecnologia de valorização: cada visita monitorada é, simultaneamente, um ato de conservação simbólica ao reafirmar o valor do bem e um ato político ao formar cidadãos-fiscalizadores do patrimônio.

Ressalte-se que os núcleos históricos do DF se diferenciam das cidades-patrimônio consolidadas justamente por não terem economia turística estruturada. Em Ouro Preto, os eventos convivem com uma rede hoteleira e um mercado de consumo cultural maduro, associado também a formas de pertencimento e identidade cultural relacionadas ao patrimônio, conforme discutido por Machado (2022), e que geram externalidades econômicas documentadas por Ferreira e Teixeira-da-Silva (2023). Nos núcleos do cerrado, ao contrário, os eventos e roteiros operam em economia de escala reduzida, dependendo de financiamento público e de parcerias institucionais. Essa diferença importa: onde não há mercado, a sustentabilidade da ativação depende inteiramente da continuidade política, o que conecta o caso do DF diretamente ao debate sobre financiamento e governança do patrimônio.

3.3 Eventos culturais, paisagem cultural e comunidades detentoras

Os eventos realizados nos núcleos históricos festas religiosas, feiras de cultura tradicional, oficinas, exposições e programações cênicas em espaços tombados manifestam a dimensão da paisagem cultural, ao articular bens materiais, práticas sociais e memória comunitária. Pinheiro e Almeida (2023), discutindo a gestão sustentável do patrimônio, sustentam



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

que a participação social e o território são eixos indissociáveis da conservação: sem comunidade que reconheça o bem como seu, a salvaguarda degenera em mera intervenção técnica. Os eventos, nesse sentido, são os instrumentos mais diretos de produção desse reconhecimento.

A experiência nacional recente oferece parâmetros comparativos. O balanço das ações de salvaguarda do patrimônio imaterial realizado pelo Iphan mostra, no ciclo de monitoramento de 2022, a importância do acompanhamento das ações de salvaguarda e da articulação com os diferentes atores envolvidos (IPHAN, 2023). Nos ciclos de 2022 a 2024, ações executadas com participação de instituições parceiras e de comunidades detentoras são discutidas como parte da continuidade da política de salvaguarda (MOURA; OLIVEIRA, 2023; MOURA; SANTOS, 2024). Klein (2026), ao avaliar o macrop processo de apoio e fomento à salvaguarda, conclui que a política federal encontra-se em encruzilhada: ou amplia a gestão compartilhada, implementando mecanismos de coordenação entre entes públicos e comunidades, ou o registro de bens corre o risco de tornar-se ato meramente declaratório. O caso dos núcleos do DF ilustra a equação: os eventos e roteiros são exatamente os dispositivos que traduzem o reconhecimento formal em relação social contínua, mas dependem de rede de atuação que ainda se mostra frágil.

Alencar (2021) acrescenta que a sustentabilidade cultural da política de salvaguarda exige ir além da celebração dos bens, garantindo transmissão, formação de públicos e condições materiais de continuidade. Aplicado ao DF, o argumento sugere que festas e visitas isoladas não preservam nada por si sós: preservam na medida em que se conectam a processos educativos permanentes, como os projetos de educação patrimonial escolar, e a arranjos de cuidado mantidos pelas próprias comunidades dos núcleos.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

3.4 Limites e desafios: uso, conservação e coordenação institucional

A ativação por eventos não está isenta de tensões. A primeira é a tensão entre uso e desgaste: a ocupação intensiva de bens históricos para eventos exige protocolos de manejo que nem sempre acompanham a expansão da programação. Giannecchini e Peixoto (2023), ao analisar o Programa Monumenta em Laranjeiras (SE), mostram que programas de revitalização podem gerar desajustes entre o discurso da preservação e as condições concretas de conservação, sobretudo quando a continuidade orçamentária falha. A experiência ressalta que eventos sem plano de manejo produzem ativação sem conservação.

A segunda tensão é institucional. A agenda patrimonial do DF envolve Iphan, IPPAC, Governo do Distrito Federal, administrações regionais e comunidades, em arranjo que demanda coordenação permanente. Klein (2026) e Pinheiro e Almeida (2023) convergem ao apontar que a gestão compartilhada é condição, e não adjetivo, da sustentabilidade. O período de 2020 a 2026 registrou avanços como a ampliação das visitas monitoradas e o fortalecimento da candidatura internacional, mas também a dependência crônica de recursos de curto prazo e a fragilidade das ações quando afastadas dos ciclos eleitorais.

A terceira tensão é simbólica: o risco de que a ativação turística e eventual expulse os usos cotidianos que constituem a própria paisagem cultural dos núcleos. Leite e Malta (2024) advertem que os itinerários de consumo cultural, quando desconectados dos moradores, contribuem para a turistificação e o enobrecimento urbano. Nos núcleos do DF, onde as comunidades tradicionais do cerrado são parte constitutiva do valor patrimonial, a integração das festas e roteiros à vida dos moradores é, ao mesmo tempo, o maior potencial e o maior desafio da estratégia de ativação.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou o papel dos eventos culturais e dos roteiros de visitação como dispositivos de ativação e preservação do patrimônio material nos núcleos históricos do Distrito Federal entre 2020 e 2026. Os resultados permitem concluir que essas ações cumprem função efetiva na preservação, operando em três planos articulados: a conservação preventiva, ao manter bens sob vigilância social regular; a difusão e a educação patrimonial, ao formar públicos capazes de reconhecer e reivindicar o valor dos bens; e a legitimação política, ao sustentar processos de tombamento e de candidatura internacional do conjunto de núcleos históricos do cerrado.

O contraste com as cidades-patrimônio consolidadas evidencia a especificidade do caso: na ausência de mercado turístico estruturado, a ativação patrimonial no DF depende da coordenação institucional e do financiamento público contínuo, o que a torna sensível aos ciclos políticos e à fragilidade das redes de gestão compartilhada apontada pela literatura recente (ALENCAR, 2021; PINHEIRO; ALMEIDA, 2023; KLEIN, 2026). Assim, os eventos são condição necessária, mas não suficiente, da preservação: sem plano de manejo, continuidade orçamentária e participação efetiva das comunidades detentoras, correm o risco de se reduzir a celebrações pontuais.

Como contribuição, o estudo sistematiza um recorte ainda pouco explorado pela pesquisa nacional a ativação do patrimônio no Distrito Federal e o conecta ao debate contemporâneo sobre sustentabilidade da salvaguarda. Como limitação, ausenta-se do trabalho de campo empírico, cuja realização, por meio de etnografia dos eventos e entrevistas com gestores e comunidades dos núcleos, se apresenta como agenda futura, capaz de aferir os efeitos concretos das ativações sobre a conservação dos bens e sobre a vida dos moradores.

Em síntese, roteiros e eventos culturais revelaram-se, no período estudado, instrumentos estratégicos de preservação do patrimônio material e da paisagem cultural do Distrito Federal.

Seu pleno potencial, contudo, será alcançado na medida em que se transformarem em política permanente de cuidado compartilhado e não em programa de ocasião, articular-se às comunidades que dão sentido aos bens e integrarem-se a planos de longo prazo de conservação, difusão e desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. Sustentabilidade cultural na política federal de salvaguarda. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 12, p. 25-40, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2021**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021.

FERREIRA, Andréia da Graça; DOMICIANO, Larissa Gonçalves de Oliveira; LESCURA, Carolina; KNUPP, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves. O impacto da pandemia da covid-19 no setor de eventos de Ouro Preto-MG. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 11, p. 42-68, 2021.

FERREIRA, Erick Alan Moreira; TEIXEIRA DA SILVA, Rafael H. Turismo e patrimônio no município de Ouro Preto/MG: desigualdades territoriais e contradições socioespaciais circundantes aos valores histórico-culturais. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 92-107, 2023.

GIANNECCHINI, Ana Clara; PEIXOTO, Elane Ribeiro. Desajustes do patrimônio: o Programa Monumenta em Laranjeiras, Sergipe. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 25, 2023.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório anual de monitoramento das ações de salvaguarda para bens culturais registrados:**



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

ciclo 2022. Organização de Luan Silveira Alves de Moura e Janila Betânia de Oliveira. Brasília, DF: Iphan, 2023.

KLEIN, Rafael Belló. A (in)sustentabilidade na política de salvaguarda do patrimônio imaterial: apontamentos para uma avaliação do macroprocesso Apoio e Fomento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 41, 2026.

LEITE, Rogério Proença; MALTA, Eder. Patrimônio, consumo cultural e turismo em Ouro Preto, MG, pós-covid-19. **Revista acadêmica indexada na Scientific Electronic Library Online (SciELO)**, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/vjLkqpZ6WxFXsjDpHdrMCnn/?lang=pt>. Acesso em: set. 2026.

MACHADO, Otávio Luiz. **Sentidos de pertencimento e identidade cultural: repúblicas estudantis de Ouro Preto e o patrimônio imaterial.** Frutal, MG: Editora Prospectiva, 2022.

MOURA, Luan Silveira Alves de; SANTOS, Alana de Fátima Andrade (org.). **Relatório anual de monitoramento das ações de salvaguarda de bens registrados: ciclo 2023.** Brasília, DF: Iphan, 2024.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; ALMEIDA, Roberta dos Santos de. Participação social e território: diálogos possíveis para a gestão sustentável do patrimônio cultural. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 30, 2023.

QUEIROZ, Maria Isis. O patrimônio cultural de Ouro Preto na trajetória do Iphan: os bens do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e do sistema funcional das Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 36, p. 107-128, 2019.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 11

PONTE DE ARAME SOBRE O RIO CUBATÃO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL EM JOINVILLE (SC)

Aryenne Rodrigues

aryenne.contato@gmail.com

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

Curso de Arquitetura e Urbanismo

RESUMO

Este artigo analisa a Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, conhecida localmente como Ponte de Arame, situada entre os bairros Jardim Paraíso e Aventureiro, em Joinville, Santa Catarina, com o objetivo de identificar seus valores culturais e discutir possibilidades de preservação. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico e documental, pesquisa histórico-territorial, levantamento de campo, registro fotográfico, caracterização técnico-construtiva e coleta de relatos de usuários. Os resultados indicam que a significância da ponte ultrapassa sua função como infraestrutura de travessia, envolvendo valores históricos, sociais, memoriais, arquitetônicos, paisagísticos e territoriais. Sua permanência documentada no território, a continuidade do uso cotidiano por pedestres e ciclistas, a relação com acontecimentos históricos, como as enchentes de 1999, e sua inserção na paisagem do Rio Cubatão constituem atributos relevantes para sua preservação. O estudo também identificou sinais aparentes de desgaste no tabuleiro de madeira, oxidação em elementos metálicos e precariedade nos acessos, indicando a necessidade de manutenção preventiva e avaliação estrutural especializada. Conclui-se que a Ponte de Arame apresenta atributos suficientes para ser reconhecida como bem de interesse cultural em escala municipal, recomendando-se sua documentação, conservação e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

valorização, associadas à manutenção de sua função social e à proteção de sua relação com o território.

Palavras-chave: patrimônio cultural; ponte pênsil; memória coletiva; paisagem cultural; Joinville.

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural está relacionada à manutenção de referências capazes de expressar a história, a memória e as formas de apropriação dos territórios. Nesse sentido, bens de menor escala e sem caráter monumental também podem apresentar significância cultural quando associados às experiências e às práticas cotidianas das comunidades.

Este artigo tem como objeto de estudo a Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, popularmente conhecida como Ponte de Arame, localizada na divisa dos bairros Jardim Paraíso e Aventureiro, em Joinville (SC). Trata-se de uma ponte destinada à circulação de pedestres e ciclistas, composta por cabos de aço, tabuleiro de madeira e apoios em concreto.

A presença da ponte é documentada em registros aerofotogramétricos de 1989, indicando sua permanência no território há pelo menos três décadas. Sua importância também está relacionada a acontecimentos marcantes para a comunidade, como as fortes chuvas de 1999, quando outras travessias sobre o Rio Cubatão foram destruídas e a Ponte de Arame permaneceu como ligação entre áreas da região.

O estudo parte da compreensão de que o patrimônio cultural não se limita à excepcionalidade arquitetônica ou à monumentalidade. A permanência de um bem no cotidiano, sua relação com a memória coletiva e sua inserção territorial também podem constituir fundamentos para seu reconhecimento.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a significância cultural da Ponte de Arame, considerando seus valores históricos, sociais, memoriais, arquitetônicos,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

paisagísticos e territoriais, bem como discutir diretrizes para sua preservação e valorização.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo e foi desenvolvida a partir da articulação entre levantamento documental, pesquisa bibliográfica, observação direta e análise dos valores culturais associados ao bem.

Inicialmente, foi realizada pesquisa documental para identificação da ponte e compreensão de sua trajetória. Foram consultados registros aerofotogramétricos disponibilizados pelo SIMGeo Dados Joinville, incluindo a cobertura de 1989, além de registros jornalísticos relacionados à história da estrutura e às intervenções realizadas ao longo do tempo.

O levantamento histórico também considerou legislação relacionada à proteção do patrimônio cultural, especialmente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a legislação municipal de Joinville. Para a compreensão da paisagem cultural, foram considerados documentos relacionados à proteção integrada de bens culturais e naturais.

O levantamento de campo foi realizado em 7 de setembro de 2025. Foram produzidos registros fotográficos, observações sobre o uso da ponte, identificação dos materiais aparentes, levantamento de dimensões e análise visual das condições de conservação. Foram levantadas aproximadamente 58 m de comprimento, 1,55 m de largura útil, 95 cm nos apoios de concreto e 1,08 m de altura do corrimão.

Durante a observação de campo, realizada em um domingo chuvoso, foram registradas cinco travessias em aproximadamente 30 minutos, sendo quatro de bicicleta e uma a pé. O período não permite generalizações estatísticas, mas contribui para demonstrar a permanência do uso cotidiano.

Também foram considerados dois depoimentos obtidos remotamente, por meio da plataforma Google Meet, com Camila e Suzana, ambas conhecidas da autora e residentes ou com vínculo direto com a região da ponte. Os relatos foram utilizados mediante



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

autorização das participantes, sendo empregados apenas os primeiros nomes, sem fotografias ou outras informações de identificação.

Por fim, a análise foi organizada a partir da identificação dos diferentes valores atribuídos ao bem e de sua relação com o território, buscando compreender a ponte não apenas como estrutura de circulação, mas como elemento integrante da memória e da paisagem cultural local.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM

A estrutura analisada possui denominação oficial de Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, sendo conhecida popularmente como Ponte de Arame.

Trata-se de uma ponte destinada principalmente à circulação de pedestres e ciclistas, constituída por sistema estrutural pênsil, cabos de aço, tabuleiro de madeira e apoios em concreto.

Localizada sobre o Rio Cubatão, na divisa dos bairros Jardim Paraíso e Aventureiro, a ponte estabelece uma conexão direta entre áreas do território que apresentam limitações de infraestrutura viária (Figura 1 – próxima página).

Figura 1 – Cobertura aerofotogramétrica de 1989 mostrando a Ponte de Arame.



Fonte: SIMGeo Dados Joinville, 1989; alterações e identificação de elementos realizadas pela autora.

Sua função atual permanece vinculada à mobilidade cotidiana, especialmente de pedestres e ciclistas. A documentação aerofotogramétrica de 1989 demonstra que sua presença no território é anterior às transformações urbanas mais recentes.

A estrutura também possui relação visual direta com o Rio Cubatão e com o entorno residencial, além da proximidade com o Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola, compondo uma paisagem particular (Figuras 2 e 3 – próxima página).

O levantamento dimensional identificou aproximadamente 58 metros de comprimento, 1,55 metro de largura útil, aproximadamente 95 centímetros nos apoios de concreto e 1,08 metro de altura nos elementos de proteção lateral.

Essas dimensões correspondem às condições observadas durante o levantamento e não substituem levantamento topográfico ou estrutural especializado.

Figura 2 – Entorno imediato da Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, conhecida como Ponte de Arame.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

Figura 3 – Entorno imediato da Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, conhecida como Ponte de Arame



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONTEXTO TERRITORIAL

A Ponte de Arame na história local

A análise histórica da ponte deve ser relacionada ao processo de ocupação e infraestrutura do território onde está inserida.

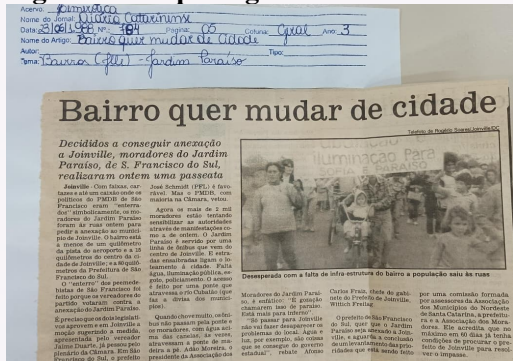
O bairro Jardim Paraíso pertenceu ao município de São Francisco do Sul até 1992, sendo posteriormente incorporado ao território de Joinville. Esse processo contribuiu para uma trajetória específica de ocupação e infraestrutura na região (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Reportagem do Jornal Diário Catarinense – 1986



Fonte: Recorte do jornal Diário Catarinense, 30 mai. 1986, “Ninguém sabe qual seu município”. José Antônio Baço. Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 5 – Reportagem do Jornal Diário Catarinense – 1988



Fonte: Recorte do jornal Diário Catarinense, 26 jun. 1988, “Bairro quer mudar de cidade”. Coluna Geral. Arquivo Histórico de Joinville.

Nesse contexto, a existência de travessias sobre o Rio Cubatão adquiriu importância para a conexão entre comunidades e para o deslocamento cotidiano de moradores.

Um dos acontecimentos mais relevantes relacionados à Ponte de Arame ocorreu em 1999, quando fortes chuvas provocaram a destruição de outras travessias sobre o Rio Cubatão (Figura 6 – próxima página).

A permanência da Ponte de Arame naquele episódio contribuiu para que a estrutura permanecesse como uma alternativa de conexão para moradores, trabalhadores e agricultores da região.

O episódio adquiriu importância para a memória local por demonstrar a dependência da comunidade em relação às travessias existentes e a importância da continuidade da mobilidade durante situações de vulnerabilidade ambiental.

Figura 6 – Reportagem do AN Cidade – 1999



Fonte: Recorte do jornal AN Cidade, 28 jan. 1999, “Queda de pontes deixa agricultores ilhados”. Genara Rigotti. Arquivo Histórico de Joinville. Imagem adaptada pela autora (trecho da matéria destacado).

A intervenção de 2015 e as transformações da estrutura

Em 2015, a Ponte de Arame passou por uma intervenção significativa, registrada pela imprensa local (Figura 7).

Figura 7 – Ponte Pênsil antes da reforma de 2015



Fonte: Notícia sobre a reforma da Ponte Pênsil, ND Mais, 2015.

A intervenção contribuiu para a continuidade de sua utilização, mas também provocou alterações na configuração da estrutura (Figura 8). Entre essas modificações destaca-se a retirada do arco central de madeira anteriormente existente.

Figura 8 – Ponte Pênsil atualmente



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

A retirada do arco representa uma transformação relevante sob a perspectiva da memória visual. Embora não seja possível afirmar que o elemento deva necessariamente ser reconstruído sem documentação histórica suficiente, sua ausência evidencia que intervenções funcionais podem produzir alterações na identidade material de bens utilizados cotidianamente.

Esse aspecto deve ser considerado em futuras intervenções, de modo que medidas voltadas à segurança e à funcionalidade sejam compatibilizadas com a preservação dos atributos culturais identificados.

CONTEXTO REGIONAL DAS PONTES PÊNSEIS EM SANTA CATARINA

A presença histórica de pontes pênséis em Santa Catarina demonstra que estruturas originalmente destinadas à mobilidade também podem adquirir reconhecimento patrimonial quando associadas à história e à identidade das comunidades.

Entre os exemplos estão a Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis; a Ponte Padre Mathias Michelizza, entre Capinzal e Ouro; a Ponte Paulo João do Nascimento, em Tubarão; e pontes pênséis reconhecidas como patrimônio histórico-cultural em Jaraguá do Sul.

Esses casos constituem referências para compreender possibilidades de preservação, mas não representam justificativa automática para o tombamento da Ponte de Arame, uma vez que cada bem apresenta trajetória e significância próprias.

MEMÓRIA, USO COTIDIANO E PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE

A permanência da ponte no cotidiano constitui um dos principais elementos identificados na pesquisa. Durante o levantamento realizado em 7 de setembro de 2025, mesmo sob condições climáticas adversas, foram registradas cinco travessias em aproximadamente 30 minutos.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Embora pontual, a observação confirma que a estrutura continua desempenhando função territorial, não constituindo apenas vestígio histórico.

Os depoimentos também demonstram a presença da ponte nas memórias individuais e coletivas. Camila relatou que sua mãe utilizava a travessia diariamente para trabalhar e que ela própria atravessava o local durante a infância para ir à escola. Recordou a antiga estrutura de madeira e o movimento acentuado da ponte, além de acidentes ocorridos entre moradores.

Suzana, por sua vez, relatou utilizar a ponte em deslocamentos e atividades físicas. Também destacou a movimentação da estrutura e sua importância para evitar percursos mais longos. Sua lembrança do local inclui atividades de lazer, como pescarias e encontros junto ao rio.

Os relatos demonstram que a ponte está relacionada não somente à mobilidade, mas também a experiências de infância, trabalho, lazer e convivência.

PAISAGEM CULTURAL E RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

A Ponte de Arame não deve ser compreendida como objeto arquitetônico isolado. Sua significância também está relacionada à paisagem na qual se encontra inserida.

O Rio Cubatão constitui o elemento natural estruturador da paisagem, enquanto as áreas residenciais, os caminhos de acesso, a vegetação e o Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola integram o contexto visual e territorial da ponte.

A experiência da travessia permite uma percepção particular da paisagem. O usuário não apenas utiliza a ponte como caminho, mas estabelece uma relação visual direta com o rio e com os elementos que compõem suas margens (Figura 9).



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Figura 9 – Ponte Pênsil, Joinville.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

O IPHAN incorporou a paisagem cultural como categoria de patrimônio cultural por meio da Portaria nº 127/2009, associando-a a recortes territoriais em que relações entre sociedade e natureza assumem significado cultural (IPHAN, 2009).

Nesse sentido, a Ponte de Arame pode ser interpretada como elemento integrante de uma paisagem cultural local, na qual sua materialidade, o Rio Cubatão e as práticas sociais da comunidade se relacionam.

A preservação, portanto, não deve limitar-se à estrutura física. Alterações significativas no entorno podem comprometer a leitura do bem e a relação que estabelece com o território.

PATRIMÔNIO CULTURAL, TERRITÓRIO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A relação entre a Ponte de Arame e o Rio Cubatão introduz uma dimensão ambiental relevante para a compreensão de seu valor cultural.

Inserida em um território sujeito à ocorrência de chuvas intensas e episódios de inundação, a estrutura participa de uma dinâmica na qual as condições ambientais interferem diretamente na mobilidade da população.

O episódio de 1999 constitui evidência importante dessa relação. A destruição de outras travessias e a permanência da Ponte de Arame conferiram à estrutura uma importância que ultrapassou sua função cotidiana.

Esse acontecimento pode ser interpretado como parte da memória territorial associada à ponte. A estrutura passou a representar uma referência de conexão em situação de vulnerabilidade ambiental.

A Carta do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas (2025) propõe compreender os bens culturais também como fontes de conhecimento para respostas diante das transformações socioambientais.

No caso da Ponte de Arame, essa perspectiva permite reconhecer as experiências históricas da comunidade diante das condições ambientais do território.

Entretanto, é importante diferenciar o valor memorial associado à permanência da ponte durante eventos passados de uma avaliação contemporânea de sua segurança. O fato de a estrutura ter permanecido durante a enchente de 1999 não comprova sua capacidade atual de resistir a eventos extremos.

Assim, a preservação deve ser acompanhada de avaliação dos riscos ambientais e estruturais, bem como de estratégias de manutenção preventiva.

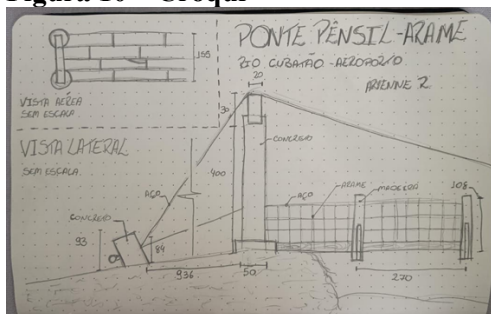
CARACTERIZAÇÃO TÉCNICO-CONSTRUTIVA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A caracterização técnico-construtiva foi realizada a partir de levantamento visual e dimensional em campo.

A Ponte de Arame apresenta sistema estrutural do tipo pênsil, composto por cabos de aço ancorados em blocos de concreto. O tabuleiro é constituído por tábuas de madeira e os elementos laterais são formados por arames tensionados que funcionam como guarda-corpo.

As dimensões levantadas indicaram aproximadamente 58 metros de comprimento e 1,55 metro de largura útil de passagem (Figura 10 - próxima página).

Figura 10 – Croqui



Fonte: Elaborado pela autora durante levantamento in loco, 2025.

O tabuleiro apresentou sinais aparentes de desgaste e irregularidades entre as tábuas. Por constituir a superfície diretamente utilizada pelos usuários, esse componente está sujeito à ação contínua do tráfego e das condições ambientais (Figura 11 - próxima página).

Figura 11 – Ponte Pênsil, Joinville.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

Os cabos de aço permanecem em uso, mas apresentam sinais visíveis de oxidação (Figuras 12 e 13 – próxima página).

Figura 12 e 13 – Ponte Pênsil, Joinville.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2025.

A inspeção visual não permite determinar a capacidade resistente dos elementos metálicos. Por essa razão, recomenda-se avaliação estrutural especializada.

Os apoios em concreto também apresentam sinais aparentes de desgaste e devem ser incluídos em inspeção específica, juntamente aos sistemas de ancoragem.

Além da estrutura, os acessos constituem importante aspecto de conservação. O percurso até a ponte ocorre por estrada de terra, apresentando limitações de mobilidade e acessibilidade, especialmente durante períodos chuvosos.

A conservação do bem, portanto, exige uma abordagem integrada entre manutenção estrutural, qualificação dos acessos e proteção do entorno.

USO ATUAL E OBSERVAÇÃO DE CAMPO

Durante o levantamento realizado em 7 de setembro de 2025, observou-se que a ponte continuava sendo utilizada mesmo em condições climáticas adversas. Em aproximadamente 30

minutos, foram registradas cinco travessias, sendo quatro de bicicleta e uma a pé.

Embora o período de observação não permita generalizações estatísticas, o registro confirma a permanência da estrutura nos deslocamentos cotidianos. Esse aspecto é relevante para sua análise patrimonial, pois demonstra que seu valor social não está restrito à memória do passado, mas permanece associado à sua função atual no território.

Dessa forma, eventuais intervenções de preservação devem considerar a continuidade do uso, evitando transformar a ponte em objeto exclusivamente contemplativo e buscando manter sua função social.

SIGNIFICÂNCIA CULTURAL E VALORES PATRIMONIAIS

A significância cultural da Ponte de Arame resulta da sobreposição de valores históricos, sociais, memoriais, arquitetônicos, paisagísticos, territoriais e ambientais.

Valor histórico: está relacionado à permanência da ponte no território e à sua participação na história da mobilidade local. Sua presença documentada desde 1989 e os episódios de 1999 e 2015 constituem marcos importantes dessa trajetória.

Valor social: a estrutura permanece utilizada por pedestres e ciclistas, inclusive em condições climáticas adversas. O registro de cinco travessias em aproximadamente 30 minutos, embora pontual, reforça os depoimentos que caracterizam a ponte como elemento funcional da mobilidade local.

Valor memorial e identitário: os depoimentos demonstram que a ponte participa das memórias individuais e coletivas da comunidade. A denominação popular “Ponte de Arame” também constitui referência identitária, enquanto a retirada do arco de madeira em 2015 evidencia a importância dos elementos materiais na memória visual do local.

Valor arquitetônico e construtivo: ponte apresenta tipologia pênsil legível, composta por cabos de aço, tabuleiro de madeira,

elementos metálicos e apoios em concreto. Seu valor construtivo está na permanência de uma solução de pequena escala que mantém sua função original.

Valor paisagístico: sua relação com o Rio Cubatão, áreas residenciais, vegetação, caminhos e aeroporto constitui uma paisagem singular, da qual a ponte também funciona como ponto de observação.

Valor territorial: a estrutura conecta áreas separadas pelo Rio Cubatão e reduz percursos para usuários locais, assumindo importância em uma região marcada por limitações de infraestrutura.

Valor ambiental e climático: o episódio de 1999 relaciona a ponte à memória de eventos de inundação e à continuidade da mobilidade em situação de vulnerabilidade. Esse valor deve ser compreendido como atributo histórico e memorial, não como comprovação de resiliência estrutural atual.

Assim, a significância cultural da Ponte de Arame decorre da relação entre sua materialidade, memória, uso cotidiano e inserção territorial.

DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a significância cultural da Ponte de Arame não está associada a uma excepcionalidade arquitetônica isolada, mas à sobreposição de valores e à permanência de sua função no território.

A ponte continua sendo utilizada pela população e, portanto, não constitui apenas um vestígio histórico. Sua preservação está relacionada à manutenção de uma prática ainda ativa. Essa condição diferencia o bem de estruturas cuja relação com a comunidade ocorre principalmente por meio da contemplação.

Os depoimentos reforçam essa característica ao relacionarem a ponte a diferentes períodos da vida dos usuários e a atividades como escola, trabalho, exercício físico, pesca e convivência.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A reforma de 2015 também demonstra a necessidade de equilíbrio entre conservação e segurança. Embora tenha contribuído para a continuidade do uso, a intervenção modificou a configuração da ponte com a retirada do arco central de madeira.

Nesse sentido, qualquer proposta de reconstrução desse elemento deve ser precedida pela localização de documentação histórica suficiente. Na ausência de registros que permitam determinar sua configuração, estratégias interpretativas são mais adequadas que uma reconstrução hipotética.

A dimensão paisagística também deve ser considerada. A ponte não pode ser compreendida de forma isolada, pois sua leitura depende da relação estabelecida com o rio, a vegetação, as residências, os caminhos e o aeroporto.

Diante dos elementos analisados, existem fundamentos consistentes para o reconhecimento da Ponte de Arame como bem de interesse cultural em escala municipal. A eventual adoção do tombamento deverá ser avaliada pelo órgão municipal competente mediante processo técnico e administrativo específico.

DIRETRIZES PARA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Recomenda-se a implantação de programa contínuo de conservação e manutenção preventiva, contemplando tabuleiro, cabos, elementos de suspensão, guarda-corpos, apoios e ancoragens. A substituição de componentes deve ocorrer preferencialmente de maneira pontual, preservando elementos em condições adequadas.

Também é necessária avaliação estrutural especializada dos cabos, ancoragens, apoios, conexões e tabuleiro, de modo a determinar as intervenções necessárias à segurança sem promover substituições indiscriminadas.

Quanto ao arco de madeira retirado em 2015, recomenda-se pesquisa documental antes de qualquer reconstrução. Na ausência de documentação suficiente, sua memória pode ser preservada por sinalização patrimonial, fotografias, representação gráfica ou recurso interpretativo.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Os acessos devem ser qualificados como percurso compartilhado entre pedestres e ciclistas, utilizando soluções de baixo impacto, como pisos drenantes, drenagem adequada, áreas de descanso e sinalização.

A iluminação deve priorizar a segurança sem comprometer a leitura da estrutura e da paisagem. Recomenda-se também sinalização patrimonial com informações sobre a história da ponte, as enchentes de 1999 e a reforma de 2015.

A proteção deve considerar ainda o Rio Cubatão, a vegetação e os elementos construídos do entorno, evitando intervenções que alterem significativamente a paisagem ou ampliem desnecessariamente a impermeabilização.

Por fim, recomenda-se a integração da ponte aos percursos de mobilidade ativa e o desenvolvimento de ações de educação patrimonial, com registro de depoimentos, fotografias e informações sobre as transformações do bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a Ponte Pênsil sobre o Rio Cubatão, conhecida como Ponte de Arame, a partir de seus valores históricos, sociais, memoriais, arquitetônicos, paisagísticos e territoriais.

Os resultados demonstram que sua importância ultrapassa a função de infraestrutura de travessia. A permanência da ponte no território, seu uso cotidiano e sua relação com a memória da comunidade constituem atributos relevantes para sua significância cultural.

Sua presença documentada desde 1989, os acontecimentos de 1999 e os depoimentos analisados demonstram sua participação na trajetória e na memória da região. A estrutura permanece utilizada por pedestres e ciclistas e está associada a experiências de infância, escola, trabalho, lazer e convivência.

Também foi identificada relação significativa entre a ponte e a paisagem cultural do Rio Cubatão. Sua inserção junto ao rio,



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

às áreas residenciais, à vegetação, aos caminhos e ao aeroporto contribui para sua singularidade territorial.

Do ponto de vista construtivo, foram identificados sinais aparentes de desgaste no tabuleiro, oxidação de componentes metálicos e limitações nos acessos. Esses aspectos indicam a necessidade de manutenção preventiva e avaliação estrutural especializada.

As diretrizes propostas buscam conciliar preservação, segurança, funcionalidade, mobilidade e proteção da paisagem. Quanto ao arco de madeira retirado em 2015, recomenda-se que qualquer proposta de reconstrução seja precedida pela localização de documentação histórica suficiente. Na ausência dessa documentação, estratégias interpretativas são mais adequadas do que uma reconstrução hipotética.

Diante dos resultados, entende-se que a Ponte de Arame apresenta atributos suficientes para ser reconhecida como bem de interesse cultural em escala municipal. A possibilidade de tombamento deverá ser avaliada pelo órgão municipal competente mediante processo técnico específico. O presente estudo não pretende substituir esse processo, mas contribuir para sua fundamentação por meio da sistematização de evidências sobre a significância cultural do bem.

A pesquisa evidencia que estruturas de infraestrutura cotidiana também podem constituir patrimônio cultural, pois seu valor pode decorrer da permanência no cotidiano, da memória comunitária e da relação com o território.

Preservar a Ponte de Arame significa, portanto, conservar não apenas uma estrutura física sobre o Rio Cubatão, mas uma referência coletiva ainda ativa, capaz de conectar memória, mobilidade, paisagem e história local.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO SALÃO ANGELIM

Ruan Rafael Rosa

Bacharel em Psicologia (FURB). Curador e Consultor Técnico. Atual Chefe da Divisão de Cultura da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: ruanr@furb.br

Alícia Rachel Zanella

Acadêmica de Artes Visuais (FURB). Estagiária na Divisão de Cultura da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: arzanella@furb.br

Darlan Jevaer Schmitt

Mestre em História (UDESC). Historiador, professor e produtor cultural com ênfase em educação patrimonial. Servidor público na Divisão de Cultura da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: darlan@furb.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o espaço denominado Salão Angelim, localizado na Biblioteca Universitária Prof. Martinho Cardoso da Veiga da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Santa Catarina, como equipamento de educação e difusão do patrimônio cultural no contexto das universidades do interior do Brasil. Busca-se compreender sua trajetória histórica, sua inserção no projeto arquitetônico e sua contribuição para a democratização do acesso à arte, à cultura e ao patrimônio. Para tanto, através de levantamento documental e bibliográfico a partir de registros institucionais, catálogos, jornais, fotografias, relatórios de atividades e documentação produzida pela instituição, articulando a análise quantitativa dos dados de visitação e exposições com referenciais teóricos relacionados à educação patrimonial, mediação cultural e Nova Museologia. Discute-se a constituição de uma biblioteca universitária como espaço cultural integrado às funções de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as transformações observadas nas instituições de memória a partir da



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

segunda metade do século XX, quando bibliotecas, museus e centros culturais passaram a assumir papel ampliado de formação cidadã e participação social. Busca-se evidenciar que o Salão Angelim, concebido desde a origem da edificação como hall de exposições, consolidou-se como ambiente de mediação cultural, produção de conhecimento e valorização das identidades regionais. Ao averiguar o conjunto de exposições realizadas entre 2015 e 2025, envolvendo aproximadamente 232 artistas e público estimado em 17.634 visitantes, identificando a diversidade de linguagens artísticas, a presença de projetos institucionais, ações extensionistas e iniciativas vinculadas à memória cultural catarinense. Discute-se a relação dos resultados obtidos aos pressupostos da Nova Museologia, especialmente aqueles voltados à democratização da cultura, ao fortalecimento das relações entre patrimônio e comunidade e à compreensão dos espaços culturais como agentes de desenvolvimento social. Conclui-se que o Salão Angelim ultrapassa a função de galeria universitária, constituindo-se como espaço permanente de educação patrimonial, preservação da memória e difusão cultural, reafirmando a relevância das universidades do interior na valorização do patrimônio cultural, na formação de públicos e na construção de processos democráticos de acesso ao conhecimento e à cultura.

Palavras-chave: patrimônio cultural; espaços expositivos; educação patrimonial; extensão universitária.

1. INTRODUÇÃO

Os espaços expositivos vinculados às universidades desempenham papel importante na democratização do acesso à cultura (Fonseca da Silva; Enck; Barros, 2025), na educação patrimonial e na elaboração de processos educativos que transcendem os limites da sala de aula (Roberts, 2015; Consiglio, 2018). Ao aproximar arte, patrimônio e comunidade, esses espaços tornam-se ambientes privilegiados para a produção e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apoio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

circulação do conhecimento, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, o Salão Angelim, localizado no interior da Biblioteca Universitária Professor Martinho Cardoso da Veiga, da Universidade Regional de Blumenau (FURB), destaca-se como um importante equipamento cultural do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, interior do Brasil.

O edifício da Biblioteca Universitária foi projetado pelo arquiteto Stênio Vieira e inaugurado em 1986, em um momento de expansão da infraestrutura acadêmica. Desde sua concepção, previa a integração entre acervo bibliográfico, espaços de convivência, auditório e um *hall* destinado à realização de exposições artísticas e eventos culturais (FURB, 1984), característica pouco comum entre bibliotecas universitárias brasileiras do período. A edificação constitui um exemplar representativo da arquitetura moderna produzida em Santa Catarina durante a segunda metade do século XX, incorporando princípios de funcionalidade, integração espacial e valorização dos espaços coletivos. Registros indicam que o projeto destacava os ambientes nobres por meio da utilização de mármore branco e tábuas corridas de angelim-vermelho, elemento que viria a inspirar a nomenclatura atualmente utilizada para designar o espaço expositivo.

Durante quarenta anos de atividades o espaço apresenta uma trajetória marcada pela continuidade, adaptação e relevância cultural, marcado por realizações de solenidades, exposições artísticas, lançamentos de livros, apresentações musicais, ações educativas, mostras patrimoniais e projetos de extensão universitária, contribuindo para a formação de diferentes gerações de cidadãos. Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o Salão Angelim enquanto espaço de educação e difusão do patrimônio cultural, considerando simultaneamente seus valores arquitetônico, histórico, cultural e educativo.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo documental, bibliográfico e descritivo, desenvolvido a partir da análise de fontes relacionadas à história da Biblioteca Universitária. Foram



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

consultados documentos institucionais da FURB tais como jornais universitários, catálogos de exposições, registros fotográficos, relatórios de atividades, materiais produzidos pela Divisão de Cultura, Centro de Memória Universitária, entre outros levantamentos sobre o espaço expositivo. A etapa quantitativa envolveu a sistematização das exposições realizadas entre os anos de 2015 e 2025. A etapa qualitativa concentrou-se na análise do papel sociocultural do espaço, sua contribuição para a educação patrimonial e sua relevância para a preservação da memória. Utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial Microsoft Copilot como apoio à revisão ortográfica, gramatical e à padronização da redação acadêmica do manuscrito. A ferramenta Perplexity AI foi empregada de forma complementar para auxiliar na localização, compilação e organização preliminar de referências bibliográficas e dados documentais utilizados na pesquisa, cabendo aos autores a verificação, validação e interpretação crítica de todas as informações apresentadas.

2. A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA FURB

A FURB, primeira universidade do interior do estado, iniciou suas atividades em 1964. Com sua sede própria iniciando as atividades em 1969, o patrimônio cultural da universidade sob a guarda da Biblioteca Universitária Prof. Martinho Cardoso da Veiga foi sendo ampliado, através do acervo de livros, obras de arte, e passou a desempenhar um importante papel de difusão do patrimônio cultural junto à comunidade. A história da Biblioteca se entrelaça com a atuação do Prof. Bráulio Maria Schloegel, sendo este o primeiro servidor da Biblioteca que, com uma visão inovadora, desempenhou papel de destaque na implementação de práticas expositivas e educação patrimonial, manifestações que evidenciam os laços institucionais com a comunidade e o cenário brasileiro. A inauguração do novo edifício da Biblioteca Universitária, em 1986, representou um marco no processo de consolidação da FURB e acompanhou o reconhecimento da instituição como Universidade pelo então Ministério da Educação



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

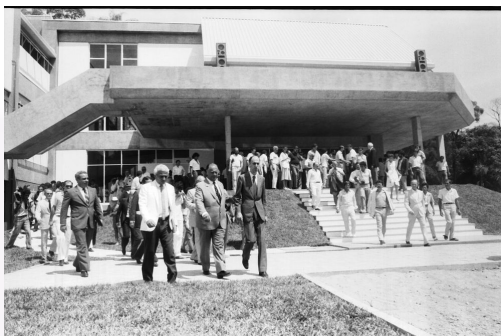
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

e Cultura, com visita de autoridades políticas, como o então Ministro Marco Maciel. Os documentos registram que o projeto previa um amplo *hall* de exposições integrado aos demais ambientes da Biblioteca. Na época, o espaço recebeu diferentes denominações, como "*hall de exposições*", "*salão de mármore*", "*saguão da biblioteca*" e "*hall da biblioteca*", até consolidar-se como Salão Angelim. A escolha dos materiais empregados na construção reforça o caráter simbólico do local. Conforme descrição do arquiteto Stênio Calsado Vieira, o projeto valorizava os espaços considerados nobres por meio da utilização de mármore branco e **madeira de angelim-vermelho** (grifo nosso), combinação que garantia identidade visual própria ao espaço (CMU: Vitrine; Boletim FURB; Jornal da FURB; 1984-1992).



1- Instalação Oficial da Universidade e Inauguração do prédio próprio para a Biblioteca. A cerimônia contou com a presença do então Ministro da Educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. Local: Campus I – FURB. Data: 07/02/1986. Foto: Raimundo Santos.

Em entrevista à Revista de Divulgação Cultural (Edifurb, 2018), Bráulio Schloegel recorda que sua concepção de biblioteca para Blumenau ultrapassava uma visão estritamente técnica ou bibliográfica. Sua perspectiva dialogava com referências ligadas a políticas culturais francesas associadas a André Malraux:

Eu tinha uma ideia de biblioteca pública para a cidade, mas minha visão era pautada na visão do André Malraux, que foi secretário da cultura do Charles de Gaulle. E o André Malraux tinha um projeto da casa de cultura, afinal o maior faturamento da França é com Cultura. Blumenau tem uma tradição com música, cultura, literatura etc., e essa ideia era fixa para a Universidade. O nosso nome como Regional se devia ao fato de termos unidades em Brusque e em Rio do Sul. Então nós fazíamos esse trabalho: aqui na Biblioteca fazíamos a exposição e tínhamos um grande crítico de artes plásticas, o Prof. Péricles Prade [...] (SCHLOEGEL, 2018).

O trecho revela uma percepção da Biblioteca como equipamento cultural integrado à cidade e à região. O aspecto decisivo do depoimento é a associação entre biblioteca, exposições, artes visuais, música, literatura, em suma, patrimônio cultural e atuação regional da universidade. O Salão Angelim surgiu, portanto, não como adaptação posterior, mas como parte integrante do conceito arquitetônico do edifício. Essa característica confere relevância patrimonial ao espaço, uma vez que evidencia a intenção da universidade em associar cultura, educação e convivência desde sua origem.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.



2. Exposição Coletiva - 1986. Destaques: Elke Hering, Élio Hahnemann, Guido Heuer, Maria Edith Poerner, Roy Kellermann, Rosi Darius e Rubens Oestroem, participação de Maestro Frank Graf. Fonte: CMU/FURB. [Jornal Vitrine](#). Outubro/1986.

3. UMA DÉCADA DE EXPOSIÇÕES (2015-2025)

Entre 2015 e 2025 foram realizadas 94 (noventa e quatro) exposições, envolvendo aproximadamente 232 (duzentos e trinta e dois) artistas e público estimado em 17.634 (dezesete mil seiscentos e trinta e quatro) visitantes.

Em 2015 destacaram-se as exposições “8/80 Pixels”, de Alexandre Venera dos Santos (SC, 1957-2023); “O Preto é o Branco e o Branco é o Preto”, de Ivan Schulze (SC); “A Magia da Cor e da Forma”, de Roy Kellermann (SC, 1943-2014); “Amazônia Refletida”, de Ana Claudia Lubitz (SC); Foto Clube Santa Catarina – 50 Anos; “Grafos”, de Maristela Silveira (RS); “Processo de Despedida”, de Marcelo Labes e Luiza Melo (SC); e “Sai das Estranhas”, de Regina Cele Araújo Martins (MG). Em 2016 o espaço recebeu exposições como “Inspiração”, de Mariana Florêncio (SC); “Recre-Recr-Ação”, de Belíria Boni (SC); “Marítimas”, de Ronaldo Azambuja (SC); “Máscaras Voadoras”, de Vanessa Neuber (SC); “Híbridos, Narciso e Medeia”, de

Ederson Simas (SC); a mostra comemorativa dos 60 anos de Guido Heuer (SC); “Clarice e Eu”, de Rosina de Franceschi (SC); “Experiências Visuais 2016”, do Curso de Artes da Furb; “O Peso das Vogais Longas”, de Mozileide Neri (RJ); e “Seres Imaginários”, de Camila Vieira (PR).

No ano de 2017 foram apresentadas as mostras “Václav Havel na Transformação da Europa”, do Consulado Geral da República Tcheca, “Telúricas”, de Jéssica Paiva (DF), “Exercícios de escrita para leitura e de leitura para escrita” de Kim Coimbra (SC), “Drømer om Skov” de Samy Sfoggia (RS), “Traços aqueles que nutrem deixam rastros” de Alexandre Venera (SC, 1957-2023), “Paisagens, espaços e leitura intimista do alfabeto” de Lorena Acin (França), “Entre o que sei e o que existe” de Eugênia França (MG) e “Um pedaço desapareceu” de Pakawon Thatprakob Martin (Tailândia).

Em 2018 exposições como “D’vinties Exhibition”, de Design, “Identidades Fragmentadas” de Ana Gallas (SC), “Inércia” de Larissa Ocho (SC), “Nem só de bar[R]agens vive o homem” de Gabriel Bicho (RO), “Énh Ávanh – Meu Olhar” da Associação Brasil é Minha Aldeia, “Dança” de Belíria Boni (SC), “Os Mantos de Imamaiah” de Marlene Silveira (SC) e demais mostras vinculadas a editais públicos de fomento. Em 2019 destacaram-se “Ciclos”, “Reflexão das Águas” de Ricardo Kugler (SP), “Pinturas Orientais – Pele e Papel” de Mauricio Huber (SC), “nÚMero (nÚMero)” de Anderson Devigili (SC), “Simão Gramlich: percursos arquitetônicos” de Iara C. Stiehler Coninck, “Espectros do Cerrado” de Alessandra Cunha (ROPRE) (MG), “Dilatação Antropofágica” de Pedro Gottardi (SC), “In Tempéries” de Grupo Barbotina (SC) e “O Outro” do Curso de Artes Visuais da Furb. A pandemia da Covid-19 provocou uma interrupção significativa das atividades presenciais. Em 2020 foi realizada a exposição “BQ80: Quando Brusque foi a capital do rock no sul”, com curadoria de Renato Riffel, seguida pela série virtual “Salão Angelim em Casa”, que apresentou exposições como “Seres Analógicos” de Gabriel Gariba (PR), “Partes” de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Ação e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Ricardo Kugler (SP), “Elena Landkraut no Brasil” de Daiana Schröpel (RS), ”&” de Gabriel Pessoto, Maria Livman e Thais Stoklos (SP), “Bruno Bachmann” (SC) e “A Presença da Matéria” de Leandro Serpa (SC).

No ano seguinte ocorreram iniciativas híbridas e presenciais reduzidas, incluindo “Zoom 8” de Silvia Teske (SC), “TarOt” de Bernardete Merino (SC), “Biblioteca Errante” de Márcia Cardeal (SC), “EPIMORFIAS” de André Ianni (SP, 1964-2024), “Mancha dos dias” de Gustavo Prata (SP), “Compra-se Ouro: Palavra, Memória e Ancestralidade” de Denis Moreira (SP), além de exposições do acervo da Pinacoteca Universitária. Apesar das limitações sanitárias, a continuidade das atividades demonstrou a capacidade de adaptação do espaço e sua importância para a manutenção do acesso à cultura durante o período de crise. Com a retomada das atividades presenciais, o Salão Angelim iniciou um período fortalecimento institucional.

Em 2022 foram realizadas exposições como “Um olhar sobre Van Gogh” da Associação de Artistas Plásticos de Blumenau, “Máquinas de Fazer Dinheiro” de Carlos Monaretta (SP), “A mulher vai até o espelho” de Joanna Leoni (SC), “Cultura Catarinense: identidade e diferença” do Curso de Dança, “Da irrelevância ao vazio” de Daniela Torrente (SP), “Vida em Movimento” de Giancarlo Avantaggiato (SP), “Arquipélagos de Nara Guichon” e “Habität” de Ivan Schulze (SC). Em 2023 destacaram-se a Coletiva Setorial de Artes Visuais do Conselho Municipal de Cultura de Blumenau, “Fungus” de Bixo (Eduardo Tubel) (SC), “Nem tudo cabe dentro” de Ana Clara Selhorst, a mostra comemorativa dos 50 anos do Curso de Artes Visuais, a exposição de Tchello D’Barros, “Rejeito” de Ricardo do Rosário (SC) e a retrospectiva dos quarenta anos de carreira de Maria Salette Engels Werling (SC). O ano de 2024 foi marcado pelas comemorações dos sessenta anos da FURB e pela valorização da memória institucional através de exposições como “50 anos do Grupo Teatral Phoenix”, “Futuros Possíveis” do escritório Alencar Arquitetura de Nicolas Alencar, “Universidade e



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Memória”, Exposição “Ecos do Passado, Reverberações no Presente” (cf. imagem abaixo) com obras da Pinacoteca, e ““Erwin Teichmann e Hans Steiner - Contribuições de dois Amigos e Imigrantes para as Artes Visuais em Santa Catarina” com obras do acervo institucional e do Museu Casa Erwin Teichmann de Pomerode.



3. Exposição “Ecos do Passado, Reverberações no Presente: Reflexões a partir da Pinacoteca da FURB”. 2024. Foto: Antonio Bruckmann

Em 2025 o espaço apresentou as exposições “Apenas um pedaço de madeira e algo cortante, apenas pedra e gordura” do Curso de Artes Visuais, “Acervo Andante” com obras da pinacoteca, “Naufrágio a Dois” de Jean Carlos Gonçalves (SC) e Gláucio Moro (PR), “55 Cidades Bordadas” do Coletivo Bordas, “SERÁ?” de Celaine Refosco (SC), “cartas para dois céus” de Silvia Teske (SC), “corpo a corpo: múltiplas cartografias” coletiva com Artur Magalhães (SC), Daniel Tecila (SC), Isabela W. S. (SC), Kalinka Maronez Moura & Larissa Agostinho (SC), Luiza Helena Pereira (SC) e Roberto Danilo (PA), “Processos, Texturas. Vida em Movimento” coletiva com Ropre (MG), Ana Carolina Pavesi (SC), SKBN (SC), Carolina Bee (PR), Cristina Odebrecht (SC), Isadora Batista (SC), Tolym Nunc-Nfôonro (SC), Mateus Mossmann (SC) e Prisciani May (SC). e “Entrelinhas”

coletiva da Associação de Artistas Plásticos de Balneário Camboriú, consolidando a diversidade de linguagens artísticas apresentadas ao público. Ao buscar compilar tal conjunto de ações, evidencia-se a consolidação do Salão Angelim como um dos principais espaços expositivos universitários de Santa Catarina.

4. DISCUSSÃO

A trajetória da Biblioteca Universitária Professor Martinho Cardoso da Veiga deve ser compreendida no contexto de expansão institucional durante a década de 1980. Nesse processo, a ampliação da Biblioteca não se limitou à criação de espaços destinados ao armazenamento e consulta de acervos, mas incorporou uma concepção mais ampla de equipamento cultural, articulando ensino, pesquisa, extensão, memória e ações voltadas à comunidade. Tal perspectiva aproxima-se da compreensão contemporânea de bibliotecas, arquivos e museus como instituições de memória que compartilham funções de preservação, mediação e acesso ao patrimônio cultural, atuando como espaços de formação e desenvolvimento social (ALMEIDA, 2016).

A presença do Salão Angelim no interior da Biblioteca Universitária evidencia essa vocação cultural da instituição. Sua criação, integrada ao projeto arquitetônico, demonstra que a Biblioteca foi pensada desde sua origem como um espaço de convivência e circulação cultural. Essa concepção dialoga diretamente com os princípios da Nova Museologia, movimento que passou a defender instituições voltadas menos para a centralidade dos acervos e mais para sua função social, educativa e comunitária. Conforme destaca Teixeira (2022), a Nova Museologia promoveu o patrimônio como instrumento de construção da cidadania, da memória coletiva e da participação social. Nesse sentido, o Salão Angelim pode ser interpretado como um dispositivo cultural inserido em uma biblioteca universitária, ampliando a função educativa do edifício.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A consolidação deste espaço ao longo das últimas quatro décadas também encontra respaldo nas discussões acerca do museu integral formuladas a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. Segundo essa perspectiva, os espaços culturais devem atuar em permanente diálogo com os problemas, identidades e demandas das comunidades onde estão inseridos (TEIXEIRA, 2022). Ao acolher exposições de artistas locais, regionais e nacionais, projetos vinculados ao ensino e à extensão universitária, ações relacionadas à memória institucional e iniciativas de grupos comunitários, o local transforma-se em um espaço de mediação cultural e de construção compartilhada de conhecimento, aproximando-se da noção de museu a serviço da sociedade defendida pela Nova Museologia.

A Nova Museologia entende a educação não como atividade complementar, mas como elemento estruturante da ação cultural, capaz de promover participação, reflexão crítica e apropriação social do patrimônio (TEIXEIRA, 2022). De modo semelhante, estudos sobre museologia social ressaltam que os processos de preservação, comunicação e difusão cultural adquirem significado quando produzem impacto na comunidade e estimulam a construção coletiva de sentidos (CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA, 2005). Nesse contexto, as exposições realizadas no Salão Angelim transcendem a mera apresentação de obras, constituindo oportunidades de diálogo entre patrimônio, arte, memória e formação cidadã, especialmente em uma região distante dos grandes centros museológicos brasileiros.

Dessa forma, o espaço atualmente chamado Salão Angelim pode ser compreendido como um equipamento cultural universitário singular no contexto catarinense. Inserido em um edifício representativo da arquitetura moderna regional e integrado à principal instituição de memória e informação da universidade, o espaço materializa a convergência entre biblioteca, museu e centro cultural. Sua permanência ao longo de quarenta anos demonstra a atualidade dos princípios defendidos pela Nova Museologia, especialmente aqueles relacionados à



democratização da cultura, à valorização do patrimônio e à participação social. Mais do que um local de exposições, o Salão Angelim constitui um ambiente de produção de conhecimento, de fortalecimento identitário e de difusão do patrimônio cultural regional, reafirmando a relevância das universidades do interior do Brasil como agentes ativos na construção e preservação da memória coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua trajetória, o Salão Angelim consolidou-se como um espaço situado entre a galeria de arte, o centro cultural e o ambiente educativo. Sua localização estratégica no interior da Biblioteca Universitária possibilita que estudantes, professores e visitantes tenham contato cotidiano com diferentes manifestações artístico-culturais. A inserção das exposições em um ambiente de circulação acadêmica amplia seu alcance social. Aproximando-se do conceito de casas de cultura, a Biblioteca e o espaço Salão Angelim proporcionam o encontro espontâneo com a arte e a cultura, tornando tais experiências parte do cotidiano universitário. Sob a perspectiva da educação patrimonial, o espaço contribui para a construção de processos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural regional. As ações realizadas abordam frequentemente temas relacionados à memória, identidade, território, natureza, arte contemporânea, patrimônio histórico e diversidade cultural, criando oportunidades para reflexão crítica e formação de repertório cultural. Além disso, o Salão Angelim desempenha importante função extensionista ao aproximar a universidade da comunidade externa, recebendo artistas independentes, coletivos culturais, instituições públicas, escolas e associações artísticas.

A análise realizada demonstra que o Salão Angelim constitui um espaço estratégico para a preservação e difusão do patrimônio cultural em Santa Catarina. Inserido em um edifício representativo da arquitetura moderna catarinense, o espaço reúne atributos arquitetônicos, históricos, educativos e culturais que



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

justificam sua relevância. Ao longo de quarenta anos de existência, consolidou-se como ambiente de formação artística, educação patrimonial, desenvolvimento de políticas culturais e democratização do acesso à cultura, alinhando-se aos pressupostos do conceito de Nova Museologia, com ênfase na participação social e na relação com a comunidade. A análise quantitativa das exposições entre 2015 e 2025 evidencia sua capacidade de articulação entre universidade e comunidade, promovendo o encontro entre diferentes linguagens artísticas, públicos e experiências culturais. Conclui-se que a universidade desempenha papel relevante na valorização do patrimônio cultural catarinense, constituindo-se simultaneamente como lugar de memória, laboratório de educação patrimonial e espaço permanente de difusão artística. A compreensão do Salão Angelim como espaço de patrimônio demanda uma política de preservação que vá além da manutenção de suas estruturas físicas. A proteção de sua relevância cultural depende da organização e da guarda sistemática de catálogos, registros fotográficos, projetos expográficos, textos curatoriais, listas de artistas, notícias, relatórios de visitação e depoimentos de agentes envolvidos em sua trajetória. Esses documentos constituem parte essencial da memória das exposições e permitem reconhecer a programação cultural como patrimônio documental da Universidade. Ao registrar e disponibilizar tais vestígios, a FURB não apenas conserva informações sobre eventos passados, mas cria condições para que futuras pesquisas, exposições e ações educativas interpretem criticamente a atuação do Salão Angelim no contexto cultural de Blumenau e de Santa Catarina.

Considerar o Salão Angelim como espaço de patrimônio implica deslocar a análise de uma perspectiva centrada exclusivamente no edifício para outra que reconhece a interação entre materialidade, usos, valores sociais e processos de significação. O patrimônio cultural envolve referências reconhecidas por grupos sociais como vinculadas a suas identidades, ações e memórias. Nesse sentido, o Salão Angelim



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

reúne as dimensões material e imaterial, pois a continuidade de seus usos culturais transforma o espaço em lugar de memória e em suporte para a produção de novas referências culturais, pois cada mostra acrescenta documentos, narrativas, experiências e camadas de sentido à história institucional e regional. Preservá-lo significa cuidar simultaneamente de sua integridade espacial e das condições administrativas, políticas e institucionais que permitem a permanência de sua função pública, educativa e cultural. Sua trajetória reforça a importância das instituições de ensino superior na preservação dos bens culturais e na construção de processos democráticos de acesso à cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Bibliotecas, arquivos e museus: convergências**. *Revista Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-185, 2016.

BOLETIM FURB. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1986-1992. **Acervo digital do Centro de Memória Universitária**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11UxZNFKGI7yAnLnmMbu0xhHWPwLdtRa/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Política de patrimônio cultural material**. Brasília, DF: IPHAN, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/iphan/pt>-



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

br/patrimonio-cultural/patrimonio-material/politica-de-patrimonio-cultural-material>. Acesso em: 28 ago. 2026.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. **Do conceito de públicos ao de cidadãos-clientes**. Lisboa: Universidade Lusófona, n. 23, 2005.

CENTRO DE MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA (CMU). **Acervo de jornais institucionais da Universidade Regional de Blumenau**. Blumenau: FURB, [s. d.]. Disponível em: <<https://bu.furb.br/CMU/site/index.php/acervo-jornais>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

CONSIGLIO, Thiago. **Perspectivas da educação nos museus de artes: tradução e leitura**. In: TOJO, Joselaine; AMARAL, Lilian (org.). *Rede de Redes: diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil*. São Paulo: SISEM-SP, 2018.

FONSECA DA SILVA, Maria Cristina da Rosa; ENCK, Janaina; BARROS, Micheline Raquel de. **Os espaços expositivos e suas contradições: possibilidades de diálogo com as escolas**. *Palíndromo*, Florianópolis, 2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. **Boletim FURB**. Blumenau: FURB, 1986-1992. Acervo digital do Centro de Memória Universitária. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11UxZNFKGI7yAnLlnmMbu0xhHWPwLdtRa/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. **Jornal da FURB**. Blumenau: FURB, 1989-1992. Acervo digital do Centro de Memória Universitária. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1yS8auXH5u4KWw2loWVZQNEjQiIfiG0VZ/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. **Vitrine**. Blumenau: FURB, 1984-1986. Acervo digital do Centro de Memória Universitária. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1GdfRyoJTSk3hbEmKqz3hsYxfN-N81sBw/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

FURB. **Arquivos de Exposições Artísticas do Salão Angelim (2015-2025)**. Blumenau: Divisão de Cultura, 2025.

HORTAS, J.; HORTAS, M. J. **Museus, um lugar possível na educação não formal**. Lisboa: CIED, 2016.

JORNAL DA FURB. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1989-1992. **Acervo digital do Centro de Memória Universitária**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1yS8auXH5u4KWw2loWVZQNEjQiIfiG0VZ/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita; SOARES, Luiz Antônio. **Uma contribuição para a história da FURB**. Blumenau: Ed. da FURB, 1992.

REIS, Thaís Rosa dos; RUEDA, Laura Marcela Ribeiro; SANT'ANNA, Denise Blanco. **Abordagem triangular, mediação cultural e social e seus diálogos com a arte/educação**. *Palíndromo*, Florianópolis, v. 17, n. 42, 2026.

ROBERTS, Lisa. **Do conhecimento à narrativa e à ação! Construindo narrativas nos museus de hoje**. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2015.

SCHLOEGEL, Bráulio Maria. Muito além dos livros: entrevista com Bráulio Maria Schloegel. In: SONAGLIO, Alisson et al. (org.). **Uma biblioteca pode ter tudo, inclusive livros: entre histórias e memórias dos 50 anos da Biblioteca Universitária**



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

Prof. Martinho Cardoso da Veiga (1968-2018). Blumenau: Edifurb, 2019. p. 6-11.

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Nova Museologia: aspectos históricos e características.** *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 35, n. 56, p. 87-97, 2022. [andre,+9+N...icas+87-97 | PDF]

UNESCO. **Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions.** Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/hul/>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. **Pinacoteca da Furb: artistas catarinenses.** Coordenação: Carla Carvalho; consultoria técnica: Ruan Rafael Rosa. 1. ed. Blumenau: FURB, 2024. Disponível em: <http://bu.furb.br/docs/LD/2024/370919_1_1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2026.

VITRINE. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 1984-1986. **Acervo digital do Centro de Memória Universitária.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1GdfRyoJTSk3hbEmKqz3hsYxfN-N81sBw/view>>. Acesso em: 28 ago. 2026.

CAPÍTULO 12

A PAISAGEM CULTURAL RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PEQUENA PROPRIEDADE NO ALTO URUGUAI.

Natália Biscaglia Pereira

natalia.pereira@uffs.edu.br
Universidade Federal da Fronteira Sul

RESUMO

Unidos pela bacia do Rio Uruguai, os municípios do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho compartilham uma paisagem cultural marcada pela agricultura familiar em pequenas propriedades rurais. Essa prática centenária constituiu a base da ocupação regional e da geração de riqueza econômica, configurando elementos essenciais do patrimônio cultural local. O sistema tradicional de cultivo, suas edificações predominantemente erguidas em madeira e demais componentes compõem a paisagem rural e integram o processo identitário das comunidades, envolvendo tanto o patrimônio material quanto o imaterial, como técnicas e saberes transmitidos entre gerações. Este artigo busca identificar e evidenciar esta paisagem cultural fronteiriça, destacando seus aspectos históricos e sociais. A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica e levantamento a campo. Os resultados apresentam elementos culturais vinculados à pequena propriedade rural no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, evidenciando sua relevância para a preservação da identidade regional.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Patrimonio em Madeira, Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A paisagem cultural da região que compreende os municípios pertencentes ao Alto Uruguai Catarinense e Alto



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

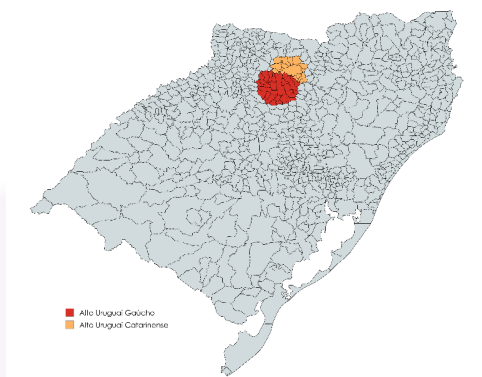
Apóio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Uruguai Gaúcho, é marcada pelo sistema tradicional de cultivo agrícola em pequenas propriedades rurais, decorrente do processo histórico de formação da região, e da política migratória, implantado a partir do final do século XIX. Quatorze municípios compreendem o Alto Uruguai Catarinense, sendo Concórdia a sede principal regional. No Alto Uruguai Gaúcho, há trinta e dois municípios, com sede em Erechim (Fig.1).

Fig.1- Mapa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com as regiões do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho em destaque.



Fonte: autora, 2026.

As edificações tradicionais em madeira distinguem esta paisagem rural e caracterizam a identidade das comunidades, integrando aspectos materiais e imateriais. Desse modo, investiga-se a valorização desta paisagem identificando elementos culturais que possam estar relacionados. Esse trabalho é parte de um projeto de investigação mais amplo sobre a arquitetura da imigração no Alto Uruguai gaúcho (PEREIRA,2019).

Métodos

A pesquisa é qualitativa, com abordagem analítico-histórica sob os ângulos técnico, arquitetônico e da conservação. O estudo centra-se nas regiões fisiográficas do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense, em decorrência da troca cultural e histórica existente, com a influência do Rio Uruguai. Os procedimentos incluem pesquisa bibliográfica sobre o tema de paisagem e patrimônio cultural, além de pesquisa histórica para a contextualização regional e levantamento a campo em algumas propriedades e cidades da região do Alto Uruguai gaúcho.

A Paisagem cultural

O conceito de paisagem é chave para o entendimento do fenômeno da mudança de um espaço ao longo do tempo. Tradicionalmente ligada ao gênero da pintura, ainda no século XV, que por meio de uma visão artística poderia ser facilmente reproduzida, incluindo a partir do aperfeiçoamento da técnica da perspectiva, teve seu significado ampliado, assim como a noção de patrimônio. A ampliação do significado da paisagem, no decorrer do tempo, se refere principalmente ao reconhecimento da paisagem como parte de uma construção social, onde o homem interage com o meio.

Sendo um campo transdisciplinar, o estudo da Paisagem não é restrito ao patrimônio. Diferentes visões e abordagens em complexidade são apresentadas pela filosofia, pela geografia, pela arte, pela arquitetura, pela antropologia, sociologia, ecologia, entre outros campos do conhecimento. Aqui não se pretende emergir em todos os campos, e sim dar uma visão ampliada da trajetória da construção do conceito, chegando ao campo da preservação do patrimônio. De certa forma, a Paisagem Cultural tem se mostrado um conceito mais amplo e atualizado com relação ao Patrimônio Histórico, justamente por trazer a complexidade de pontos de vista diferentes e críticos que podem se articular sobre a nossa realidade.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Santos (2002) distingue epistemologicamente Paisagem de Espaço, que na visão do autor não são sinônimos. De certa forma, o conceito de espaço é valorizado com relação ao de paisagem, como é percebido nos trechos: "A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima" (SANTOS, 2002, p.103). A atribuição de valores à paisagem transforma esta em um espaço geográfico. "Para desmistificar o espaço cumpre levar em conta dois lados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura técnico-produtiva e lugar de fetichização; do outro, a sociedade total, a formação social que anima o espaço (SANTOS p.39, 2009).

Santos (2009) ainda aponta que a paisagem compreende dois elementos: "1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele e 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente". É de grande valia o apontamento do autor sobre a formação dinâmica da paisagem, que se transforma se adaptando às novas necessidades da sociedade. Uma paisagem é resultado de uma acumulação de tempos. "A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, idades diferentes, pedaços de tempos históricos, representativos das diversas formas de produzir as coisas, de construir o espaço" (SANTOS, 1988, p.68).

Jackson (1984), um dos principais geógrafos do estudo da paisagem, também escreve sobre a dinamicidade da paisagem, enfatizando na vida vernacular "despretensiosa" a vitalidade e persistência de se adequar as circunstâncias, aos fatores externos além do seu controle. Ele se refere também à ideia de assimetria do poder da paisagem, que pode representar os dominantes poderosos, ou a construção social dos "sem poder", e o conjunto inteiro deste espaço, em uma única visão abrangente. Para o autor, a paisagem é um conjunto de espaços, os quais são transformados pelas ações humanas.



Hoje podemos incluir um adjetivo ao termo paisagem, reportando a processos sociais distintos que são materializados, de certa forma, na produção do espaço. A paisagem “histórica”, a paisagem “cultural”, a paisagem “rural”, a paisagem “urbana”, ou ainda, “paisagem histórica urbana” e “paisagem cultural tradicional”, são algumas destas derivações.

A Paisagem Cultural Brasileira, políticas e instrumentos de salvaguarda

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), portaria nº 127/2009, a Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, a portaria não prevê sanções ou restrições jurídico-administrativas como o tombamento, pois considera o caráter dinâmico intrínseco a transformação da paisagem. O instrumento de preservação previsto é o Plano de Gestão, complementando os instrumentos de proteção existentes previstos na Constituição Federal.

Este instrumento requer um acordo de cooperação entre a comunidade e o órgão público (municipal, estadual ou federal). Este é então firmado por meio do Pacto de Gestão, para garantir a participação ativa da comunidade na responsabilidade da preservação da paisagem chancelada. Antecedendo esta portaria, o IPHAN lançou projetos nacionais como o Projeto Roteiros nacionais de imigração, pactuado pelos agentes envolvidos com o Termo de Cooperação em 2007, e efetivado em 2011, como uma ação de salvaguarda e reconhecimento do patrimônio dos imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos localizados no estado de Santa Catarina, abrangendo 17 municípios. De acordo com o IPHAN, o projeto intenciona a salvaguarda e a gestão compartilhada do patrimônio histórico e cultural. União, estados e municípios deverão trabalhar em conjunto, buscando



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

parcerias externas com o objetivo de desenvolver e implantar planos e programas de desenvolvimento regional, que tenham como foco o patrimônio.

Assim, esse projeto, antecipa a chancela da Paisagem Cultural, reconhecendo que a integridade de uma paisagem, de um conjunto tombado, ou de uma manifestação cultural só se conservará por meio de uma ação de gestão compartilhada, entre os diferentes agentes envolvidos. De acordo com Scifone (2016), era preciso criar mecanismos de valorização e fomento para garantir a permanência dos grupos sociais nos espaços rurais, dada a forte pressão de fatores como urbanização e industrialização.

O projeto “Roteiros Nacionais de Imigração” iniciado em Santa Catarina pelo IPHAN consagra, assim, um importante passo para a preservação de paisagens culturais, abrindo precedente, também, para o lançamento de futuros Roteiros Nacionais que permitam abarcar toda a diversidade do país e sua dinamicidade.

A Carta de Bagé, ou Carta da Paisagem Cultural (IPHAN, 2007), também foi outro documento produzido a partir da experiência do projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Ela define paisagem cultural como o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.

Art.10- a paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, místico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias, ou associadas a um meio urbano (IPHAN, 2007, p.450)

Tanto a Carta de Bagé quanto a Portaria nº 127/2009 do IPHAN preveem um plano de gestão para guiar as ações de preservação



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

da paisagem cultural, conferindo uma espécie de certificado de qualidade pelo órgão patrimonial, que deve ter valor de proteção legal e ser monitorada periodicamente, a fim de permanecer com o selo de chancela. Nestes dois documentos se nota a importância da inclusão da participação da comunidade para a elaboração deste plano de gestão.

O patrimônio doméstico em madeira na paisagem do Alto Uruguai

Nas propriedades rurais, a casa é implantada de forma isolada no lote e é servida, geralmente, de outras edificações complementares, dispersas, em torno de um pátio sem limite definido, como o paiol, a garagem, os abrigos para animais, como o galinheiro, o estábulo e o chiqueiro, as quais eram erguidas também com a utilização da madeira como material construtivo. Percebe-se uma intrínseca relação entre as funções da casa e com as do trabalho, o qual tem suporte nas edificações complementares (fig. 2).

Fig. 2. Casa principal e edificações complementares - linha Chapadão, Paulo Bento, Rio Grande do Sul.



Fonte: autora, 2018.

A casa tem papel de destaque na paisagem rural, implantada em um nível mais elevado em comparação com as outras

edificações. A fachada principal se configura de forma paralela à estrada rural. Em algumas propriedades levantadas no Alto Uruguai gaúcho foi possível observar mais de uma casa, a antiga e a nova, sendo a mais recente construída, geralmente, em alvenaria de tijolos. A casa antiga, nesses casos, serve geralmente de depósito: de ferramentas, materiais agrícolas diversos ou fertilizantes. Observamos que a cozinha é instalada em uma edificação contígua, interligada com a casa por uma passarela, anexo com cobertura em uma água, ou ela já é incorporada no corpo principal.

Fig 3. Casa Bandeira, zona rural de Erechim, Rio Grande do Sul.



Casa principal

Cozinha em edificação contígua-
cobertura em uma

Anexo – banheiro
em alvenaria
acrescentado
posteriormente

Fonte: autora, 2018.

Após sofrer modificações, o banheiro se apresenta em um anexo à casa, ou incorporado no corpo da casa, em madeira ou, mais frequentemente, em alvenaria. Nestas propriedades, as maiores áreas são reservadas ao cultivo agrícola, principalmente lavouras. Os pomares e hortas, se existem, ficam mais próximos à casa. Não se encontrou praticamente área de matas nesses lotes. Nas edificações levantadas, o sótão sempre é utilizado como quarto, exceto nas edificações que estão sendo ocupadas apenas como depósito.

Nos núcleos coloniais, elementos comunitários como as igrejas (fig.4), os cemitérios e as escolas, foram fundamentais ao cotidiano do imigrante para sua adaptação cultural. Eles eram estabelecidos ao longo dos caminhos rurais, as linhas, servindo como pontos de referência.

Fig. 4. Capela Santa Teresa e salão comunitário. Rio Negro, Erechim, zona rural.



Fonte: autora, 2018.

Considerações finais - A preservação da paisagem cultural do Alto Uruguai catarinense e gaúcho

Preservar as paisagens culturais muitas vezes compreenderá defrontar-se com as formas tradicionais de produção, como a agricultura (Castriota, 2009). A paisagem da agricultura familiar de pequena propriedade como se encontra no Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense, que foi a base da sua ocupação e fonte de riqueza econômica, é levantada como uma promissora linha de investigação, pois elementos importantes do patrimônio cultural de um povo estão relacionados nesta prática centenária.

Este sistema tradicional de cultivo, suas edificações e demais elementos compõem a paisagem rural regional e são parte importante do processo identitário das comunidades rurais.

Envolvem tanto o patrimônio material, quanto o patrimônio imaterial, como as práticas e técnicas tradicionais de cultivo.

Na tabela 1 apresenta-se o quantitativo de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, no Sul do Brasil, no Rio Grande do Sul e no Alto Uruguai Gaúcho, mostrando o predomínio de 90,8% da agricultura familiar na região, bem acima do índice nacional.

Tabela 1. Número de estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, Sul do Brasil, Rio Grande do Sul e no Alto Uruguai Gaúcho.

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar			%AF
	Agricultura Familiar total	Não familiar	Agricultura familiar (AF)	
Brasil	5.175.489	807.587	4.367.902	84,4
Sul	1.006.181	156.184	849.997	84,5
Rio Grande do Sul	441.467	62.921	378.546	85,7
Região do Alto Uruguai	19.447	1.789	17.658	90,8

Fonte: adaptado de Seminotti, 2013, p.139.

Conforme dados do Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF) em 2011 demonstram ainda que com relação à atividade produtiva na região, dos 281 associados produtores rurais do Alto Uruguai Gaúcho, apenas 26 são voltados para o turismo rural, oferecendo hospedagem, produtos coloniais produzidos em agroindústria familiares, passeios, cantinas, entre outras atividades (Seminotti, 2013). Independente do potencial econômico advindo com o turismo, a paisagem rural agrícola do Alto Uruguai Gaúcho deve ser considerada como extensão da organização social e estruturação do seu território. Ela inclui aspectos fundamentais do modo de vida e de produção dos colonizadores.

Conforme aponta Tedesco (2000, p.48),

(...) há um intercâmbio homem-terra e trabalho extremamente complexo, que não se resume à produção mercantil e/ou a satisfazer necessidades. O sol, a chuva, as estações, a noite, o dia, os incentivos etc. são horizontes sociais e culturais que se aglutinam na relação terra/colono.

A construção das casas na região possui intrínseca relação com o manejo da madeira e as tecnologias construtivas desenvolvidas que estão relacionadas com o uso deste material, no início do século XX, acrescentam ainda mais importância a esta paisagem, que imprime marcas de um processo histórico de formação do território regional.

Para que esta paisagem e seu patrimônio seja preservado é importante a elaboração de um plano de gestão no qual haja a participação ativa da comunidade rural, em um inventário compartilhado, entendendo este patrimônio como chave potencial de seu desenvolvimento local, conforme aborda Varine (2012).

O quadro 2 ilustra os elementos culturais que podem ser relacionados à paisagem rural do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho e o sistema de pequena propriedade- policultura.

Quadro 2. Elementos culturais relacionadas a paisagem rural da pequena propriedade no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho.

Patrimônio imaterial	Cultivo	Elementos naturais apropriados vitivinicultura / citricultura/ fruticultura/ erva-mate(..)	Saber – fazer tradicional
	Preparo	Elementos culturais	
	Conservação	Métodos Tradicionais Agregam valores aos produtos da agricultura	
Patrimônio material	Construção	Técnicas Construtivas Tradicionais em madeira dos imigrantes	Traçado histórico
Patrimônio material	Formação/	Divisão dos lotes em 25 ha, constituição em Linhas	

	Organização do território	e Travessões. Núcleo com Igreja. Ferrovias, pontes e viadutos históricos.	Referência simbólica
--	---------------------------	---	----------------------

Fonte: adaptado de Castriota, 2009.

Cabe mencionar que a compreensão das paisagens rurais e seus valores patrimoniais, é uma das ações citadas pelos Princípios ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como patrimônio (2017). Entre as medidas específicas englobadas no documento estão: compreender, proteger, gerir sustentavelmente as transformações, comunicar e transmitir as paisagens e os seus valores patrimoniais. Nesse ínterim, este trabalho buscou auxiliar na compreensão destes valores, incluindo os elementos culturais que podem estar relacionados à esta paisagem, incluindo o seu patrimônio material em madeira.

As paisagens culturais do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho revelam-se como elementos centrais na construção da identidade regional, articulando práticas agrícolas tradicionais, técnicas construtivas em madeira e formas de organização comunitária. A preservação dessas paisagens exige não apenas o reconhecimento de seu valor histórico e cultural, mas também a implementação de planos de gestão que contemplem a participação ativa das comunidades locais, garantindo que o patrimônio seja compreendido como recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável.

A agricultura familiar, predominante na região, demonstra a força de um sistema produtivo que integra valores materiais e imateriais, constituindo-se como patrimônio vivo. Nesse sentido, a valorização das práticas tradicionais, associada à conservação das edificações e à manutenção dos núcleos comunitários, reforça o vínculo entre território, memória e identidade.

Os desafios impostos pela urbanização, industrialização e pela pressão econômica sobre o meio rural tornam urgente a criação de políticas públicas e instrumentos de salvaguarda que assegurem a permanência das comunidades em seus espaços. A

experiência de iniciativas como os Roteiros Nacionais de Imigração e a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira demonstra que a gestão compartilhada é um caminho viável para equilibrar preservação e desenvolvimento.

Assim, este estudo contribui para ampliar a compreensão das paisagens culturais do Alto Uruguai, evidenciando que sua preservação não deve ser vista apenas como proteção do passado, mas como estratégia para o futuro. A integração entre patrimônio, comunidade e desenvolvimento local constitui a chave para que essas paisagens continuem a expressar a riqueza cultural e histórica da região.

Referências

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural, conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Princípios ICOMOS-IFLA sobre as paisagens rurais como património**. Adotada pela 19ª Assembleia Geral do ICOMOS, Nova Deli, Índia, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2020/2017%20carta%20ICOMOS-IFLA%20sobre%20paisagens%20rurais.pdf>. Acesso em: 2 set. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 27, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio. 2009. p. 17.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina: Preservação do Patrimônio**

Cultural. - Florianópolis, SC: IPHAN / 11ª Superintendência Regional, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural.** Bagé, Rio Grande do Sul, 18 ago. 2007a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/bitstreams/1e3d3a8b-90c5-47b2-9bed-672939398e26/download>. Acesso em: 2 set. 2026.

JACKSON, J.B. **Discovering the Vernacular Landscape.** New Haven: Yale University Press, 1984.

PEREIRA, Natália Biscaglia. **Arquitetura em madeira: influência da imigração no Alto Uruguai Gaúcho.** 2019. 514 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2019. Orientadora: Ângela do Valle.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo.** Razões e Emoções. 4. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da. Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, **Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia,** São Paulo: Hucitec, 1988.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro,

Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SEMINOTTI, J.J. **Os agricultores familiares e a representação política do sutraf na região alto uruguai do RS.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2013.

SEMINOTTI, J.J. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sutraf no Alto Uruguai gaúcho.** Passo Fundo: UPF, 2014. 314 p

TEDESCO, J.C. **Colonos, carreteiros e comerciantes: a região do Alto Taquari no início do século XX.** Porto Alegre: Est, 2000.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 13

CINES DE RUA DE FLORIANÓPOLIS: O QUE RESTA

Violett Rech

let3rech@gmail.com

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

A pesquisa questiona, o que restou dos cinemas de rua de Florianópolis? A partir de um apanhado histórico bibliográfico dessa tipologia de patrimônio cultural urbano, foram escolhidos três cines que fizeram parte da Cinelândia de Florianópolis no centro da cidade. Em 2024, foi realizado um levantamento de suas condições mais recentes em comparação a registros de diversos períodos, tanto enquanto estavam em funcionamento quanto após seus fechamentos. Considera-se que as memórias desses lugares devem ser resguardadas dada a importância desses espaços para a história das cidades modernas e sua população. Além disso, é realizada uma reflexão sobre a relevância de cinemas de rua como dispositivos culturais acessíveis em comparação a salas de cinema dentro de edifícios comerciais.

Palavras-chave: Cinema. Memória. Cidade. Patrimônio urbano.

INTRODUÇÃO

O cinema é uma forma de lazer caracteristicamente urbana. Em seu princípio, os cinemas de rua eram acessíveis e integrados à vida cotidiana nas cidades, eram locais importantes para a vida social da população e faziam parte da paisagem urbana. Pode-se definir o cinema de rua como uma sala de projeção com entrada direta pela rua, com sua fachada e entrada ocupando diretamente esses passeios públicos, de acordo com Bessa e Oliveira Filho (2019, p. 147). Essa categorização se fez necessária após o surgimento das salas de cinema no interior de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

centros comerciais na década de 50. Para Munarim, o termo “cine” “(...) refere-se ao edifício que abriga primordialmente uma ou mais salas de espetáculos onde se projetam filmes cinematográficos, construído em lote próprio” (2009, p.17), excluindo assim salas de cinema em *shoppings*.

Aos poucos, os cines foram se extinguindo no Brasil. Em se falando dos cinemas de rua que existiram no centro de Florianópolis, estes não funcionam mais com esse propósito há muito tempo, restando apenas a estrutura de seus edifícios. São lugares de memória, a partir da definição de Nora (1993), apenas restos de memórias já que não existe mais uma memória viva desses espaços no cotidiano que possa se manter sem auxílio externo e uma decisão consciente de mantê-la (NORA, 1993, p. 13).

MÉTODOS

Na presente pesquisa o foco é a memória dos cinemas de rua que se encontravam ao redor da Praça XV de Novembro, próximos à rua Padre Miguelino e inaugurados entre as décadas de 1920 e 1950, e sua manutenção. A região era conhecida como a Cinelândia de Florianópolis na época por conta da quantidade de cinemas que lá se encontravam, sendo essa uma nomenclatura comum em diversas cidades, a exemplo da área em volta da Praça Marechal Floriano no Rio de Janeiro que foi conhecida como Cinelândia e continua sendo.

Grande parte dos cinemas pesquisados foi propriedade da família Daux (de José Daux), do setor hoteleiro. Foi realizado um levantamento bibliográfico de referências relacionadas aos cinemas de rua no geral e de Florianópolis em específico. A maioria dos conteúdos acadêmicos encontrados sobre os cinemas são do campo da arquitetura e urbanismo, demonstrando a importância desse tipo de construção para a memória urbana. A partir das referências foram selecionados três prédios que abrigaram cinemas na cidade, considerando suas localidades próximas no Centro de Florianópolis e suas características típicas



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Resultados

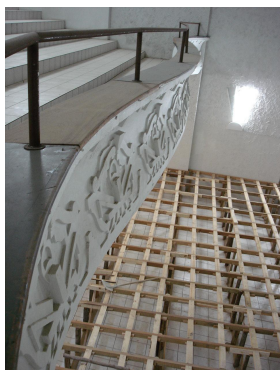
O **Cine São José**, que se estendia entre as ruas Padre Miguelinho e Visconde de Ouro Preto, teve sua construção entre 1951 a 1954 e foi propriedade da família Daux. Chegou a ser considerado um dos mais luxuosos representantes dos cines em Florianópolis (BITTENCOURT, SAMPAIO, 2013, p. 42). Uma característica notável era a torre que marcava a bilheteria ao invés da entrada do espaço, como seria considerado mais comum na época. Além disso, possuía um grande painel envidraçado acima da marquise que remetia à tela de cinema e também displays iluminados que mostravam os filmes em cartaz. Foi o maior cinema da cidade, com 1000 lugares. No interior possuía poltronas móveis, iluminação de ponta (fig. 2) e detalhes em relevos criados pelo artista catarinense Franklin Cascaes (fig. 3).

Figura 2: Interior do Cine São José por volta das décadas de 50 ou 60



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Figura 3: Detalhes em relevo por Franklin Cascaes durante reforma da sala



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Figura 4: Fachada do antigo Cine São José em 2008



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

A partir de visita ao local em 2024, observou-se que o edifício era propriedade de uma igreja pentecostal e, de acordo com registros de Munarim, já o era pelo menos desde 2008 (fig. 4), quando o espaço passava por uma reforma (fig. 3). Em 2024, o interior estava altamente descaracterizado, com as paredes internas pintadas de preto e os relevos por Franklin Cascaes no balcão cobertos por um pano preto. O espaço estava sendo utilizado para apresentações musicais religiosas e cultos noturnos com poucos horários de abertura (fig. 5).

Figura 5: Fachada do antigo Cine São José em 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

O **Cine Roxy** (rua Padre Miguelinho, 73), inaugurado Cine Centro Popular na década de 1930 em uma construção ao lado da Catedral Metropolitana de Florianópolis, promovia sessões de filmes, festas e espetáculos teatrais, fomentando a cultura municipal. Abrigou também o cinema Cine Odeon - que posteriormente se transferiu ao Teatro Álvaro de Carvalho - e em 1944 passou a ser o Cine Roxy. Possuía fachada ornamentada (fig. 6) mas a estrutura interna era mais simples: a plateia era plana e sem balcão (fig. 7), foi um dos primeiros a exhibir filmes sonoros, entretanto de forma precária. Funcionava como um cinema do tipo pulgueiro de matinês com sessões duplas. A entrada através de uma escadaria lateral levava ao cine que ocupava a parte de cima do prédio, sendo que embaixo havia lojinhas diversas (BITTENCOURT, SAMPAIO, 2013, p. 32).

Figura 6: Fachada do prédio do antigo Cine Roxy em 2008



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Figura 7: Auditório da Cúria, antiga sala do cinema



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Assim como outras salas da cidade, em seu período de decadência exibiu filmes de conteúdo adulto (BITTENCOURT, SAMPAIO, 2013, p. 37). Passou a pertencer à Cúria Diocesana servindo como espaço de eventos e auditório anexo à Catedral (fig. 8). A antiga porta de entrada dá acesso ao Espaço Museal Catedral de acordo com inscrição na porta (fig. 9).

Figura 8: Fachada do prédio do antigo Cine Roxy em 2024



Figura 9: Fachada do antigo Cine Roxy em 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

Fonte: Autoria própria, 2024.

O **Cine Ritz** (rua Arcipreste Paiva, 110) foi inaugurado em 1935 como Cine Rex (fig. 10), mas viria a ser mais conhecido por seu segundo nome - em 1943, José Daux, proprietário do edifício, não renovou o contrato com o Cine Rex e abriu seu próprio cinema, chamado Cine Ritz (BITTENCOURT, SAMPAIO, 2013, p. 32). Foi um dos mais modernos em termos de cinema na época, sendo bem equipado, possuía lugar para 700 espectadores com fachadas dos dois lados bem ornamentadas (fig. 12), e contava com vestibulo, balcão, *bombonnière* e *foyer*. Entre 1943 e 1962 realizava a chamada Sessão das Moças, pois as

sessões de cinema da capital catarinense tinham títulos que identificavam seus públicos-alvo.

Após o fechamento, também virou propriedade da Cúria Diocesana da Capital, que chegou a alugá-lo para uma Igreja neo-pentecostal. O prédio é tombado pela SEPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico e Natural) municipal e abriga atualmente uma unidade de colégio e cursinho privado (fig. 13). Recentemente a escola realizou uma reforma para atualização do lugar e com essa modernização o prédio ficou mais descaracterizado: as paredes ficaram expostas, com os tijolos à mostra, e diversas outras adaptações foram feitas no interior. Por se tratar de um prédio tombado, a estrutura e a fachada foram mantidas e apenas o interior foi alterado.

Figura 10: Fachada do Cine Rex em 1939



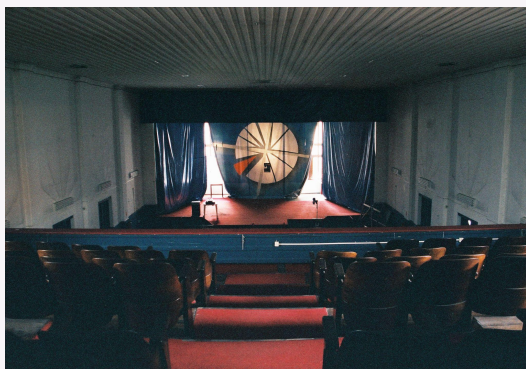
Fonte: Projeto “Onde está desterro”, 2018.

Figura 11: Fachada do antigo Cine Ritz em 2008



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Figura 12: Interior da sala de cinema em 2008



Fonte: Arquivo pessoal de Ulisses Munarim, 2008.

Figura 13: Fachada do prédio como escola em 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

Pode-se ver com a pesquisa que, como em tantas outras cidades brasileiras, os cinemas de rua de Florianópolis foram transformados em outros estabelecimentos, principalmente comércios e igrejas. Esse fenômeno é reconhecido no Brasil por pesquisadores como Márcia Bessa e Wilson Oliveira Filho, além de ser retratado pelo diretor Kleber Mendonça Filho em seu filme “Retratos Fantasmas” (2023). No documentário, Mendonça explora a relação entre o fechamento dos cines e as transformações na área central na sua cidade de residência, Recife (PE). Ele observa que os centros das cidades parecem ter sido esquecidos e viraram lugares apenas de passagem. Munarim também explica esse processo de desaparecimento da seguinte forma:

Esvaziados de público, empreendimentos não mais rentáveis para os proprietários e “entraves” para o crescimento das cidades e para a especulação urbana, os cines têm como futuro próximo o desaparecimento. Alguns são

demolidos, outros tantos mutilados para abrigar novos usos e, boa parte deles, desprovidos de sua aura, passam a abrigar supermercados, estacionamento, templos de igrejas neopentecostais. (2009, p. 13)

Em Florianópolis, a praça XV de Novembro continua sendo um espaço central e relevante para a vida pública, mas o centro da cidade enfrenta diversos desafios, como: insegurança urbana; falta de incentivo cultural e de manutenção por parte do Estado; e especulação imobiliária excessiva. Tudo isso resulta no esvaziamento desse espaço fora do horário comercial. Algumas das políticas públicas adotadas pelo município têm dificultado a realização de atividades culturais na região, limitando iniciativas que poderiam envolver toda a população. Assim, o centro oferece poucas opções de lazer e reduzidas oportunidades para a utilização dos seus espaços coletivos, especialmente aos fins de semana - período em que a maioria dos trabalhadores poderiam desfrutar dessas atividades.

Portanto, o apagamento dos cines de rua significa também o fim de uma prática cultural comunitária, como expressado no seguinte trecho:

Não são (ou eram) simplesmente salas de projeção. São espaços de socialização comunitária, de construção da cidadania e de coexistência da diversidade. Com o desaparecimento do circuito exibidor das vias públicas interditam-se lugares vitais de lazer e cultura cidadãos, de um regime de convivência urbana. Elimina-se assim um ponto de encontro, um local de discussão, um espaço de vivência genuinamente urbano. (BESSA, OLIVEIRA FILHO, 2019, p. 150)

Em relação aos cinemas de *shopping* que funcionam todos os dias, eles não configuram uma opção acessível para a maioria. Os altos preços dos ingressos - que chegam a ser mais caros aos



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

fins de semana -, o custo elevado do estacionamento e a limitada acessibilidade geográfica tornam esses espaços excludentes para a população em geral e deixam mais evidente que o foco de tais espaços não é de atender à comunidade como espaços culturais, e sim de obter lucro dentro de uma lógica do mercado cultural.

Considerações finais

A partir da pesquisa percebe-se como esse tipo de patrimônio foi tratado pela sociedade e governo, foi deixado de lado frente a modernização do espaço urbano. Assim, o cinema ficou relegado ao interior de espaços comerciais, perdendo sua individualidade, sendo que quase todos são das mesmas empresas e possuem uma estrutura padrão, pois a modernização dos cinema de *shopping* levou a um processo de uniformização das arquiteturas destes e, por consequência, das experiências cinematográficas, perdendo assim características importantes, como expressado por Bessa e Oliveira (2019):

Aquelas salas se transmutaram. A arquitetura dos cinemas se modificou drasticamente. Um novo cinema emergiu para o homem contemporâneo. Um processo de apagamento que traz consequências para a cidade, a sociabilidade e a própria exibição cinematográfica. (p. 157)

Em contraste, pode-se ver as peculiaridades e histórias dos cines aqui pesquisados, que atravessaram a memória da população da ilha enquanto existiram. O tempo altera as cidades e os costumes, porém essas alterações podem ser conscientes, considerando se elas fazem sentido para o que se deseja na sociedade. Muitas coisas são deixadas para trás e muitas memórias são perdidas, mas sempre deve-se questionar o que fica e o porquê. Os cines de rua constituem um dispositivo cultural valioso e, como expressado neste artigo, fazem parte da história das cidades modernas e seus habitantes. Portanto, resguardar essa memória, criando formas de divulgação e conscientização, é necessário e faz



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apio e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

parte do papel dos pesquisadores e profissionais relacionados a patrimônios.

REFERÊNCIAS

BESSA, Márcia, OLIVEIRA FILHO, Wilson. **“EM PROCESSO DE EXTINÇÃO”**: OS CINEMAS DE RUA SOBREVIVENTES E A VOCAÇÃO CINEMATOGRAFICA NO ESPAÇO URBANO CARIOCA. LexCult, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 146-168, jan./abr. 2019

BITTENCOURT, Sofia Arrias, SAMPAIO, Adriana de Lima. Inventário e Memória - Cinemas de Rua em Florianópolis. In: **PET da Arquitetura e Urbanismo da UFSC**, 2013. Disponível em:

https://issuu.com/petarqufsc/docs/caderno_cinemas_final_pdf.

Acesso em: 16 out. 2024.

FLORIANÓPOLIS. IPUF. **Projeto Renovar: Política de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material**. Florianópolis: SEPHAN, 2012. Disponível em: <http://devportal.pmf.sc.gov.br/entidades/smdu/index.php?cms=patrimonio+cultural+de+natureza+material&menu=18&submenuid=dyn-612> . Acesso em: 16 out. 2024.

MUNARIM, Ulisses. **Arquitetura dos cinemas**: Um estudo da modernidade em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PGAUCIDADE – UFSC, 2009.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

QUANDO a ilha imitava Hollywood. **Onde está Desterro**. Florianópolis, 2018. Disponível em:



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

https://www.ondeestadesterro.com.br/os_cinemas.html. Acesso em: 17 out. 2024.

RETRATOS **Fantasmas**. Direção e roteiro: Kleber Mendonça Filho. Documentário/ 91'. Produção: Emilie Lesclaux. Brasil: Vitrine Filmes, CinemaScópio, 2023.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 14

EM MEMÓRIA AOS EXPEDICIONÁRIOS: ORDENAMENTO TERRITORIAL E PATRIMÔNIO NO CENTRO HISTÓRICO DE JARAGUÁ DO SUL

Ana Carolina Cristofolini Anton

anacristofolinianton@gmail.com

Centro de Ensino Superior Sociesc - Jaraguá do Sul

RESUMO

Este artigo analisa o eixo formado pelo Terminal Ferroviário (atuais Estação Cultural e Museu da Paz), pelo Monumento aos Expedicionários e pela Praça do Expedicionário no Centro Histórico de Jaraguá do Sul (SC), como um território de memória vinculado à participação dos pracinhas jaraguenses na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir de pesquisa documental, histórica, cartográfica e iconográfica, reconstitui-se a formação gradual desse conjunto, da inauguração do Terminal Ferroviário para passageiros, em 1943, à instituição do Museu da Paz e à renomeação da praça, em 2009. Com base no arcabouço teórico e normativo das cartas e convenções patrimoniais internacionais, discute-se a permanência físico-territorial desse conjunto como condição indispensável para a interpretação de seu significado simbólico. Argumenta-se que essa memória, sustentada até 2024 pela presença de testemunhas vivas, passa a depender prioritariamente da preservação do território diante das obras de revitalização em curso no centro histórico. Conclui-se pela necessidade da administração pública atuar no ordenamento territorial desse espaço, recomendando-se o tombamento formal do Monumento aos Expedicionários como medida técnica de salvaguarda patrimonial.

Palavras-chave: paisagem cultural; ordenamento territorial; memória; Força Expedicionária Brasileira; patrimônio ferroviário.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

1 INTRODUÇÃO

O Terminal Ferroviário de passageiros de Jaraguá do Sul (hoje Estação Cultural), inaugurado em 1943 no centro da cidade, foi adquirido em 2005 pela Fundação Cultural de Jaraguá do Sul e abriga, desde dezembro de 2008, o Museu da Paz, destinado à exposição permanente do acervo etnográfico e militar das duas guerras mundiais do século XX. Em frente a ele, na Praça 29 de Outubro, foi inaugurado em 1985 o monumento homenageando os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) de Jaraguá do Sul. A população passou a ter o monumento como referência espacial e começou a referir-se ao espaço como a Praça do Expedicionário, o que levou à renomeação oficial do local em 2009, para corresponder ao uso corrente dos cidadãos e ampliar a homenagem aos ex-combatentes. Desse modo, observa-se a organização gradual de um eixo espacial que retoma a memória coletiva da participação jaraguaense na 2ª Guerra Mundial, situado no centro histórico do município.

Além do patrimônio material já apresentado, há também o patrimônio cultural, definido pela Convenção de Faro (2005) como a interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, conceito que dialoga com o *spiritu loci* (espírito do local), apresentado na Declaração de Québec (2008). Ao avaliar o caso de Jaraguá do Sul, entende-se que a importância do conjunto formado pelo monumento, pelo museu e pela praça é complementada por bens intangíveis, como as comemorações em datas emblemáticas, realizadas costumeiramente em frente ao monumento. Entre essas celebrações, destaca-se o Dia da Vitória, em 8 de maio, que marca a rendição da Alemanha nazista aos Aliados e o fim do conflito. Assim, o patrimônio imaterial, constituído pelo espírito do lugar, eleva o valor do patrimônio material, tornando-o mais presente no imaginário coletivo.

Entretanto, é necessário ações de manutenção em prol desse espírito. Em 2 de maio de 2024 a última testemunha viva da expedição jaraguaense à 2ª Guerra Mundial, o veterano Walter Carlos Hertel, faleceu aos 101 anos, poucos dias antes da



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

comemoração anual do Dia da Vitória, e foi homenageado, junto aos outros expedicionários, no aniversário de 80 anos do fim da guerra, no ano seguinte. Desse modo, concomitante a esse risco à memória, neste ano de 2026, a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul iniciou obras de revitalização do espaço público do centro histórico, prometendo que irá valorizar o passado e contemplar o futuro da cidade. Urge voltar a atenção para como as narrativas do passado serão conservadas. Este artigo busca analisar o ordenamento territorial desse eixo de memória e discutir estratégias para sua preservação diante das transformações urbanas em curso.

2 MÉTODOS

Para a análise do sítio adotou-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, estruturada em três frentes de investigação. A primeira consistiu em pesquisa documental e bibliográfica, reunindo legislações municipais, inventários de tombamentos, a bibliografia histórica sobre a formação urbana de Jaraguá do Sul, com destaque para entrevistas da historiadora Sílvia Regina Toassi Kita ao jornal local O Correio do Povo (OCP).

A segunda frente compreendeu um levantamento iconográfico, realizado pela autora em 2024, que evidenciam a relação espacial entre a estação, o monumento e a praça, complementado por consulta ao acervo de Materiais Iconográficos da Biblioteca Universitária da UFSC e imagens cedidas pelo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel à autora em 2024. Justifica-se o uso das imagens de 2024 pela impossibilidade de novo registro fotográfico no momento da elaboração deste artigo, em razão das obras de revitalização do centro histórico. Por fim, a terceira frente reuniu registros de comemorações do Dia da Vitória realizadas no espaço, como evidência do uso vivo e contínuo do conjunto como lugar de memória.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

A interpretação desses dados foi orientada pelos preceitos da Carta de Veneza (1964), da Carta de Burra (1999), da Convenção de Faro (2005) e da Declaração de Québec (2008). Cabe ressaltar que ferramentas de inteligência artificial Claude, da Anthropic, e Gemini, da Google, foram empregadas pontualmente como suporte técnico para revisão ortográfico-gramatical e auxílio na tradução do resumo para a língua inglesa, mantendo-se a autoria e a responsabilidade analítica estritamente sob a conduta da pesquisadora.

3 RESULTADOS

3.1 A formação do território de memória

Havia, no início do século XX, duas estações ferroviárias na cidade de Jaraguá do Sul: uma chamada Nereu Ramos e outra chamada Jaraguá do Sul. A segunda foi instalada em 1913 no centro da cidade e hoje abriga a Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa. De acordo com Nora (2021), a operação ferroviária no município de Jaraguá do Sul teve grande importância para o desenvolvimento do centro urbano, visto que instalaram-se prédios comerciais e de serviços em seus arredores.

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), o interventor federal catarinense, Nereu Ramos, nomeou em 1938 o tenente-coronel Leônidas Cabral Herbster para o cargo de prefeito da cidade. Em entrevista ao jornal OCP, a historiadora do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, Silvia Regina Toassi Kita, afirmou que Leônidas foi um visionário, organizando a infraestrutura de Jaraguá do Sul e construindo equipamentos públicos. Em razão do fechamento da câmara de vereadores, todas as decisões eram concentradas nas mãos dele.

A sobrecarga da estação Jaraguá do Sul, decorrente do crescimento da população e do aumento do envio de cargas, levou o prefeito Leônidas a edificar um novo prédio. Com recursos do Estado, inaugurou-se em 1943 o novo Terminal Ferroviário de



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

passageiros, no centro da cidade. De acordo com Nora (2021), o edifício tornou-se uma das maiores estações do Ramal São Francisco. Já a antiga estação tornou-se, exclusivamente, Depósito de Cargas. O terminal foi construído no estilo arquitetônico Art Déco e possui, como pode ser visto na Imagem 1, planta espelhada, pórtico com pé direito alto e a escada que conferem ao prédio monumentalidade.

Imagem 1: Estação Ferroviária de Jaraguá do Sul na década de 50



Autor: Não identificado

Fonte: Repositório Institucional da UFSC (2020)

Apenas um ano depois de sua inauguração, em 1944, a estação foi o ponto de partida dos civis convocados para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combater ao lado dos Aliados no conflito da 2ª Guerra Mundial. Este fato inseriu um significado simbólico ao prédio. Ainda em 1944, foram inauguradas a Rodoviária e, ao lado direito desta, a Praça Leônidas Cabral Herbster (Imagem 2). Em contraste com o Terminal Ferroviário, do outro lado da rua, a Rodoviária é um prédio térreo em escala menor, também no estilo Art Déco. Suponha-se que a escala monumental do Terminal Ferroviário, em detrimento da construção mais singela da Rodoviária, evidencia a importância atribuída aos meios de transportes atendidos por elas. Porém, segundo a historiadora Kita, a Rodoviária impulsionou a

economia local, visto que os ônibus urbanos e interurbanos começaram a circular pela cidade e pela região do Vale do Itapocu, acarretando um maior movimento de pessoas no centro.

A praça em homenagem ao prefeito-interventor lembra a estrutura dos jardins franceses, caracterizados pela simetria dos canteiros e pelos quatro caminhos que convergem ao centro. No entanto, diferente das praças francesas, que costumam ter um elemento central, como uma fonte ou monumento, a praça Leônidas apresenta somente um monograma formado pelas letras L, C e H no canteiro frontal, referenciando seu nome.

Imagem 2: Rodoviária e Praça Leônidas Cabral Herbster, década de 40



Autor: Não identificado

Fonte: Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul (2024)

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, os brasileiros começaram a contestar o regime do Estado Novo. No dia 29 de outubro de 1945, um movimento militar depôs Getúlio Vargas do poder, e com ele todos os seus interventores federais. Nas eleições de 1947, Waldemar Grubba foi eleito prefeito de Jaraguá do Sul. No ano seguinte, a Praça Leônidas Cabral Herbster foi renomeada como Praça 29 de Outubro, pela Lei nº 28/1948, uma alfinetada ao antigo prefeito-interventor.

No dia 25 de julho de 1976, durante as comemorações do centenário do município, foi fundado o Núcleo de Jaraguá do Sul

da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB). Quase uma década depois do surgimento da associação, foi instalado na Praça 29 de Outubro o monumento homenageando os pracinhas da FEB de Jaraguá do Sul (Comphaan, 2021). O monumento ocupa o antigo local do monograma das iniciais de Leônidas Cabral Herbster. Não foram encontradas evidências documentais sobre a relação da ANVFEB com a instalação do monumento, constituindo uma lacuna da pesquisa.

De acordo com a Biblioteca do IBGE (2016), com a crescente popularização do transporte rodoviário individual e a construção de estradas, como a BR-280, que interligavam o Vale do Itapocu a mais destinos. Assim, o transporte ferroviário de passageiros do Ramal São Francisco foi abandonado, resultando na desativação do Terminal Ferroviário e do Depósito de Cargas em 1991. Somente em 1998 a Fundação Catarinense de Cultura realizou o tombamento dos dois edifícios pelo Decreto nº 3.366.

Por fim, conforme a resolução nº 21, datada de 24 de novembro de 2021, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), a Rodoviária permaneceu em funcionamento até 1992, quando foi inaugurada a nova estação rodoviária no bairro Vila Baependi. O novo edifício foi idealizado para receber um fluxo maior de passageiros e facilitar a integração regional do modal. Em agosto de 1996 foi criado o anexo II do Museu Emílio da Silva no prédio da antiga Rodoviária, denominado Casa do Expedicionário. Até então, a exposição do acervo etnográfico e militar era realizada em um módulo temático do Museu Emílio da Silva, instalado no prédio do antigo Terminal de Cargas. Entretanto, o uso museológico do espaço foi breve. Em 1997, determinou-se que o edifício retornaria à sua função original de transporte, assumindo o papel de Terminal Urbano Municipal, enquanto a exibição do acervo dos expedicionários foi desestruturada e passou a aguardar a definição de uma nova sede.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

3.2 A instituição do centro histórico

Somente na segunda revisão do Plano Diretor, realizada em 2007, o poder público municipal passou a tomar iniciativas para a preservação do patrimônio cultural da cidade (Nora, 2021). No Art. 55. da Lei Complementar nº 65/2007, conhecida como Plano Diretor de 2007, inciso VIII, são definidas as Zonas de Especial Interesse, e dentro delas a Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC). Segundo a prefeitura de Jaraguá do Sul, a ZEIC é destinada à proteção e preservação do patrimônio ambiental cultural, abrangendo sítios, edificações ou conjuntos de edificações de valor arquitetônico e histórico. Ademais, o mesmo artigo delimita a área do centro histórico:

§11. A ZEIC correspondente ao Centro Histórico fica limitada pelas ruas 1 - av. Getúlio Vargas, 23 - Pastor Ferdinando Schlünzen, 30 - Estheria Lenzi Friedrich, 33 - Henrique Piazeria, 62 - Exp. Gumerindo da Silva e 156 - Leopoldo Janssen e uma linha paralela ao lado par da rua 1 - av. Getúlio Vargas, a 100 m do alinhamento predial desta.

Este espaço contempla as edificações tratadas anteriormente: o Terminal Ferroviário de passageiros, o Depósito de Cargas, a primeira Rodoviária (hoje Terminal Urbano), a Praça 29 de Outubro e o Monumento aos Expedicionários.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

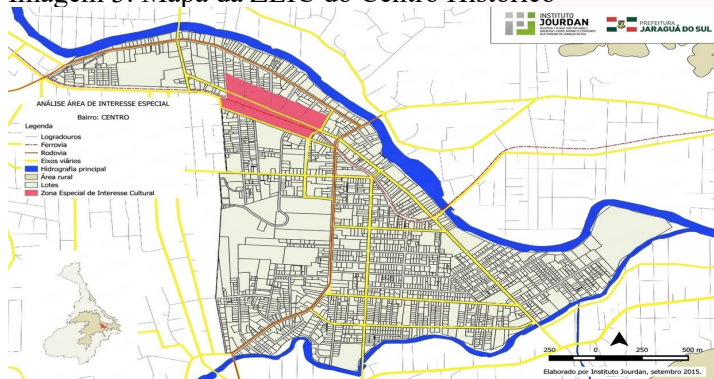
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Imagem 3: Mapa da ZEIC do Centro Histórico



Autor: Instituto Jourdan

Fonte: Nora, 2021.

3.3 A instituição do museu e a renomeação da praça

O museu Casa do Expedicionário foi reaberto em 2001 novamente numa sala temática do Museu Emílio da Silva, agora locado na antiga Prefeitura Municipal na Praça Ângelo Piazzera. Nesse período, a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul adquiriu, em 2005, os edifícios do patrimônio ferroviário jaraguense tombados pelo estado (Biblioteca IBGE, 2016). A ANVFEB reivindicava o retorno de um museu exclusivo para o acervo militar. Em resposta, a presidente da Fundação Cultural, Natália Lúcia Petry, destinou o Terminal Ferroviário onde os pracinhas haviam embarcado para a guerra como nova sede. Em 2008, após as obras de revitalização, foi inaugurado o novo museu dos expedicionários, rebatizado como Museu da Paz.

Natália também agiu na atribuição de significado imaterial no espaço: ocupando o cargo de vereadora em 2009, elaborou o projeto de Lei nº 92/2.009 que alterou o nome da Praça 29 de Outubro para Praça do Expedicionário. Ademais, por meio da Lei nº 5.438/2009, foi oficializado o novo nome do museu e sua localização na Estação Cultural, além da definição da missão

institucional da valorização da memória dos pracinhas jaraguenses no maior conflito armado mundial.

3.4 O eixo simbólico como ordenamento territorial da memória

A instalação, em 1985, do Monumento aos Expedicionários, é tida como o prelúdio do ordenamento territorial do conjunto memorial aos expedicionários jaraguenses. Sua forma é composta por dois grandes blocos, dispostos em "cruz assimétrica". Pintadas à mão, encontram-se as seguintes informações, da esquerda para a direita: as batalhas que a FEB participou; os mortos em combate e os sobreviventes.

Imagem 4: Monumento aos Expedicionários



Autor: Ana Carolina Cristofolini Anton (2024)

Fonte: arquivo pessoal da autora

Antes da construção do monumento, o paisagismo da praça emoldurava o Terminal Ferroviário de Passageiros (Imagem 5). Hoje em dia (Imagem 6), há um elemento de sobreposição visual para a contemplação arquitetônica da Estação Cultural. A vista livre deu lugar a uma leitura integrada da paisagem urbana,

na qual a materialidade da escultura conecta o local da partida ao espaço de permanente homenagem e recordação.

Imagem 5: Vista do Terminal Ferroviário pela praça 29 de Outubro, 1956



Autor: Não identificado

Fonte: Repositório Institucional da UFSC (2020)

Imagem 6: Visão da Estação Cultural pela Praça do Expedicionário



Autor: Ana Carolina Cristofolini Anton (2024)

Fonte: arquivo pessoal da autora

Portanto, mesmo com a impossibilidade da visualização integral da Estação Cultural na internalidade da Praça do Expedicionário, a transferência do monumento para outro local, com o intuito de beneficiamento da vista, revela-se uma perda de valor cultural inigualável. Conforme a Carta de Veneza, um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa, mover a escultura significaria romper o elo simbólico e a relação de visibilidade mútua que sustentam o *spiritu loci* desse território.

A essencialidade da permanência do conjunto em sua disposição atual é reforçada pela análise cartográfica da área. Conforme se observa na Imagem 7, o ordenamento territorial desse trecho da ZEIC do Centro Histórico articula os equipamentos em um perímetro reduzido. O círculo tracejado destaca a relação de visibilidade direta e proximidade espacial entre a Estação Cultural e o Museu da Paz (4 e 5), o Monumento ao Expedicionário (3) e a Praça do Expedicionário (2), consolidando o eixo de conexão física e simbólica que justifica a preservação integral do sítio.

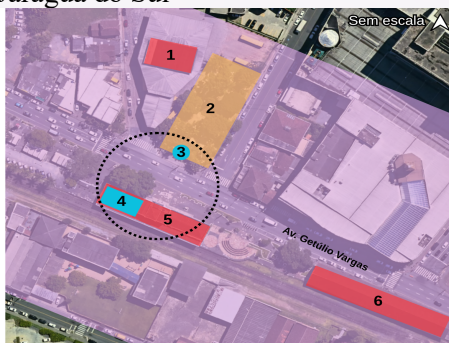
Imagem 7: Espacialização do eixo expedicionários na ZEIC do Centro Histórico de Jaraguá do Sul

Legenda temática

- ZEIC Centro Histórico;
- Imóveis tombados;
- Praça;
- Ligação direta a memória dos expedicionários;
- Eixo de conexão física e simbólica da memória.

Identificação dos equipamentos urbano-culturais

- 1 - Terminal Central;
- 2 - Praça do Expedicionário;
- 3 - Monumento ao Expedicionário;
- 4 - Museu da Paz;
- 5 - Estação Cultural;
- 6 - Biblioteca Municipal.



Autor: Ana Carolina Cristofolini Anton

Fonte: Elaborado pela autora com base em GeoJaraguá (2020)

3.5 Memória viva e memória custodiada

Sob a ótica da Convenção de Faro, o patrimônio cultural corresponde a interação contínua entre a comunidade e os lugares ao longo do tempo. As celebrações do Dia da Vitória na Praça do Expedicionário constituem a cultura municipal. A realização desses eventos não conecta apenas os familiares dos ex-combatentes, mas também engaja a sociedade jaraguense na valorização de sua história.

Imagem 8: Comemoração dos 71 anos do Dia da Vitória



Autor: não identificado

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2016

Em 2016 foi fundada a Associação dos Amigos do Museu da Paz (AAMPAZ), com o objetivo de auxiliar as atividades relacionadas à instituição museológica e na defesa do legado dos expedicionários. Dessa forma, a cidade conta com duas associações de voluntários, a ANVFEB e a AAMPA, em sinergia com o Museu da Paz e a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer (SECEL), sucessora da Fundação Cultural, para custodiar e zelar pela preservação do patrimônio físico e imaterial ao longo das décadas.

O falecimento do veterano Walter Carlos Hertel, último expedicionário jaraguense, em 2 de maio de 2024, marca a transição da memória sustentada pela transmissão oral, como preconiza a Declaração de Québec, para uma memória

inteiramente dependente da preservação do território físico e dos rituais para a conservação do *spiritu loci*. O senhor Walter pode ser visto na Imagem 9 sentado na primeira fileira utilizando uma boina militar.

Imagem 9: Comemoração dos 78 anos Dia da Vitória



Autor: Fábio Junkes

Fonte: O Correio do Povo, 2023

Em 2026, ano em que Jaraguá do Sul celebrou o sesquicentenário de sua fundação, realizou-se uma solenidade emblemática do Dia da Vitória. A ocasião marcou também o cinquentenário da ANVFEB e os dez anos da AAMPAZ. Durante a cerimônia, a secretária da SECEL, Ivana Atanásio Dias, enfatizou que “a memória e o legado de quem dedicou a vida por causas tão nobres continua sendo o alicerce da nossa celebração”.

Imagem 10: Comemoração dos 81 anos Dia da Vitória, visão geral



Autor: não identificado

Fonte: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2026

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico reconstituído neste artigo evidencia que o eixo formado pela tríade de elementos físicos ligada aos expedicionários não resulta de um planejamento intencional único, mas de decisões administrativas, disputas políticas e práticas sociais ao longo de oito décadas. Ainda assim, esse conjunto configura, hoje, um verdadeiro território de memória: o lugar de onde os pracinhas jaraguaenses partiram para a 2ª Guerra Mundial tornou-se o local que guarda e celebra essa memória, por meio de bens materiais e imateriais.

Atualmente, conforme abordado no subitem 3.5, o exercício ativo da recordação desse capítulo da história municipal é amparado por diversas instituições públicas e voluntárias, comprometidas em transmitir esse legado. Contudo, com o falecimento da última testemunha ocular do conflito, a permanência dessa narrativa passa a depender, prioritariamente, da preservação da integridade física e visual do próprio sítio, visto que ele também presta testemunha da época (Carta de Veneza).

Nesse contexto, as obras de requalificação no Centro Histórico iniciadas em 2026 trazem a oportunidade de integrar as

melhorias no espaço público à salvaguarda dos valores patrimoniais consolidados. Diante desse quadro, o tombamento formal do Monumento aos Expedicionários apresenta-se como uma medida técnica coerente e necessária, sendo a evolução natural para a salvaguarda da cultura municipal. Recomenda-se, portanto, que a administração pública articule as obras de revitalização com instrumentos formais de proteção patrimonial na ZEIC. Este artigo apresenta-se, assim, como uma contribuição técnica voltada a harmonizar a inevitável modernização urbana com a salvaguarda do patrimônio material e imaterial de Jaraguá do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca do IBGE. **Praça do Expedicionário, Jaraguá do Sul, SC.** Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448479>. Acesso em: 30 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca do IBGE. **Estação [da Rede de Viação Paraná Santa**

Catarina]: Jaraguá do Sul, SC. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=448500>. Acesso em: 30 ago. 2026.

COSTA, Claudio. Fotos: Aos 100 anos, pracinha Walter Carlos Hertel participa do Dia da Vitória em Jaraguá do Sul. **OCP News**, Jaraguá do Sul, 09 mai. 2025. Disponível em: <https://ocp.news/seguranca/fotos-aos-100-anos-pracinha-walter-carlos-hertel-participa-do-dia-da-vitoria-em-jaragua-do-sul>. Acesso em: 4 set. 2026.

COSTA, Claudio. Quem foi o Ten Cel Leônidas Cabral Herbster, patrono do 14º BPM? **OCP News**, Jaraguá do Sul, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://ocp.news/seguranca/fotos-aos-100-anos->



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

pracinha-walter-carlos-hertel-participa-do-dia-da-vitoria-em-jaragua-do-sul. Acesso em: 30 ago. 2026.

JAHN, Heloísa. Antigo ponto de encontro, terminal urbano de Jaraguá já foi rodoviária e até sede de um museu. **OCP News**, Jaraguá do Sul, 06 jun. 2017. Disponível em: <https://ocp.news/cotidiano/antigo-ponto-de-encontro-terminal-urbano-de-jaragua-ja-foi-rodoviaria-e-ate-sede-de-um-museu>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Câmara Municipal. **Câmara de Jaraguá do Sul homenageia os 50 anos da Associação dos Veteranos da FEB**. Jaraguá do Sul, 29 jul. 2026. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.leg.br/destaques/camara-de-jaragua-do-sul-homenageia-os-50-anos-da-associacao-dos-veteranos-da-feb/>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Câmara Municipal. **História da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul**. Jaraguá do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.leg.br/historia-da-camara-de-veredores-de-jaragua-do-sul/>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Câmara Municipal. **Vereadora Natália Petry faz mais uma homenagem aos expedicionários**. Jaraguá do Sul, 10 jul. 2009. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.leg.br/geral/652/>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Natural (COMPHAAN). **Resolução nº 21, de 24 de novembro de 2021**. Análise do Patrimônio Histórico (restauração, reforma e ampliação), do imóvel localizado na Rua 01 – Avenida Getúlio Vargas, 360, Centro (Terminal Urbano e Praça do



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Expedicionário). Jaraguá do Sul, 24 nov. 2021. Disponível em: https://wordpress.jaraguadosul.sc.gov.br/wp-content/plugins/pmjs-paginas//downloads/5192/Resolucao-no-021-de-24_11_2021_Comphaan.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. **Decreto nº 18.257, de 2024**. Declara luto oficial. Jaraguá do Sul, 02 mai. 2024.

JARAGUÁ DO SUL. **Lei nº 5.438, de 10 de dezembro de 2009**. Reestrutura o museu "FEB, Museu da Paz" nas dependências da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, e dá outras providências. Jaraguá do Sul, 10 dez 2009.

JARAGUÁ DO SUL. **Lei Complementar nº 65, de 1º de junho de 2007**. Dispõe sobre a avaliação, revisão e atualização do Plano Diretor de Organização Físico-Territorial de Jaraguá do Sul (SC) e sua adequação ao Estatuto da Cidade e dá outras providências. Jaraguá do Sul, 01 jun. 2007.

JARAGUÁ DO SUL. **Lei Ordinária nº 5.269, de 3 de junho de 2009**. Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 28/1948. Jaraguá do Sul, 03 jun. 2009.

JARAGUÁ DO SUL. Prefeitura Municipal. **Associação dos Amigos do Museu da Paz tem mesa diretora eleita**. Jaraguá do Sul, 04 mar. 2016. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/noticias/associacao-dos-amigos-do-museu-da-paz-tem-mesa-diretora-eleita>. Acesso em: 4 set. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Prefeitura Municipal. **Homenagem celebra memória dos veteranos da FEB em Jaraguá do Sul**. Jaraguá do Sul, 08 mai. 2026. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/noticias/homenagem->



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

celebra-memoria-dos-veteranos-da-feb-em-jaragua-do-sul.
Acesso em: 4 set. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Prefeitura Municipal. **Município promove solenidade para lembrar o Dia da Vitória.** Jaraguá do Sul, 09 mai. 2025. Disponível em:
<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/noticias/jaragua-do-sul-promove-solenidade-para-lembrar-o-dia-da-vitoria>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Prefeitura Municipal. Museu da Paz. **Em 1944, por onde passaram os cidadãos da FEB do Itapocu, para ir ao Rio de Janeiro?** Jaraguá do Sul, 12 dez. 2014. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/cultura/downloads-secel/publicacoes>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Prefeitura Municipal. **Solenidade lembra o Dia da Vitória.** Jaraguá do Sul, 09 mai. 2016. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/noticias/solenidade-lembra-o-dia-da-vitoria>. Acesso em: 4 set. 2026

JARAGUÁ DO SUL. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. **História do Museu da Paz.** Jaraguá do Sul, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/cultura/museu-da-paz/museu-da-paz-apresentacao?tipo=local>. Acesso em: 30 ago. 2026.

JARAGUÁ DO SUL. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. **Revitalização Centro Histórico.** Jaraguá do Sul, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/cultura/revitalizacao-centro-historico>. Acesso em: 30 ago. 2026.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANALIS DO I SEPAC SC
ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

JARAGUÁ DO SUL. Setor do Patrimônio Histórico-Cultural de Jaraguá do Sul. **Guia de Bens Tombados**. Jaraguá do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://seceljaraguadosul.sc.gov.br/paginas/59/patrimonio>. Acesso em: 30 ago. 2026.

MARTINS, Marcio. Leônidas Cabral Herbster e a transformação de Jaraguá do Sul durante o Estado Novo. **Jornal do Vale**, Jaraguá do Sul, 20 mai, 2025. Disponível em: <https://www.jdv.com.br/leonidas-cabral-herbster-e-a-transformacao-de-jaragua-do-sul-durante-o-estado-novo/>. Acesso em: 30 ago. 2026.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Cultura. **Catálogo de bens imóveis tombados**. Florianópolis, nov. 2024. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural>. Acesso em: 30 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Repositório Institucional. **Jaraguá do Sul, Estação ferroviária de Jaraguá do Sul**. Florianópolis, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217915>. Acesso em: 30 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Repositório Institucional. **Jaraguá do Sul - Estação Ferroviária Nereu Ramos em Jaraguá do Sul**. Florianópolis, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217932>. Acesso em: 30 ago. 2026.

ICOMOS. **Carta de Burra**: a Carta do ICOMOS Austrália para Locais de Valor Cultural. Burra: ICOMOS, 1999.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº 15.503, de 29 de junho de 2011.

ICOMOS. **Declaração de Québec sobre a Preservação do Genius Loci.** Québec: ICOMOS, 2008.

ICOMOS. **Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza).** Veneza: ICOMOS, 1964.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção de Faro: 2005.** In: LOPES, F.; CORREIA, M. B. **Patrimônio Cultural: critérios e normas internacionais de proteção.** Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014. p. 437-447.

NORA, Lucas Rodrigo. **O Ramal São Francisco e a constituição dos núcleos urbanos: o desafio da preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário e a atuação dos principais agentes produtores do espaço urbano em Jaraguá do Sul/SC.** 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2021.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

CAPÍTULO 15

DIAGNÓSTICO DE PATOLOGIAS EM PONTE HISTÓRICA DE MADEIRA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA A PARTIR DA PONTE COBERTA DO WARNOW – INDAIAL/SC/BRASIL

Cassandra Helena Faes

CAU/SC, Florianópolis/SC, Brasil.

cassandrafaes@gmail.com

arquiteta.cassandrafaes@gmail.com

RESUMO

O diagnóstico de patologias em bens edificados de valor cultural exige abordagens que articulem diferentes métodos de análise, integrando inspeção empírica, conhecimento construtivo e estratégias técnicas compatíveis com a preservação patrimonial. Este artigo apresenta o estudo de caso da Ponte Coberta do Warnow, localizada em Indaial/SC, com ênfase na identificação, sistematização e interpretação das manifestações patológicas observadas em sua estrutura de madeira. A metodologia baseou-se em pesquisa histórico-documental, levantamento cadastral, inspeção técnica in loco, registro fotográfico e análise construtiva dos elementos estruturais, permitindo correlacionar danos, causas e propostas de intervenção. Os resultados evidenciam a predominância de patologias associadas à ação da água, esforços estruturais e agentes biológicos, agravadas pela ausência de sistemas adequados de proteção e drenagem. Discute-se, ainda, a importância da articulação entre métodos tradicionais de diagnóstico e técnicas complementares, destacando a necessidade de abordagens interdisciplinares na conservação do patrimônio cultural. Conclui-se que a leitura integrada das patologias constitui ferramenta essencial para a definição de intervenções compatíveis com os valores históricos, materiais e técnicos da edificação.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

Palavras-chave: patologias edilícias; patrimônio cultural; estruturas de madeira;

1 INTRODUÇÃO

A conservação do patrimônio cultural edificado exige a compreensão integrada dos processos de degradação que atuam sobre os sistemas construtivos ao longo do tempo. No caso de estruturas históricas em madeira, essa análise assume maior complexidade devido à interação entre fatores ambientais, biológicos, mecânicos e antrópicos.

O diagnóstico das patologias edilícias constitui etapa fundamental no campo da preservação, uma vez que orienta a definição de intervenções e condiciona diretamente a manutenção dos valores históricos, materiais e simbólicos do bem. Conforme estabelecido pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), a conservação e o restauro devem fundamentar-se no respeito à autenticidade, o que pressupõe a realização de diagnósticos criteriosos e tecnicamente embasados.

Na perspectiva teórica, Brandi (2004) destaca que o reconhecimento do estado de conservação da obra é condição indispensável para qualquer intervenção, sendo o diagnóstico um processo crítico que articula conhecimento técnico e interpretação histórica. Complementarmente, Kühl (2010) enfatiza que a leitura construtiva direta do bem é essencial para compreender sua lógica estrutural e seus mecanismos de degradação.

A Ponte Coberta do Warnow insere-se no contexto histórico da ocupação do Vale do Itajaí, diretamente relacionado aos processos de imigração europeia em Santa Catarina. A formação territorial de Indaial teve início a partir da expansão da Colônia Blumenau, fundada em 1850 sob a coordenação de Hermann Otto Blumenau, consolidando-se ao longo da segunda metade do século XIX por meio da ocupação de linhas coloniais e rotas de ligação entre o litoral e o planalto catarinense.

A região do Warnow passou a receber imigrantes poloneses a partir de 1878, constituindo importante núcleo rural associado



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitayá

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

às dinâmicas de circulação regional. Nesse contexto, a travessia sobre o Rio Warnow integrava o antigo acesso ao Alto Vale do Itajaí, originalmente implantado em cota baixa e frequentemente atingido por enchentes. As recorrentes inundações registradas nas décadas de 1920 motivaram a construção de uma nova ponte em nível elevado, posteriormente denominada Ponte Coberta do Warnow.

Segundo registros históricos e depoimentos locais, a ponte foi inaugurada em 1935, sob coordenação do então diretor regional do Departamento de Estradas de Rodagem, Emílio Lange, contando com a participação dos carpinteiros Heinrich Splitter e Alexander Tarnowski. Sua concepção estrutural baseou-se na técnica construtiva enxaimel adaptada às técnicas e materiais disponíveis na região, utilizando predominantemente madeira local, encaixes tradicionais e sistemas de amarração metálica.

Além de seu valor funcional como infraestrutura viária, a ponte consolidou-se como importante elemento da paisagem cultural regional, associada à memória da imigração e aos processos históricos de ocupação territorial do Vale do Itajaí.

O processo de tombamento da Ponte Coberta do Warnow foi efetivado em setembro de 2015, decorrente dos levantamentos realizados na região de imigração de Santa Catarina.

Nome atribuído: Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina – Ponte de madeira coberta Warnow.

Localização: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, antiga Estrada Geral Warnow, Indaial, Santa Catarina.

Número do Processo: 1548-T-2007.

Livro do Tombo Histórico: Inscrito em 09/2015.

Livro do Belas Artes: Inscrito em 09/2015.



Imagem 01. 1953, inauguração da Ponte Coberta do Warnow.
Fonte: Arquivo da Fundação Indaialense de Cultura.

Dessa forma, sustenta-se como hipótese que o diagnóstico de patologias em bens patrimoniais não deve ser compreendido como um procedimento exclusivamente técnico-instrumental, mas como um processo interpretativo integrado, no qual a leitura construtiva tradicional assume papel central. A partir do estudo de caso da Ponte Coberta do Warnow, busca-se demonstrar que a articulação entre inspeção empírica, conhecimento técnico e fundamentação teórica é fundamental para a definição de intervenções compatíveis com os valores do patrimônio cultural.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se em inspeção técnica sistematizada, articulando levantamento in loco, registro fotográfico e gráfico, mapeamento de danos e análise construtiva tradicional.

Segundo Kühl (2010), a leitura direta do bem constitui ferramenta essencial na preservação, especialmente em estruturas históricas, onde o conhecimento construtivo é determinante para a interpretação das patologias.

Além disso, o processo metodológico incorporou abordagem interpretativa, na qual as patologias não foram

analisadas de forma isolada, mas compreendidas como manifestações interdependentes. Essa leitura sistêmica permitiu identificar relações de causa e efeito entre diferentes danos, especialmente no que se refere à influência da água, à perda de desempenho estrutural e à degradação dos materiais.

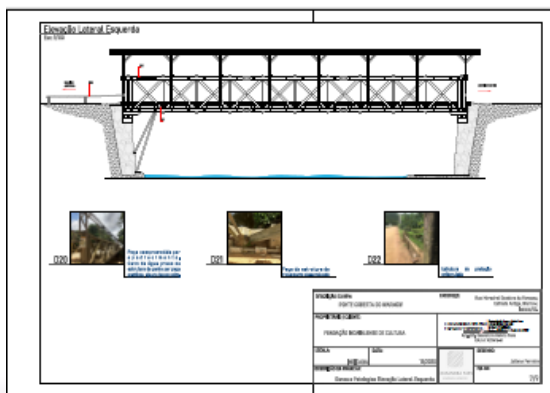


Imagem 02. Folha 03/09 do mapeamento de danos.

Fonte: Faes (2021)

2.1 Pesquisa histórico-documental e levantamento cadastral

A pesquisa histórico-documental concentrou-se na formação urbana e territorial de Indaial e na contextualização da Ponte Coberta do Warnow no âmbito do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. Foram consultados documentos técnicos e registros disponíveis junto à Superintendência Regional do IPHAN, no escritório técnico de Pomerode, além de levantamentos cadastrais realizados na década de 1980.

Complementarmente, utilizaram-se fontes documentais disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Indaial, pelo IPHAN e por acervos digitais relacionados à história regional e às intervenções anteriormente realizadas na ponte.

O levantamento cadastral compreendeu a representação gráfica das características físicas, geométricas e construtivas da edificação, incluindo registro fotográfico sistemático e documentação do estado de conservação do bem.

Para o levantamento arquitetônico foram combinados métodos tradicionais de medição com tecnologias contemporâneas de registro. Utilizaram-se trenas convencionais e eletrônicas a laser, estação total para levantamento planialtimétrico e imageamento aéreo por drone, permitindo maior precisão na documentação geométrica e no reconhecimento das patologias construtivas.

A utilização integrada dessas metodologias possibilitou a elaboração de desenhos técnicos bidimensionais e tridimensionais, incluindo plantas, cortes, elevações, detalhamentos construtivos e mapeamento de danos, fundamentais para a compreensão estrutural da edificação e para a definição das diretrizes de intervenção.

O mapa de danos constitui importante instrumento metodológico no diagnóstico patrimonial. Conforme Tinoco (2009), trata-se de documento gráfico-fotográfico que sintetiza o resultado das investigações sobre alterações estruturais e funcionais nos materiais, sistemas e componentes construtivos da edificação histórica.

Importa destacar que a metodologia adotada não se limita à identificação descritiva das patologias, mas assume caráter interpretativo, no qual a leitura construtiva da edificação orienta a compreensão dos processos de degradação. Essa abordagem reforça a ideia de que o diagnóstico em patrimônio cultural constitui prática crítica, e não apenas instrumental.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DAS PATOLOGIAS

3.1 Caracterização construtiva e sistema estrutural

A Ponte Coberta do Warnow caracteriza-se por estrutura predominantemente em madeira, composta por duas vigas treliçadas apoiadas sobre muros de pedra localizados nas cabeceiras. O sistema estrutural utiliza encaixes tradicionais, pinos e elementos metálicos de amarração, evidenciando técnicas construtivas associadas à tradição carpinteira germânica difundida na região sul do Brasil durante os processos de imigração europeia, denominada enxaimel.

As vigas principais são constituídas por sistemas treliçados em “X”, formados por peças de madeira cruzadas e interligadas por elementos horizontais superiores e inferiores. O travamento estrutural é complementado por barras metálicas passantes, chapas de ferro e peças de madeira chanfradas responsáveis pela estabilização das conexões.

O tabuleiro é sustentado por barrotes transversais apoiados nas vigas inferiores, enquanto a estrutura de cobertura originalmente apoiava-se em sequência de pilares duplos laterais. Parte significativa da cobertura foi perdida em decorrência de impactos provocados por veículos com excesso de altura, conforme registros fotográficos e documentais.



Imagem 03. Dano causado por veículo com excesso de altura em 2020.

Fonte: Fundação Indaialense de Cultura.

A análise construtiva revelou ainda a presença de marcações em algarismos romanos nas peças estruturais, indicando processos tradicionais de pré-fabricação e montagem, aspecto frequentemente identificado em estruturas executadas na tecnologia construtiva enxaimel.

A caracterização tipológica e construtiva da ponte mostrou-se fundamental para a interpretação das patologias identificadas, permitindo compreender o comportamento estrutural da edificação e as relações entre sistema construtivo, degradação material e intervenções anteriores.

3.2 Patologias associadas à ação da água

A análise evidenciou a predominância de patologias decorrentes da ação da água, associadas à ausência de sistemas adequados de drenagem e à inexistência de cobertura.

Observou-se:

- acúmulo de água nas cabeceiras;
- percolação nos apoios;
- apodrecimento da madeira;
- deposição de sedimentos no tabuleiro.



Imagem 04. D25. Detalhe da diagonal das treliças com problemas de deterioração.

Patologia: Nota-se a redução da seção transversal da viga da treliça (banzo superior) por apodrecimento e ataque de xilófagos.

Fonte: Faes (2021) Relatório técnico da Ponte coberta do Warnow, volume IV – relatório danos, patologias e tratamentos Segundo Helene e Pereira (2007), a água constitui um dos principais agentes de degradação em estruturas de madeira, atuando como catalisadora de processos biológicos e físico-químicos.

3.3 Patologias estruturais

Foram identificadas deformações estruturais relevantes, como flechas nas longarinas e deslocamentos nas ligações.

Essas manifestações indicam:

- redistribuição inadequada de esforços;
- perda de capacidade resistente;
- intervenções emergenciais prévias, como escoramentos.

De acordo com Brandi (2004), tais alterações não devem ser tratadas apenas como falhas técnicas, mas como parte da história material do bem, exigindo intervenções criteriosas e compatíveis.



Imagem 05. D34. Visualização da evidência de flecha nas treliças (longarinas).

Patologia: Deformação devido à flexão das longarinas.

Fonte: Faes (2021) Relatório técnico da Ponte coberta do Warnow, volume IV – relatório danos, patologias e tratamentos

3.4 Degradação dos materiais e agentes biológicos

A presença de xilófagos, fungos e corrosão metálica evidencia processo avançado de degradação.

Destacam-se:

- perda de seção em peças estruturais;
- fissuramento das fibras;
- deterioração de conexões metálicas.

Segundo o IPHAN (2000), a identificação dos agentes de degradação é essencial para garantir a compatibilidade das técnicas de intervenção.



Imagem 06. D19. Longarina lado esquerdo (cabeceira esquerda) com problema de deterioração.

Patologia: Trecho da estrutura de madeira apodrecida devido a intempéries e ataque de xilófagos.

Fonte: Faes (2021) Relatório técnico da Ponte coberta do Warnow, volume IV – relatório danos, patologias e tratamentos

4 DISCUSSÃO

O diagnóstico realizado evidencia a relevância dos métodos tradicionais de inspeção e análise construtiva na compreensão das patologias em estruturas históricas. A leitura direta do bem permitiu identificar não apenas os danos visíveis, mas também inferir suas causas e inter-relações, demonstrando a eficácia desse tipo de abordagem quando conduzida de forma sistematizada.

Além dos aspectos técnicos, a pesquisa histórica e o levantamento cadastral mostraram-se fundamentais para a compreensão da trajetória material da edificação. A identificação

de intervenções anteriores, alterações estruturais e perdas de elementos originais permitiu interpretar determinadas patologias não apenas como manifestações físicas isoladas, mas como resultado de transformações históricas acumuladas ao longo do tempo.

Nesse sentido, o levantamento arquitetônico e documental assume papel estratégico no diagnóstico patrimonial, pois possibilita articular informações construtivas, históricas e materiais em uma leitura integrada do bem cultural.

Entretanto, a complexidade dos processos de degradação observados indica a necessidade de integração com métodos complementares. Técnicas como ensaios não destrutivos, análises laboratoriais e monitoramento estrutural podem fornecer dados quantitativos sobre a integridade dos materiais e o comportamento da estrutura ao longo do tempo.

Nesse sentido, o diagnóstico em patrimônio cultural deve ser entendido como processo interdisciplinar, no qual arquitetura, engenharia, ciência dos materiais e conservação atuam de forma integrada.

Adicionalmente, destaca-se que muitas das patologias identificadas estão associadas a intervenções inadequadas ou à ausência de manutenção preventiva. Esse aspecto reforça a importância de políticas contínuas de conservação, conforme preconizado pelas cartas patrimoniais internacionais.

Assim, a diversidade nas formas de diagnóstico não se limita à incorporação de tecnologias avançadas, mas envolve a capacidade de articular diferentes métodos e escalas de análise, desde a inspeção empírica até investigações técnicas especializadas.

5 DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

As diretrizes de intervenção propostas para a Ponte Coberta do Warnow fundamentam-se nos princípios internacionais de conservação e restauração do patrimônio cultural, especialmente



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

aqueles estabelecidos pela Carta de Atenas (1931), pela Carta de Veneza (1964) e pela teoria do restauro crítico de Cesare Brandi.

As intervenções orientam-se pelos princípios da mínima intervenção, da reversibilidade, da compatibilidade entre materiais e do respeito às técnicas construtivas originais.

Dessa forma, os serviços de conservação e restauração deverão priorizar:

- eliminação das causas dos processos de deterioração;
- estabilização estrutural;
- conservação máxima dos materiais originais;
- substituições localizadas e compatíveis;
- proteção permanente dos elementos históricos durante a execução das obras.

A adoção de conectores metálicos e substituições parciais de elementos estruturais deteriorados evidencia estratégia compatível com os princípios contemporâneos de preservação, buscando equilibrar segurança estrutural, desempenho técnico e manutenção da autenticidade material da ponte.

Todas as intervenções propostas deverão ser precedidas por etapas de teste, monitoramento e validação técnica, especialmente quanto à compatibilidade físico-química, mecânica e higroscópica entre materiais novos e existentes.

6 CONCLUSÃO

O estudo da Ponte Coberta do Warnow evidencia que o diagnóstico de patologias em bens patrimoniais não pode ser reduzido a abordagem meramente técnica ou instrumental. Trata-se de processo interpretativo complexo, no qual a leitura construtiva da edificação desempenha papel fundamental na compreensão dos mecanismos de degradação.

A análise demonstrou que a articulação entre inspeção empírica, conhecimento técnico, pesquisa histórica e fundamentação teórica permite identificar não apenas as manifestações patológicas, mas também suas causas e inter-



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

ANAIIS DO I SEPAC SC

ISBN 978-65-5132-057-6 | Editora Epitaya

Apão e Realização:



Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.

relações, subsidiando intervenções mais adequadas e compatíveis com os valores do patrimônio cultural.

Dessa forma, a diversidade nas formas de diagnóstico deve ser compreendida não apenas como incorporação de novas tecnologias, mas como capacidade de integrar diferentes abordagens em leitura crítica e interdisciplinar do bem edificado.

Reafirma-se, portanto, que o fortalecimento das práticas de diagnóstico no campo da conservação do patrimônio passa, necessariamente, pelo reconhecimento do papel estruturante da análise construtiva tradicional, em diálogo com métodos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: *edificações habitacionais — desempenho*. Rio de Janeiro, 2013.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FAES, Cassandra. *Relatório técnico da Ponte Coberta do Warnow: levantamento cadastral, danos, patologias e tratamentos*. Indaial, 2021.

HELENE, Paulo; PEREIRA, Fernanda. *Manual de patologias das construções*. São Paulo: PINI, 2007.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza, 1964.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Cartas patrimoniais*. Brasília, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL. *Histórico do município de Indaial*. Indaial, [s.d.].

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. *Mapa de danos: metodologia de documentação aplicada à conservação de edifícios históricos*. Recife: CECI, 2009.



SEPAC SC

1º SEMINÁRIO CATARINENSE ONLINE DE
PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL

E-BOOK

PATRIMÔNIO MATERIAL E PAISAGEM CULTURAL EM SANTA CATARINA

*Anais do I SEPAC SC
Seminário Catarinense Online*

*Bruno Matos de Farias
Organizador*



Apoio e Realização:

INSTITUTO
vóar
social

Este projeto foi viabilizado pela Lei nº
15.503, de 29 de junho de 2011.